



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS**  
**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ROSEANE MAGALHÃES LIMA**

**UMA DUPLA VIDA DE RISCO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PARALELO  
(BICO) NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

**BELÉM**

**2007**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**ROSEANE MAGALHÃES LIMA**

**UMA DUPLA VIDA DE RISCO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PARALELO  
(BICO) NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Chaves Brito.

**BELÉM**

**2007**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**UMA DUPLA VIDA DE RISCO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PARALELO  
(BICO) NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

por

**ROSEANE MAGALHÃES LIMA**

Dissertação submetida à avaliação,  
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Ciências Sociais

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Daniel Brito

---

Examinador: Prof. Dr. Wilson José Barp

---

Examinador: Prof. Dr. Jean François Deluchey

Aprovado: \_\_\_\_\_

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2007.

Eles chegaram no carro entraram no açougue para pegar o dinheiro, do açougueiro, aí eles saíram do açougue. Entram numa panificadora para merendar. Três policiais a paisanos com o marchante, com o marchante estava o dinheiro que pegaram, quando eles viram era só os pipocos lá de fora, mataram todos os três, foi parada dada<sup>1</sup>. Foi policial que deu a parada. Dinheiro é sangue! Dinheiro é sangue! Não tenha dúvida disso. Onde corre dinheiro, corre sangue. (sargento, 19 anos de serviço).

O bico tem dois objetivos: matar ou morrer, se o cara assalta aquele local, o comerciante não quer mais ele (o policial)” (cabo, 15 anos de serviço).

“o bico é voraz”. Moraes Netto (2000)

---

<sup>1</sup> Gíria utilizada no meio militar, para designar a existência de um policial militar (informante), pessoa responsável pelas informações do serviço para quem realizaram o assalto.

Ao meu pai Cloves Pereira Lima (*in memoriam*) e a minha  
mãe Mary Magalhães Lima.

## AGRADECIMENTOS

Neste Mestrado, inúmeras pessoas contribuíram para o andamento do projeto, apresentando sugestões e apoiando nas dificuldades momentâneas. Por isso, desde já agradeço a todos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Daniel Brito, pela amizade, compreensão, pela “paciente” orientação e, especialmente, pelo incentivo e pela cobrança de resultados que não me deixaram parar no meio do caminho, apesar das adversidades.

Ao Professor Kant de Lima, que contribuiu de maneira atenciosa pela remessa das cópias da dissertação da Vanessa Amorim e do livro de Viviane Cubas, que foram de grande ajuda para a compreensão do “bico”.

Ao Professor Pedro Daltro que, devido a sua paciência, dedicação e sugestões, contribui para esta dissertação.

Agradeço aos professores Wilson Barp e Kátia Mendonça, pelas críticas e sugestões durante a qualificação desta dissertação, visto que, contribuíram com informações e lançaram desafios para realização desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS, pela difusão de seus conhecimentos, que me permitiram reconsiderar valores e ampliar a minha visão de mundo.

Agradeço ao Paulo e a Rosângela, pois, nos momentos em que eu recorria à secretaria da Pós-Graduação, sempre foram muito atenciosos, competentes e principalmente amigos.

Aos colegas da Pós-Graduação em Ciências Sociais, que nos momentos vivenciados em sala de aula, trocamos informações a respeito desta pesquisa, fato que oportunizou a criação de novas amizades.

A minha amiga Andréa Motta, que contribui com a sua amizade, paciência e equilíbrio, proporcionando tranquilidade nos momentos de desequilíbrio e medo de não conseguir completar esta missão, frase bastante utilizada no meio militar quando ao se referir um trabalho a ser terminado.

A Rosália Corrêa, pela troca de informação sobre a questão “polícia” e que, com muito empenho, contribuiu na orientação deste trabalho.

A Ana Borges que, a despeito de suas incansáveis horas de trabalho, encontrava um tempo para se dedicar a correção desta dissertação, com muita paciência e amizade. Não poderei esquecer de quanto a sua ajuda foi importante neste trabalho.

Aos meus familiares me apoiaram em todos os momentos, contribuindo para que eu pudesse prosseguir nesta jornada.

E, principalmente, aos policiais militares que possibilitaram, mediante entrevistas, a construção e o resultado deste objeto de estudo, mostrando o quanto são carentes de condições e organização de trabalhos mais favoráveis à sua saúde.

## RESUMO

O **bico** ou trabalho paralelo é umas das práticas mais comuns entre os policiais militares; é exercido por eles: em festas, eventos e segurança de pessoas físicas. Embora seja a garantia de uma renda extra, entretanto, isso propicia que o policial se torne uma pessoa sem lazer e sempre ausente da família. Posto isso, informamos que neste trabalho temos por objetivo mostrar como se estruturam as redes do **bico** entre os policiais, as quais criam uma verdadeira organização de venda de trabalho que, para isso, se utilizam do *status quo* ou do poder de polícia para garantirem a segurança privada. Também mostraremos como ocorrem as jornadas de trabalho paralelo e os seus riscos, bem como as consequências de sua informalidade. Além disso, apresentaremos os meandros destas organizações, a sua estrutura, a sua hierarquia e como ela opera, onde constatamos que há uma inversão dos valores hierárquicos da organização militar.

**Palavras-chave:** Polícia Militar do Estado do Pará. Trabalho paralelo (bico). Rede de serviço (esquema). Segurança pública.



## ABSTRACT

The beak or parallel work is some of the most common practices among the military policemen; it is exercised by them: in parties, events and safety of natural persons. Although it is the warranty of an extra income, however, that propitiates that the policeman becomes a person without leisure and always absentee of the family. Position that, we informed that in this work have for objective to show as the nets of the beak are structured among the policemen, which create a true organization of work sale that, for that, they are used of the status quo or of the police power for us to guarantee the private safety. We will also show how they happen the days of parallel work and their risks, as well as the consequences of his/her informality. Besides, we will present the intrigues of these organizations, his/her structure, his/her hierarchy and like her it operates, where we verified that there is an inversion of the hierarchical values of the military organization.

Word-key: Military police of the State of Pará. I work parallel (I peck). Service net (outline). Public security.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>09</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I: A POLÍCIA MILITAR EM BELÉM DO PARÁ.....</b>	<b>22</b>
1.1 OS DEVERES DE SER POLICIAL MILITAR.....	23
1.2 O TRABALHO DE POLÍCIA.....	27
1.3 O QUE LEVA A “SER” POLICIAL MILITAR?.....	32
<b>CAPÍTULO II: O REGULAMENTO DISCIPLINAR E A CONTRATAÇÃO PARA O BICO</b>	<b>37</b>
2.1 A FORMAÇÃO DO BICO.....	37
2.2 O BICO PARA O POLICIAL MILITAR.....	42
2.2 O RECRUTAMENTO NO BICO.....	58
<b>CAPÍTULO III: TRABALHO PARALELO, HIERARQUIZAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA.....</b>	<b>69</b>
3.1 QUEBRANDO A HIERARQUIA.....	69
3.2 A INVERSÃO DOS PAPEIS: A DESCONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA MILITAR.....	71
3.1.1 Dono ou gerente do bico.....	75
3.1.2 Subgerente.....	79
3.1.3 Chefe da segurança e o Segurança.....	81
3.1.4 Polícia do Paraguai.....	84
3.1.5 Apoio.....	86
3.1.6 Intermediário.....	89
3.1.7 Patrão.....	90
<b>CAPÍTULO IV: O ESQUEMA DE SERVIÇO.....</b>	<b>92</b>
4.1 O ARRAIAL DE NAZARÉ.....	92
4.2 A UNIVERSIDADE.....	106
4.3 A FESTA .....	111
4.4 O ITINERANTE.....	117
4.5 O MARCHANTE.....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

**ANEXOS**

---

## INTRODUÇÃO

O aumento da criminalidade nos últimos anos, nos grandes centros urbanos brasileiros, trouxe para discussão a questão da segurança pública. A violência tornou-se então uma preocupação política, passando a ser objeto de diversas pesquisas. Neste contexto, pouco se tem estudado sobre o agente da segurança pública – **os policiais** – que estão diretamente envolvidos com esta questão. As pesquisas se voltam principalmente para os problemas da corrupção e do desrespeito aos direitos humanos praticados por agentes de segurança pública. Uma outra abordagem esquecida é a do ofício de ser policial. Nesse sentido, é necessário mudar esse enfoque e buscar mostrar quem são os policiais e o mundo do trabalho que estão envolvidos.

Entre os grandes problemas vividos pelos policiais militares, um dos que mais chama atenção é o trabalho paralelo – popularmente conhecido por **bico**, com relação a este fato, vale apresentar o seguinte comentário:

Cabe ainda uma nota a respeito da polêmica questão da segurança privada exercida como segundo emprego, ou “bico”, por policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários na ativa – fato seguidamente veiculado pela imprensa e reconhecido por autoridades da área de segurança pública. (MUSUMECI, 1998, p. 15, grifo nosso).

O **bico** é um tipo de trabalho exercido pelos policiais em seu horário de folga e consiste em atividades como: segurança de eventos, transportes de valores e segurança particulares. São diversas tarefas que exigem, sobretudo, o treinamento especializado e o conhecimento profissional que somente os policiais possuem, adquirido por meio de treinamentos especializados.

Assim, neste estudo, esquematizamos as questões relativas à atividade policial nos últimos anos. Por exemplo: como está estruturado o mundo do trabalho do policial militar e como se estrutura as organizações do trabalho paralelo? Que tipo de inversão hierárquica exige a atividade do **bico**? E, por fim, quais são os tipos de trabalhos paralelos que mais empregam policiais?

Cabe informar que esta pesquisa teve como foco principal os policiais da Polícia Militar do Estado Pará (PMPA), embora a questão do **bico** seja um fenômeno

observado em todas as organizações policiais do Brasil, envolvendo não somente policiais militares, mas também bombeiros, policiais civis e guardas municipais.

Uma pesquisa sobre esta questão, desenvolvida por Vanessa de Amorim Cortes, mostrou que o serviço de segurança tem crescido de forma bastante rápida no Rio de Janeiro e desvendou a organização e o envolvimento de policiais que prestam serviço de segurança na feira conhecida como SAARA no Rio de Janeiro.(CORTES, 2005).

Outro trabalho que nos serviu de referência foi uma pesquisa sobre segurança privada em São Paulo. Nesta investigação, Viviane de Oliveira Cubas mostrou o surgimento e a expansão do serviço de segurança privada, ao delinear como os agentes de segurança pública das diversas organizações policiais, são atraídos para integrarem os quadros de vigilantes e seguranças privados.

A discussão sobre a atividade do **bico** permite identificar que as instituições de segurança pública são as principais fornecedoras de mão-de-obra para as empresas e as organizações de segurança privada. (CUBAS, 2005).

Vale ressaltar que estas organizações são informalmente constituídas, pois oferecem trabalho e uma renda extra para policiais, mas não dão nenhuma garantia de proteção ao trabalho. Esta situação, evidentemente, é do conhecimento dos governantes e, em alguns Estados brasileiros, já existem movimentos no sentido de legalizar o serviço extra dos policiais.

Por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, a promulgação da Lei Estadual Nº. 2216, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre o desempenho, a título precário, da função de vigilância privada, pelos servidores da polícia civil e militar”, legitimou, o exercício da função de vigilância a estabelecimentos privados. Autorização do policial civil é feita pelo Delegado responsável da Unidade Policial (Delegacia) e o policial militar pode prestar serviço de segurança com a devida autorização do Comandante.

Já no Estado de Goiás, a Lei Estadual Nº. 15.125, de 25 de fevereiro de 2005, permite que o policial civil, o militar e o bombeiro militar prestem serviço voluntário para o Estado, mediante remuneração estabelecida. Isto é, o policial é voluntário para mais um tempo de serviço, que corresponde a mais seis horas diárias, que não pode ultrapassar de 48 horas mensais, recebendo um acréscimo salarial.

No Estado do Pará, a Lei Estadual Nº. 6.830<sup>2</sup>, de 03 de fevereiro de 2006, “Dispõe sobre a gratificação de complementação de jornada operacional para as operações

---

<sup>2</sup> Essa lei foi sugerida durante a administração do governador Simão Jatene e ficou conhecida entre os policiais como “Bico do Jatene”. A rigor essa lei não vem tendo os efeitos esperados, pois policiais reclamam que os pagamentos estão quase sempre em atraso.

especiais das policiais civis e militares do Estado”. Isso significa que o Estado está comprando as horas de folga dos policiais para empregá-los em operações especiais de policiamento. Enquanto por um lado isso pode desencorajá-los para se engajar as organizações (esquema) do **bico**; por outro, retira o agente de segurança pública de suas horas de folga, o que compromete da mesma forma sua saúde.

Foi observado que uma das maiores conseqüências do trabalho paralelo é o prejuízo à saúde do trabalhador. A sobrecarga da jornada de trabalho, a ausência familiar, a falta de lazer estão sempre sendo apontadas por associações, cooperativas de policiais e os próprios serviços de acompanhamentos psicológicos das instituições policiais, como uma das principais causas da doença do estresse e da depressão. Com relação a isto vale ressaltar o seguinte comentário:

Profissionalmente o chamado ‘bico’, sendo exercido nas horas de folga, leva o policial ao "stress" físico e mental em pouco tempo. Muitas vezes trabalhando durante toda à noite na PM, policiais deixam o necessário repouso para trabalharem fora durante o dia, o que traz como conseqüência que venha a dormir durante seu serviço, seja na PM seja no ‘bico’. Os que trabalham de manhã vivem os mesmo regimes, apenas invertendo-se os horários. Neste dia-a-dia, muitos são vítimas nas ações por estarem fisicamente pouco dispostos. (MORAES NETTO, 2000, p. 03, grifo nosso).

Se por um lado o bico prejudica a saúde do trabalhador, deixando transparecer a ineficiência na prestação do serviço policial, por outro ele expõe a desestruturação das instituições policiais (LEMGRUBER, 2003). O eixo norteador e garantidor do *status quo* das instituições militares é a hierarquia e a disciplina, mas o trabalho paralelo e as suas organizações informais se baseiam num código de confiança e recombina os postos de comando e obediência. A crença na legitimidade do comando se pauta na confiança naquele que organiza e gerencia o trabalho paralelo. Isto é o contratante do **bico**. Esta questão fica evidente nessa observação:

O "bico" é voraz, implacável; não concede folgas, não dá garantias, pode fazer do PM um mercenário. Logo o policial pode passar a ver a PM como "bico", e o "bico" como profissão. É no "bico" que muitos morrem, já que esta atividade, via de regra, constitui-se em segurança patrimonial ou pessoal; é no "bico" que surgem as corrupções, as inversões de papéis, sendo freqüente que o superior hierárquico seja comandado por seu subordinado. (MORAES NETTO, 2000, p.3, grifo nosso).

Está é uma situação que nos chama atenção, visto que, há um número substancial de policiais militares que morrem mais na folga do que no trabalho propriamente dito como identificado no Rio de Janeiro (CORTES, 2005). E não há diferença na cidade de Belém:

- em 2002, morreram vinte e quatro policiais militares, destes, vinte e um estavam de folga;
- em 2003, morreram quarenta e seis policiais militares, destes, vinte e sete estavam de folga;
- em 2004, morreram vinte policiais militares, destes, dezessete estavam de folga;
- em 2005, morreram dezoito policiais militares, destes, treze estavam de folga. (informação coletada na própria Polícia Militar do Pará - Diretoria de Pessoal, na 2ª Seção do Estado Maior Estratégico).

Em Belém, os números de policiais militares mortos em serviços são menores do que de folga, então, é mais seguro está trabalhando do que de descanso. Isso evidencia que eles (policiais militares) correm riscos de morte em seu momento de descanso e lazer, pois, este tempo não é utilizado para o fim que está designado, pelo fato que essas horas servem de oportunidade para conseguir o bico. (BARCELLOS, 1999; CORTES, 2005; CUBAS, 2005)

É necessário refletir sobre o que pode levar um policial militar morrer em folga, visto que, está livre das determinações do policiamento ostensivo e não precisa se expor, justo no momento em que não está protegido pelo aparato policial, que inclui um grupamento de policias de serviço, mantém comunicação com os órgãos da segurança pública, tem apoio das outras viaturas e outros.

Esta “baixa<sup>3</sup>” nas instituições policiais militares, não pode ser baseada somente em um nível aceitável, pois, vários fatores contribuem para ocasionar este problema. Porém, o trabalho paralelo é um dos fatores que mais contribui para este índice de morte de policiais militares (MORAES NETTO, 2000; CORTES, 2005), pois, eles ficam expostos no serviço de segurança que não possui apoio institucional. Esse fato foi comprovado durante a realização desta pesquisa, e isso nos permite reafirmar que o **bico** é momento em que o policial militar está mais exposto e não dispõe de recursos humanos e materiais suficientes para garantia segurança pessoal e de outrem, pois, se encontra sozinho e a sua segurança depende do parceiro de serviço ou do contato com o policiamento ostensivo próximo.

---

<sup>3</sup> Gíria utilizada para designa a perda (morte, saída, deserção) de militares das forças armadas e policiais militares.

Quando se constata a morte de um policial militar, há um procedimento administrativo para verificar a causa morte. Caso seja identificado que ele morreu no **bico**, a família deixa de ganhar algumas vantagens trabalhistas, embora para evitar tal fato, o encarregado pode amenizar o procedimento administrativo para ajudar a família. Por outro lado, o comerciante não quer se comprometer com tal atividade, por não querer pagar os direitos trabalhistas e previdenciários. Por isso ao prestar esclarecimento, informa que o policial militar estava comprando algo ou simplesmente passando, e ao constatar o assalto, reagiu.

Já os policiais militares que trabalham no **bico** procuram ocultar tal fato para não prejudicar o parceiro e tão pouco o seu serviço, mas a realidade sempre que acontece de um policial ser morto no trabalho paralelo, a notícia é divulgada pela imprensa:

Se uniram para vingar a morte de um colega, o soldado Geraldo Nogueira dos Santos. O PM foi baleado pelo assaltante Frival Santos Cunha, o “Cambota”, durante um assalto a um supermercado em que Geraldo fazia bico como vigilante<sup>4</sup>.

É perceptível que, por trás desta atividade existe um risco constante, ocasionando danos que dificilmente poderão ser mensurados, somente nas mortes dos policiais militares.

E, ainda pode ocorrer que o policial militar está no **bico**, em uma escala de vinte quatro horas ou doze horas, e no outro dia tenha que trabalhar no policiamento ostensivo, o mesmo tempo de hora. Logo, este homem estará abalado emocionalmente e fisicamente, com uma **sobrecarga de trabalho, prejudicial ao desempenho rotineiro dos serviços de policiamento** (LEMGRUMBER, 2003)

Esta é uma realidade brasileira. Os policiais militares não conseguem garantir a sua própria sobrevivência, então, como proteger uma sociedade, se estão o tempo todo sob tensões emocionais, como identificado nesta reportagem “Uma pesquisa ainda inédita realizada no Brasil, comparou os níveis de estresse a que estão submetidos às diversas categorias profissionais. Concluiu que os policiais são os campeões”<sup>5</sup>.

Um outro fato é que este profissional tem como instrumento de trabalho “arma de fogo” e o treinamento recebido na academia de polícia não lhe habilita a utilizar o armamento que porta. (KANT DE LIMA, 2004).

<sup>4</sup> Jornal *O Liberal*, do dia 04/12/2005. Jaqueline Almeida.

<sup>5</sup> **Revista Veja**, 10 de janeiro de 2007, p.49.



O policial militar tem uma sobrecarga no ofício de polícia, pois se encontra em um nível de tensão diária e o treinamento quanto a utilização de arma de fogo não contribui para formar um policial apto a este manuseio, com todos estes fatores, ainda, exerce o bico que contribui para o excesso de trabalho.

Condição comum no **bico** é a inversão de papéis. “A hierarquia dos postos e graduações militares e disciplina que são basilares dentro da instituição militar, não são trazidas pelos policiais na segurança privada” (CORTES, 2005, p.80). Assim, o policial militar que exerce comando na instituição militar como sargento e oficial se submete ao soldado ou cabo para trabalharem no **bico**.

O trabalho paralelo não é determinado pelo posto ou graduação ocupada, mas, por uma relação de confiança. O policial militar que consegue o serviço é o **dono do bico**, sendo o responsável por montar o esquema de segurança, mas para isso é necessário manter uma relação de confiança com o proprietário do estabelecimento privado para conseguir o serviço.

A confiança é um atributo de suma importância neste trabalho, pois estipula quem pode ou não trabalhar na segurança privada, e permeia todo o esquema de segurança privada desempenhado por policiais militares. Então, para conseguir o serviço é necessário que haja confiança, sem este requisito o acordo não é firmado entre o policial militar e o proprietário do estabelecimento privado, bem como não há a contratação por parte do **dono do bico** quanto aos seguranças.

Para explicitar a relação de confiança é necessário fazer referência ao conceito de Giddens (1991), que vislumbra a confiança como uma crença de uma pessoa num dado conjunto de resultados e eventos, expressando uma fé na probidade ou no conhecimento técnico do outro. E o **bico** demonstra que para haver o contrato é necessário utilizar alguns princípios, pois não basta que o policial militar possua “habilidade” para o serviço contratado; é preciso ter a certeza que o companheiro de serviço não o abandonará no momento de conflito.

Ao exercer o **bico**, o policial militar continua exercendo a função de agente público de segurança, pelo fato de não se desvincular da função que exerce e, ainda, utiliza o aparato policial (viaturas, fardamentos, arma e outros) para facilitar acesso à instituição policial.

Ao analisar tal fato, a partir do conceito de patrimonialismo de Weber (2004), constatamos um tipo de relação social baseado na confiança pessoal,

[...] conforme ponto de vista juridicamente informa e irracional de equidade e justiça em cada caso particular, e “com consideração da pessoa”. Todas as condições e leis da dominação patrimonial respiram o espírito do chamado “Estado-Providência”: predomina uma combinação de princípios ético-sociais e utilitário-sociais que rompe toda rigidez jurídica formal. (WEBER, 1997, p.133, grifo do autor).

Afinal, uma relação que persiste no Brasil, em que o governante trata toda a administração política e bens públicos como de seu assunto e propriedade pessoais, do mesmo modo como explora a posse do poder político, como um predicado útil de sua propriedade privada (WEBER, 2004; MARTINS, 1994). Ocorre a partir da reciprocidade de “favores” como algo constante, independentemente da hierarquia entre os envolvidos. O **bico** é então a exteriorização destas relações, por meio dele é possível vislumbrar o caráter do patrimonialismo.

Quando o policial militar, ao utilizar mecanismos específicos como às viaturas, a farda, os armamentos dentre outros, em proveito próprio, se apropria de “bem” que é estritamente público em interesse particular. Ato este compreendido por Holanda (1998, p. 147), como uma condição latente em nossa sociedade, como podemos notar nesta definição: “[...] Para o funcionário patrimonial, a própria gestão política apresenta-se como um assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que dele auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário [...]”.

Isso mostra a persistência e domínio do patrimonialismo nas relações sociais nas instituições brasileiras, no caso específico da Polícia Militar do Pará. São policiais militares que utilizam da função de polícia pública para trabalhar em locais privados como segurança. Negociam a função como um bem particular, que pode ser vendido a qualquer um que possa pagar, transformando o “ofício de polícia” em mercadoria que pode ser barganhada, bastando que encontre o comprador.

Esta prática é algo constante na atualidade, apesar da ilegalidade e do controle institucionais policiais, não se consegue evitar o segundo emprego, demonstrando a fragilidade dos órgãos de controles como: Ouvidoria, Corregedoria e Ministério Público que são responsáveis pela fiscalização do serviço de polícia.

Quando realiza a atividade do **bico**, o agente de segurança pública trabalha em locais privados, e esses estabelecimentos têm preferência por policial, (obtendo assim uma “mão-de-obra” qualificada e especializada pela instituição pública), e não por funcionários de empresa especializada de segurança, situação que desencadeia uma rede de serviço.

Para explicitar esta estrutura de rede é válido utilizar a concepção de Castells (1999, p. 46) sobre a formação de rede em sociedade “como um conjunto de nós interconectados, são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novo nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”

O policial militar trabalha oferecendo segurança conforme o interesse do cliente, gerenciando o serviço como uma empresa de segurança privada. Não realiza o **bico** em único local, mas, apresenta um contingente de policiais militares disponível para diversidade do serviço de segurança, assim, se forma a rede de serviço ligada entre si, tanto que, se um policial militar for considerado de índole duvidosa ou venha apresentando problema de conduta no **bico**, dificilmente consegue serviço de segurança.

Na estrutura de rede fica explícita a hierarquia existente no **bico**, condição estipulada a partir de acordos firmados entre os integrantes da segurança, que define a competência de cada um.

Como exemplo desta estrutura, tem a festa de aparelhagem (local privado de dança), que possui um expressivo contingente de segurança trabalhando: o policial militar possui um **bico**, e precisa contratar segurança para o serviço. Nesse momento a confiança é fundamental, uma característica principal para conseguir o serviço.

A partir da idéia de que, quem convida é **dono do bico**, portanto o responsável pela segurança; ele é a pessoa que mantém relações próximas com contratante. E dependendo da dimensão do trabalho, o **dono do bico** precisa de alguém de confiança para ajudá-lo na administração do serviço. Com isso, surge a figura do **subgerente** que organiza o esquema de proteção do estabelecimento e tem o encargo de contratar segurança e outras atribuições.

Existe uma estrutura organizada no esquema do **bico**, que estipula o funcionamento e divide hierarquicamente cada policial militar na sua especificidade. O **bico** nivela por igual os policiais militares; e não adianta tentar impor o seu posto ou função para conseguir o serviço é necessário que exista a confiança, para ser contratado. Então, a partir disso, aquele que consegue o serviço será considerando o mais antigo do serviço e consequentemente o **dono do bico**, que em uma cadeia de comando é o responsável pelo serviço e os demais serão os seus subordinados.

O **bico** é uma espécie de segundo emprego tão comum que muitos nem lembram que se trata de um ato ilegal para funcionários públicos, pelo fato de ser reconhecido como uma complementação do salário que ocorre devido os baixos salários. E mesmo com todo o mecanismo de repressão não se consegue evitar algo clandestino e que permanece nos

meandros das instituições policiais militares como uma ameaça para *status quo* - disciplina e hierarquia.

Então, como se aproximar dos policiais militares para coletar informação sobre este tipo de trabalho considerado clandestino? Foi necessário estabelecer uma estratégia para construir o objeto de estudo desta pesquisa.

Para isso, construímos diálogos com policiais militares oficiais e praças para que eles informassem o que é o **bico**? E como os policiais militares compreendem essa prática? Então, a partir do momento que foi visualizado o conceito do segundo emprego, realizamos entrevistas com soldados, cabos, sargentos e subtenentes, tanto feminino quanto masculino, com o intuito de identificar o funcionamento dessa atividade e verificar a compreensão do **bico**, pela ótica dos policiais de ambos os sexos, que apresentaram compreensões completamente distintas.

Também entrevistamos os policiais militares que não realizam o **bico**, por considerarem uma atividade “arriscada”; e com aqueles que já realizaram esta atividade, mas, pelo fato de terem sofrido agressão e/ou presenciado a morte de alguns colegas, abandonaram o **bico**.

A categoria oficial foi retirada da entrevista, pelo fato de não contemplar nosso objeto de estudo. O oficial quando na prática do **bico** em sua maioria procura montar uma empresa de segurança privada e contratar policiais militares para realizar segurança, o que diferencia do processo de funcionamento do **bico**, contemplado nesta pesquisa que é o seguinte: o policial militar oferece o serviço de segurança sem estar vinculado à empresa de segurança privada. O contrato é firmado a partir de um colega de farda que já possui local fixo de segurança que serve de referência para conseguir o segundo emprego.

A pesquisa procurou responder às questões já mencionadas e, apreender os meandros do trabalho policial militar, pontuando as especificidades do cotidiano do serviço, buscando para isso desvelar desde as práticas policiais oficiais, sob a supervisão dos órgãos da segurança pública, até os serviços estritamente particulares (**bico**).

O conteúdo deste trabalho apresenta conexões entre o público e o privado, bem como descreve a realidade cotidiana dos policiais militares nos planos profissional e pessoal, ilustrada por meio dos seus respectivos jargões.

Assim, com o intuito de atender a uma convenção acadêmica de apresentação do trabalho e facilitar sua consulta, optamos por dividi-lo da seguinte forma:

O primeiro capítulo, A POLICIA MILITAR EM BELÉM DO PARÁ, mostra a estrutura da instituição policial militar, no que se refere ao funcionamento organizacional; como ocorre o processo do policiamento ostensivo; a escala de serviço; como estão divididos os círculos hierárquicos e o que leva a escolha do “ofício de polícia”.

O segundo capítulo, O REGULAMENTO DISCIPLINAR MILITAR E CONTRATAÇÃO E A CONTRATAÇÃO PARA O “BICO”, apresenta a compreensão dos policiais militares acerca do **bico**, e como ocorre o processo de escolha (recrutamento) do policial militar para o serviço de segurança.

O terceiro capítulo, TRABALHO PARALELO, HIERARQUIZAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA, mostra como se organiza a estrutura de funcionamento do trabalho paralelo e como ocorre a acessão neste serviço possibilitando uma hierarquia entres os integrantes.

O quarto capítulo, O ESQUEMA DE SERVIÇO, revela o funcionamento do esquema do **bico**, identificando alguns estabelecimentos privados que utilizam o serviço de segurança de policiais militares; explicitando o funcionamento de cada esquema e identificando as categorias que exercem a segurança.

Em CONSIDERAÇÕES FINAIS, apresentamos a conclusão deste trabalho.

## CAPÍTULO I: A POLÍCIA MILITAR EM BELÉM DO PARÁ

Ouvimos queixas (tanto de oficiais como de praças), sobre baixos salários, carga horária de trabalho que normalmente excede a prevista, condições de trabalho inadequadas, como: insuficiência de equipamentos, armamento e de viaturas para o policiamento, dificuldades de relacionamento intra e extra instituição, além da insegurança por “andar fardado” nas ruas, em virtude do policial torna-se alvo fácil da marginalidade que combate, ouvimos, também, relatos de dificuldade dos policiais em oferecer assistência à família em questões financeiras e sociais, além de problemas psicológicos, decorrentes de seu contexto de vida geral. (LIMA, 2001, p. 83-84, grifo do autor).

No Brasil, a polícia militar é um braço auxiliar das Forças Armadas, e por isso recebe uma formação análoga, mesmo quando tratamos da esfera civil desse serviço. Vale salientar que para Kant de Lima (2004), a polícia se define como instituições não só separadas, mas externas ao conjunto de cidadãos que precisam não apenas controlar, mas, fundamentalmente, manter em seu devido lugar e reprimir quem perturbe a ordem pública. O que poderia ser vislumbrando por outro ângulo: “[...] uma polícia mais próxima da comunidade, fazendo e aprendendo com ela às estratégias de policiamento” (BARREIRA, 2004, p.46). Por isso, a atuação policial está pautada na repressão dos indivíduos, procurando regular e controlar as condutas da sociedade, demonstrando que este controle “determina a liberdade da sociedade”. (BAYLEY, 2001, p.17).

Assim, a polícia militar desempenha um papel repressor e para agravar mais está condição, Kant de Lima (2004) identifica um despreparo e uma má formação dos policiais, sendo a maior queixa destes a falta de treinamento e manuseio de equipamento, principalmente no que diz respeito à manipulação da arma de fogo, que não é realizado com a necessária frequência, nem financiado adequadamente pela corporação, visto que, o treinamento somente ocorre durante o processo de formação de oficiais e praças.

O ofício do policial expande-se em diferentes tipos situacionais e grupos sociais. Assim, uma guarnição<sup>6</sup> poderá ser responsável por controlar um tumulto, reprimir um assalto, capturar um criminoso ou ainda tentar evitar um conflito familiar. Dessa forma, inferimos que, para atender a demandas sociais tão díspares, faz-se necessária uma formação que atente não só lidar com situação de desordem pública, mas também para a tentativa de mediação de conflitos entre vizinhos, discussões familiares, isto é, para o todo social.

---

<sup>6</sup> É o deslocamento de um grupo pequeno de policiais, que poderá ser entre 03 ou 25 policiais.

## 1.1 OS DEVERES DE SER POLICIAL MILITAR

A Polícia Militar desempenha o policiamento ostensivo em via pública, tendo como obrigação a manutenção e preservação da ordem pública, como dispõe a Constituição Federal 88, em seu art. 144, 5º - Da Segurança Pública:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

A norma constitucional federal estabelece uma força auxiliar e reserva do Exército, podendo, em caso de necessidade, ser empregada em operações militares de guerra, subordinada ao Governo do Estado, por ser responsável pelo policiamento ostensivo diário, como previsto na Lei Complementar Estadual 053/06:

Art.1º A Polícia Militar do Pará – PMPA - é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinada ao Governador do Estado, cabendo-lhe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, atividade-fim da Corporação, para a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Apesar de possuir normas militares, a Polícia Militar está vinculada à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, que é um dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública estadual, com a incumbência de proteção aos cidadãos pertencentes a sua jurisdição, garantindo o exercício da liberdade:

Art. 2º A Polícia Militar do Pará compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado, é vinculada à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, nos termos da legislação estadual em vigor, atua de forma integrada com os demais órgãos de defesa social do Estado, em parceria com os demais órgãos públicos, privados e a comunidade, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

A estrutura das polícias militares é exatamente adequada ao modelo militar de segurança, reproduzido as organizações do exército, pois, os seus funcionários são considerados militares e, por isso, divididos em duas grandes categorias praças e oficiais: os

praças possuem graduação<sup>7</sup>, e quanto os oficiais são reconhecidos pelos postos<sup>8</sup> que ocupam, que estão assim distribuídos:

**Oficiais:**

<b>HIERARQUIZACAO</b>	<b>Postos e Graduações</b>
<b>Círculo de Oficiais Superiores</b>	Coronel PM Tenente Coronel PM Major PM
<b>Círculo de Oficiais Intermediários</b>	Capitão PM
<b>Círculo de Oficiais Subalternos</b>	1º Tenente PM 2º Tenente PM

**Praças Especiais<sup>9</sup>:**

<b>Freqüentam Círculo de Oficiais Subalternos</b>	Aspirante -a- Oficial PM
<b>Excepcionalmente ou reuniões sociais, tem acesso ao Círculo de Oficiais.</b>	Aluno Oficial PM
<b>Excepcionalmente ou reuniões sociais, tem acesso ao Círculo de Subtenentes e Sargentos.</b>	Aluno do CFS PM

**Praças:**

<b>Círculo de Subtenentes e Sargentos</b>	Subtenente PM 1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento
<b>Círculo de Cabos e Soldados</b>	Cabo PM Soldado PM 1º Classe Soldado PM 2º Classe Soldado PM 3º Classe Soldado PM Classe Simples

**Fonte:** Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará.

Desse modo, cada policial militar deve freqüentar os círculos hierárquicos<sup>10</sup> que pertence, caso não cumpra essa determinação, pode sofrer sanções disciplinares, como

<sup>7</sup> É o grau hierárquico das praças, correspondente ao respectivo cargo, conferido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.

<sup>8</sup> É o grau hierárquico dos oficiais, correspondente ao respectivo cargo, conferido por ato de Governador do Estado e atestado em Carta Patente.

<sup>9</sup> Denominação atribuída aos aspirantes a oficial e aos alunos da Escola de Formação de Oficiais e Praças.

<sup>10</sup> São âmbitos de convivência entre os policiais militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança sem prejuízo do respeito mútuo.



estipulado pelo Estatuto do Policial-Militar da Polícia Militar do Pará, no Art. 13, Parágrafo 3º:

A disciplina e o respeito à hierárquica devem ser mantidos em todas as circunstâncias pelos policial-militares em atividade ou na inatividade.

O policial militar está regido por lei que estabelece a divisão hierárquica na instituição, por isso há todo um procedimento de norma a ser respeitada e cumprida, que estipula os procedimentos a serem adotados como: o cargo ocupado conforme seu posto, punições, transferências, escala de serviço, policiamento ostensivo, uso de uniforme e outros.

Portanto, o policial militar possui direito e dever estipulados a partir do grau hierárquico que está inserido, devendo respeito aos superiores, pares e subordinados, porém, a corporação está acima de tudo, como podemos perceber neste trecho do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, Art. 18, Incisos 37:

Dedicar-se integralmente ao serviço policial-militar e ser fiel à Instituição a que pertence, mesmo com o risco da própria vida.

O policial militar deve ser fiel à Instituição Militar, a ponto de colocar a sua vida em risco para defendê-la, o preceito de honrar a instituição está acima de qualquer coisa, zelar pelo “bom nome” é seu objetivo, não lhe sendo permitido ato contrário aos preceitos estipulados pelas normas institucionais militares. O policial militar deve possuir uma integridade moral inabalável para poder representar a instituição, como estipulado no Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, Art. 18, Incisos 36:

Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar.

Ao policial militar não é permitido que os seus interesses particulares fiquem acima da instituição, devendo sempre se preocupar em manter o serviço público acima do particular, como podemos constatar nestes trechos do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, Art. 18, Incisos 4 e 16:

Atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares;

-----  
Abster-se do uso do posto, ou graduação ou função para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros.

Ao policial militar não é permitido possuir empresa particular e tampouco facilitar negócios com empresas, cabendo informar ato contrário à legislação interna militar, incumbindo os demais integrantes de denunciar aqueles que não se adaptam às normas

estabelecidas. E qualquer atitude contrária às normas, que possa comprometer a instituição militar, é passiva de punição, conforme o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, Art. 29, que estipula o conceito de transgressão disciplina:

Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais militares, na sua manifestação elementar e simples, e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, ainda que constituam crime.

Desse modo, a polícia militar possui um regulamento disciplinar bastante rígido, que faltas cometidas nas relações internas podem ser punidas com prisão. Com a criação da Corregedoria, os policiais militares passaram responder procedimentos administrativos disciplinares em locais específicos e o responsável pelo procedimento é policial militar indicado por este órgão, assim, a investigação do delito cabe ao colega de farda, que será um posto acima do acusado, exemplo: um sargento não pode ser julgado por outro sargento, é necessário que seja um oficial (tenente), que é superior ao sargento. E o acompanhamento do processo é verificado pelo Oficial Corregedor que estipula a pena a ser aplicada após apuração, a documentação do processo é enviada a Justiça Militar para apreciação do Juiz Auditor.

Portanto, há todo um procedimento ético e disciplinar que norteia a instituição militar, estabelecendo ao policial, diretrizes a serem cumpridas e, qualquer descumprimento, é vislumbrado como transgressão disciplinar. Porém, o fato que chama a atenção é a existência de uma disciplina rígida, mas que não consegue alcançar algumas transgressões graves que ocorrem dentro e fora da instituição, como é o caso do **bico**, objeto deste estudo que será analisado no capítulo posterior.

Esta lei rígida restringe aos membros da instituição, porém, ela não consegue alcançar o **bico**, mesmo sendo considerado uma transgressão grave, conforme o sobre a questão das transgressões na PMPA, o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, Art. 31, § 4º, esclarece:

Art. 31. As transgressões disciplinares serão classificadas observando-se o seguinte:

-----  
§ 4º Considera-se transgressão de natureza grave cometer à subordinado atividades que não são inerentes às funções do policial.

A profissão exige dedicação e exclusividade, não é permitido ao policial militar o envolvimento com trabalho paralelo, caso isso seja identificado é realizado um procedimento administrativo para apurar a prática do delito.

Logo, existe todo um aparato institucional regulamentando os procedimentos que devem ser adotados pelos policiais militares no desempenho do trabalho. Em qualquer circunstância que leve ao delito, existe uma norma que estipula a punição.

Vale esclarecer que possuir outro emprego concomitantemente à função de policial militar é uma transgressão grave na Corporação, porém, isso não impede a realização do **bico**. Apesar da existência de órgãos como Corregedorias e Ouvidorias, que possibilitam fiscalizar as ações policiais, mediante as denúncias da sociedade sobre a arbitrariedade cometida por policiais civis e militares. Todos estes mecanismos de coerção são ineficientes quando se tratar do **bico**, afinal, a sua estrutura organizacional consegue burlar as leis, já que uma grande parte de policiais militares está envolvida neste tipo de segurança e não vislumbrar como uma transgressão disciplinar.

## 1.2 O TRABALHO DE POLÍCIA

A Polícia Militar possui uma estrutura organizacional baseada nas forças armadas, compreendendo locais de trabalhos como a unidade operacional denominada de Quartel ou ZPOL<sup>11</sup>. E os seus membros são servidores militares, divididos em categorias de praças e oficiais.

Há uma divisão de trabalho que habilita cada policial militar para exercer um tipo de serviço<sup>12</sup>, sendo designada pela habilidade possuída, por meio dos treinamentos realizados, que, por conseguinte, quanto mais curso tiver, mais habilitado se torna para uma determinada função<sup>13</sup>; e podem ser empregados em serviço que estão assim divididos:

---

<sup>11</sup> Locais que têm efetivos de policiais militares por área de serviço, isto é, uma guarnição fica responsável por determinado bairro, portanto, somente esta guarnição é responsável pelo policiamento ostensivo da área.

<sup>12</sup> É o exercício das obrigações que pela generalidade, peculiaridade, duração, vulto ou natureza das atribuições; não são catalogadas como posições tituladas em Quadro de Efetivo, Quadro de Organização ou dispositivo legal.

<sup>13</sup> É o exercício das obrigações inerentes ao cargo ou comissão.

1. Serviço burocrático	São policiais militares empregados no serviço interno de unidades operacionais ou em órgãos públicos que são as unidades de apoio de pessoal, de logística, de ensino e instrução e de saúde. E que apóiam a atividade-fim.
2. Serviço operacional	São policiais militares empregados no policiamento ostensivo, em órgão de execução da atividade-fim, sendo em unidades operacionais da polícia ostensiva.
3. Serviço especializado	São policiais militares empregados nas unidades especializadas, exercendo um serviço de natureza específica.

**Fonte:** Lei Nº. 5.251 de 31 de julho de 1985.

Verificamos que na instituição militar existe uma divisão de tarefa, mediante a necessidade do serviço ou especialidade funcional do policial militar, porquanto aqueles que realizam o policiamento ostensivo são considerados operacionais, dito como policiais de rua, os que estão afastados da rotina policial são considerados como de “gabinete”, isto é, não têm experiência do trabalho de rua, realizam apenas o serviço burocrático.

Assim, cada policial militar é empregado em um determinado serviço, sendo avaliado pela sua especialidade e utilizado nas mais diversas atividades funcionais na instituição militar.

Basicamente, a atividade policial na capital está dividida por grupamento especializado em ação de pronto emprego. São aqueles policiais que desempenham o policiamento específico (são empregados em situação de conflito, onde se faz necessários armamentos de combate); assistencial (são os que trabalham com um grupo específico, um exemplo é a criança e o adolescente, o idoso e outros) e o policiamento ostensivo (atividade-fim da corporação) são os policiais militares que trabalham no policiamento em via pública e o serviço administrativo (burocrático) - atividade-meio.

Os grupamentos especializados são compostos por policiais militares responsáveis por um tipo específico de policiamento. Não apenas fazem o policiamento ostensivo diário, mas, o serviço deles é lidar com situações “limite”, que necessita de um poder de “fogo” maior, isto é, “combate”. É uma tropa empregada em situações que envolvem multidões, rebeliões, passeatas, greves e outros. Sua permanência é aquartelada e está sempre em treinamento.

Há também outro tipo de policiamento o assistencial: voltado para um grupamento específico (pessoas idosas, adolescentes e outros); e também possui um grupo assistência como: médicos, psicólogos, assistente social e outros. Os policiais militares que trabalham nestes locais possuem um treinamento para agir com um público específico e não podem ser utilizados em qualquer ocorrência como os do policiamento ostensivo e nem tampouco empregado para combate como do grupamento especial, e sim para dar assistência a uma área específica, é como se fosse um grupamento assistencial da polícia:

<b>CIEPAS</b>	Atuando com criança em ato inflacionários e crianças em situação de risco.
<b>CIPTUR</b>	Policiamento em área denominada como turística e proteção ao grupo de turista.
<b>CIPOE</b>	Policiamento Escolar, realizado nas escolas públicas com mais incidências de transgressões por alunos.

No policiamento ostensivo os policiais militares são distribuídos por zona de policiamento, sendo responsáveis pelo patrulhamento de cada bairro, realizado por meio do policiamento ostensivo que pode ser a pé ou motorizado.

A pé é uma dupla de policiais responsável pela segurança de locais como: via pública, praças, zona de comércio e outros. O motorizado pode ser de moto ou de carro. De carro, quando a área de atuação são maiores e requer armamento especializado para lidar com situações como: assalto ao banco, seqüestro, roubo a estabelecimentos comerciais e etc... . Neste caso, um patrulheiro porta metralhadora e no caso do patrulhamento de moto, os policiais possuem somente pistola.

A utilização da arma de fogo no patrulhamento a pé, dependerá do local que o policial for escalado. Em serviço como campos de futebol, eventos religiosos e outros, o policial militar faz uso de bastões. Vale lembrar que nessa modalidade, encontraremos sargentos como comandantes de viatura e cabos como patrulheiros; e as duplas a pé são de soldados e cabos e, algumas vezes, encontraremos sargentos comandando soldados e cabos. Sempre há um oficial rondante que fiscaliza o policiamento ostensivo dos bairros.

A Polícia Militar disponibiliza um contingente para atender a parte administrativa, são atribuições burocráticas executadas por policiais militares nas mais diversificadas atividades. Os policiais são utilizados internamente no Quartel, trabalhando na **atividade-meio**, como: folha de pagamento, manutenção de viaturas, instrução de ensino, e outros, podendo ser utilizados por outros Órgãos Públicos como: Ministério Público, Detran,

Tribunal de Justiça e outros, realizando serviço que não são **atividade-fim**, são empregados como digitadores, segurança, arquivista, guarda destes locais, secretaria, motorista e as mais diversas atividades. O policial militar neste local é desvirtuado do serviço policial militar, passando a exercer serviço meramente burocrático.

Constatamos que o emprego de policial militar é diversificado, então, a partir desse fato é necessário esclarecer sobre a escala de serviço na Corporação Militar do Pará. Para uma melhor compreensão desta escala, foi elaborada uma tabela que mostra o trabalho policial militar.

**Tabela 1 – Sobre escala do serviço policial militar em Belém do Pará.**

<b>Carga</b>	<b>Segunda</b>	<b>Terça</b>	<b>Quarta</b>	<b>Quinta</b>	<b>Sexta</b>	<b>Sábado</b>	<b>Domingo</b>	<b>C/H/T</b>
<b>1</b>	<b>24 H/D</b>	Folga	Folga	<b>24 H/D</b>	Folga	Folga	<b>24 H/D</b>	<b>72H/S</b>
<b>2</b>	<b>12 H/D</b>	Folga	<b>12 H/D</b>	Folga	<b>12 H/D</b>	Folga	<b>12 H/D</b>	<b>48 H/S</b>
<b>3</b>	<b>12 H/D</b>	<b>12 H/N</b>	Folga	Folga	<b>12 H/D</b>	<b>12 H/N</b>	Folga	<b>48 H/S</b>
<b>4</b>	<b>06 H/D</b>	<b>06 H/D</b>	<b>06 H/D</b>	<b>06 H/D</b>	<b>06 H/D</b>	<b>06 H/D</b>	Folga	<b>36 H/S</b>

**Carga horária 1:** o policial militar trabalha em uma escala de serviço de vinte e quatro horas, com folga de quarenta e oito horas, que no final de semana se soma toda a hora trabalhada. Neste período, trabalhou 72 horas semanais, que dividida pelos sete dias da semana, dará aproximadamente 10 horas e 20 minutos diária, trabalhando de segunda a domingo, sem folga nenhum dia da semana, perfazendo um total de 288 horas mensais.

**Carga horária 2 e 3:** o policial militar trabalha em uma escala de serviço de doze horas diárias no período da manhã, folga trinta e seis horas; se está mesma escala for a noite a folga é de quarenta e oito horas; e no final de semana trabalhou 48 horas semanais, que dividida pelos cinco dias da semana, dará aproximadamente 09 horas e 6 minutos diárias, tendo folga no final de semana (sábado e domingo) ou se pegar a mesma quantidade de horas e dividir por sete dias, dará aproximadamente 07 horas e 25 minutos diárias, trabalhando todos os dias da semana, ou seja, de segunda a domingo, sem folga em nenhum dia na semana, perfazendo um total de 192 horas mensais.

**Carga horária 4:** o policial militar trabalha diariamente seis horas de serviço, em uma escala que pode ser durante a manhã ou a tarde, trabalhando todos os dias úteis, que somando perfaz um total de 36 horas semanais, tendo folga no final de semana, que pode ser no sábado ou domingo, perfazendo um total de 144 horas mensais.

Existe uma escala de serviço específica para cada tipo de policiamento. As ZPOLS funcionam basicamente em doze horas de serviço na viatura. Durante o dia, o policial que cumpre as suas doze horas de serviço e terá uma folga de vinte e quatro horas. A folga do policial militar, que realiza o policiamento motorizado à noite, é de trinta e seis horas. O policial militar que trabalha durante o dia, no outro turno estará à noite. O policiamento ostensivo a pé é de seis horas diárias, incluindo, os sábados e serviços extras de policiamento de jogo de futebol e outros.

No policiamento considerado especializado, os policiais militares são aquartelados e permanecem na dependência da instituição, saindo, somente, se houver conflito na via pública. A escala de serviço é de doze horas durante o dia, com folga de trinta e seis horas, estando no dia seguinte, à noite, cumprido uma escala de doze horas, mas com uma folga de quarenta e oito.

No assistencial, o serviço é realizado em via pública, com algumas diferenças. Existe a escala de seis horas corridas. Todos os dias, o policial cumpre uma rotina de trabalho e folga somente nos finais de semanas (sábado ou domingo). A outra é de doze horas de dia, com folga de trinta e seis horas, estando no dia seguinte à noite, sendo uma escala de doze horas, mas com uma folga de quarenta e oito.

Os policiais militares que trabalham no serviço burocrático possuem uma escala de serviço de seis horas diárias, que pode ser de manhã ou tarde, durante a semana, tendo os finais de semanas livres para o lazer.

Existe uma rotina de trabalho que obriga o policial militar a uma escala de serviço intercalado, o que dificulta ter um horário específico de trabalho. Assim, cada policial militar trabalha em um determinado segmento de serviço que pode ser policiamento ostensivo, burocrático, especializado e assistencial.

É necessário observar o trabalho policial para compreender que a norma institucional não é o único mecanismo utilizado para evitar o segundo emprego. O trabalho policial possui uma escala de serviço extremamente complexa e desgastante que não permite um outro emprego. Apesar de todos esses mecanismos de coesão, não se evita a prática do **bico**, na instituição militar, pois é esquecido que por trás das normas existe o homem, que sempre procura encontrar formas de burlar o que está estabelecido, o famoso “jeitinho brasileiro” (DA MATTA, 1991).

### 1.3 O QUE LEVA A “SER” POLICIAL MILITAR?

Antes de identificar as categorias encontradas no trabalho paralelo, é necessário compreender o **“ser” policial militar?** Profissão essa considerada como um trabalho arriscado e de remuneração insuficiente, mas que exerce certo fascínio, constatado mediante as entrevistas realizadas com os policiais militares, e em outros casos simplesmente considerada uma oportunidade de emprego em órgão público:

A principio por causa de emprego, estava difícil né, aí surgiu a oportunidade. Me escrevi e estou aqui até agora, foi por falta de emprego. (cabo, 15 anos de serviço).

A falta de emprego atrai jovens sem experiência profissional a buscarem na polícia militar uma oportunidade de trabalho. A exigência de ingresso nesta instituição, como praça (soldado), é possuir Ensino Fundamental e, para oficial, o Ensino Médio, ambos pedem como limite de idade: entre 18 e 27 anos. Nesse momento, cabe observar que, a carreira policial é uma oportunidade de emprego que não requer tanta exigência profissional:

Entrei não querendo entrar, foi uma opção, por que eu tinha dois filhos. Na época não era empregada, e precisava deste emprego, foi uma forma de arranjar, mas eu já estou há quatorze anos, não é uma coisa que eu não goste, mas tem muita coisa que eu não me acostumo com o que acontece na polícia. (cabo feminino, 14 anos de serviço).

A procura de uma vaga nas fileiras da polícia militar constitui-se mais uma necessidade de emprego do que uma profissão “almejada” de realizações pessoais, visa quase sempre a estabilidade funcional e previdenciária:

Antes de entrar na polícia em 92, eu vivia na porta do SINE, não existia mais campo para mim, a última empresa em que trabalhei foi Andrade Gutierrez. Fiquei desempregado e fiquei recebendo seguro desemprego. (sargento, 13 anos de serviço).

As pessoas que estavam desacreditadas profissionalmente no mercado de trabalho exigente, buscando reconhecimento profissional, viam a Polícia Militar como último recurso para conseguir emprego, mesmo submetendo-se a concurso público:

Eu entrei na polícia, mas por necessidade. Eu não tinha emprego, eu não tinha para onde correr; estava parado mais de quatro anos. Foi uma oportunidade que



apareceu: meti a cara, eu consegui, eu mesmo fui. Antes disso eu trabalhava como vigilante. (soldado, 09 anos de serviço).

O emprego na polícia garante segurança para a família, devido a estabilidade do serviço público e da previdência social:

Eu entrei na polícia por necessidade de trabalho. Na época quando eu entrei na polícia, eu já estava trabalhando, já, mas o meu ganho era pouco, era particular também. Emprego particular não tem nenhuma segurança, não tem nenhuma estabilidade. Pelo menos na polícia apesar de ser um trabalho muito arriscado, muito cansativo, a gente trabalha demais, mas a gente tem certa estabilidade, pelo menos se acontece alguma coisa com a gente, quando a gente coloca a farda a gente nunca sabe o que vai acontecer no dia seguinte, mas se de repente acontece alguma coisa pelo menos, a gente já vai ter alguma coisa para dar para família da gente, a gente tem alguma coisa a deixar para a família da gente, por que é algo fixo, a gente já tem certa estabilidade. (soldado, 01 ano de serviço).

Há também aqueles que vêm no serviço policial uma satisfação pessoal:

Foi uma opção de emprego, porque eu gostava da policia, eu gosto de ser policial, não servi o exército, peguei excesso, abriu o concurso, eu sempre tive vontade de ser militar, apareceu esta oportunidade na policia militar (cabo, 15 anos de serviço).

Também há uma similaridade entre aqueles que procuram a Polícia Militar pelo sentimento de gostar, identificando o seu serviço como algo honroso e necessário à sociedade, acreditando na sua contribuição para diminuir a criminalidade:

Eu entrei na policia com 22 anos. Eu tinha aquela mentalidade assim, eu nunca gostei de bandido, uns dos motivos, combate à marginalidade. Eu sempre achei que tinha vocação, e servia para ser policial até hoje. (soldado, 08 anos de serviço).

A identificação com a polícia militar não brota de qualquer sentimento, vem do ato de gostar, de acreditar na importância do serviço policial, e de quanto é necessário para sociedade o seu trabalho. A sua vocação é “servir” à sociedade, não aceitando a violência policial. É necessário ter “vocação” para ser policial militar:

Depende da vocação, o que é ser policial, o policial é aquele cara que tem que ser o escrotão<sup>14</sup> que gosta de bater, eu realmente não tenho vocação para isso, se for àquele policial quero relacionar bem com a comunidade, policial que tem a cabeça no lugar, eu acho que se for por vocação eu me adequo mais neste aspecto (soldado, 01 ano de serviço).

---

<sup>14</sup> É o policial militar que tem atitude de violência no atendimento de uma ocorrência policial.

Para aqueles que entraram por necessidade, em nenhum momento é citada a vocação como característica principal. Essa é sentida por quem escolhe a profissão pelo sentimento de gostar, de ser identificado como policial militar.

Outro tipo de vocação se origina das forças armadas, por meio da sua identificação com o militarismo, acreditando que para exercer tal profissão é necessária essa “vocação”, é preciso possuir um perfil profissional “militar”, tendo na polícia militar uma continuidade da “vocação” para o militarismo:

Primeiro porque eu sempre tive uma queda pelo militar, eu sonhava em servir as forças armadas, eu consegui, depois, passei um ano lá, aquele obrigatório. (cabos, 17 anos de serviços).

Assim, há um “perfil” militar que acredita habilitá-lo a ser policial militar, adquirido pela experiência nas forças armadas. Desse modo, quanto maior o seu tempo de permanência naquele local, mais característica do militarismo trará para instituição policial militar:

Eu me escrevi, eu já tinha servido no Exército, passei 04 anos e seis meses. (soldado, 08 anos de serviço).

Há um orgulho imbuído por pertencer a uma Instituição Militar, há um espírito militar, uma cultura identificada. Segundo Castro (2004), em seu estudo sobre os alunos oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAM), existem aqueles que ingressaram na polícia militar, pela identificação com o militarismo, sendo oriundo das forças armadas, e que buscam exercer os serviços operacionais na instituição policial.

Dessa forma, observamos que existem três processos mais constantes para o ingresso na polícia militar. Aqueles que buscam simplesmente um emprego têm na instituição uma oportunidade de sustento para os seus familiares; aquele que quer encontrar na vocação um estímulo para ingressar na corporação policial e, ainda há os oriundos das forças armadas, que desejam uma oportunidade de continuar numa instituição militar. Então, o processo de ingresso do policial militar pode ser assim identificado:

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Por necessidade de emprego;</li></ul>
--	---

Motivo da escolha da profissão Policial Militar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vocação policial, por identificar-se com serviço policial e gostar da polícia militar;</li> <li>• Oriundos das forças armadas, identificação e vocação “militar”.</li> </ul>
--	---

**Fonte:** policiais militares entrevistados.

Se fizermos uma comparação entre o perfil dos policiais pela vocação e confrontamos com as opções pelo **bico** encontraremos os seguintes:

Os policiais militares que ingressaram na Polícia Militar por necessidade de emprego, realizam o trabalho do **bico**, num serviço considerado menos arriscado, como aquelas que não envolvem condução de valores, segurança particular e vigilância em estabelecimentos que recebem quantia monetária para pagamento. Esse policial militar procura um serviço que requer menor esforço físico e que não coloque a sua vida em risco.

Os policiais oriundos das forças armadas optam por um serviço mais arriscado, principalmente os que possuem treinamento militar; aquele serviço que requer um emprego de armamento como pistola, rádio de comunicação, vigilância eletrônica e viatura. É uma segurança que requer uma estrutura organizada com apoio logístico e recurso humano, servindo de exemplo: o serviço em festas de aparelhagem, o de condução de valores, a vigilância em patrimônio particular e o de segurança privada.

Os policiais militares que ingressaram, por identificação com o serviço policial, por gostarem da polícia militar, podem ser encontrados tanto nos serviços considerado de menor risco quanto naqueles mais arriscados. Porém, uma característica é comum em todos: a utilização de arma de fogo. Portar arma é algo necessário para realizar trabalho paralelo (o bico), até porque o estabelecimento que o contrata exige armamento próprio.

Todas essas situações influenciam o trabalho paralelo. Os policiais militares serão escolhidos pela capacidade profissional desenvolvida dentro da corporação militar, visto que, o trabalho exercido fora do âmbito da corporação policial é um reflexo do serviço desempenhado dentro da Instituição Policial, por isso, a escolha do trabalho paralelo dependerá da função desenvolvida na Corporação.

## CAPÍTULO II: O REGULAMENTO DISCIPLINAR E A CONTRATAÇÃO PARA O BICO

Por que a maioria, grande parte tira; e que a grande maioria tem vontade de ter o seu **bico**. Particularmente tiro **bico** por que eu preciso. Ai vem aquela coisa: se tu ganhasse bem mesmo assim tu tirava **bico**, poderia ser. Mas eu tiro por que me deu uma nova realidade financeira para mim, eu preciso tirar o **bico** hoje. (soldado, 08 anos de serviço).

### 2.1 A FORMAÇÃO DO “BICO”

Surgem, assim, várias indagações: como esses policiais militares – agentes da segurança pública – desempenham a função de polícia pública e conseguem trabalhar na área privada? Como são os contratos e o porquê dessas contratações, visto que existem tantas empresas de segurança privada legalizada e apta para esse tipo de serviço? E, ainda mais, como conseguem desempenhar o serviço de segurança privada, contrariando normas militares que regulamentam as suas atividades nos quartéis?

Dessa maneira, observamos que este tipo de serviço não é algo novo, que não seja de conhecimento das instituições policiais e tampouco do governo. De tal modo que em alguns estados, existem propostas para a legitimação das atividades paralelas (bico) que são distintas: alguns tentando comprar a hora de folga do policial e outros permitindo o serviço particular de segurança, como podemos observar em algumas medidas realizadas em vários estados. O modo de aquisição dessa atividade se diferencia de um estado para outro: há aquele que compra a folga do policial militar; e outro que permite a realização do ‘bico’ como atividade normal.

Por exemplo, no Rio de Janeiro, quando autorização a **lei do bico**, os policiais civis e militares prestavam serviço de segurança em estabelecimentos privados, desde que possuísse a permissão pelo seu Comandante de OPM<sup>15</sup>. Isso causava um descontentamento por partes dos policiais militares, visto que, alguns policiais acabam indo trabalhar para os comandantes de suas unidades, provocando um esquema de segurança privada gerenciado por comandantes de unidades:

---

<sup>15</sup> Denominação genérica dada ao corpo de tropas, repartição, estabelecimentos ou qualquer outra unidade administrativa ou operativa da Polícia Militar.

Lei do Bico, aprovada em 1994, pelo então governador Nilo Batista, porque, de acordo com ele, ela não agradava aos policiais, que só podiam ter um segundo emprego na área de segurança se fosse autorizado pelo comandante do batalhão (no caso dos PMS).

— Como muitos comandantes eram donos de empresas de segurança, os PMS se viam obrigados a trabalhar para eles<sup>16</sup>.

Para compreendermos tal trabalho paralelo dos policiais militares no Rio de Janeiro, é necessário saber que existe a Lei Estadual Nº. 2.216, de 18 de janeiro de 1994, que legitima ao policial civil e militar exercer a função de vigilância privada em estabelecimentos privados, o que permite uma legalização no trabalho paralelo.

No Rio de Janeiro deparamos com uma realidade, diferente da maioria dos outros estados. Os policiais militares legitimados, mediante projeto lei, são autorizados a exercer trabalho paralelo, e para isso era suficiente uma ordem do seu chefe imediato, ou seja, o seu comandante de unidade tem poderes para autorizar o seu serviço.

Essa legalização traz um outro foco, são policiais que não estão na clandestinidade, têm respaldo institucional, mas se encontram limitados para exercer o serviço de segurança privada, uma vez que, precisam da autorização de seu chefe.

Por isso, o policial militar do Rio de Janeiro por ter uma outra realidade, não buscava mais legalidade deste serviço, mas, a liberdade para exercer a segurança privada, sem se comprometer com aquele que autoriza o serviço.

Lei Estadual de Nº 2.465 de 24 de novembro de 1995, Revoga parcialmente a lei nº 2216, de 18 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o desempenho, a título precário da função de vigilância privada pelos servidores da polícia civil e da polícia militar, na forma que menciona, e dá outras providências. Possibilitou ao policial militar para exercer o **bico** se autorização do comandante da unidade.

Como no Rio de Janeiro a situação dos agentes de segurança pública em relação ao trabalho paralelo é diferenciada – eles têm permissão para exercer o “bico”, com algumas condições –, podemos observar isso como um fato isolado, visto que, na maioria dos estados, os policiais não podem exercer esse tipo de serviço, pois é considerado clandestino e passivo de punição.

São Paulo apresenta uma outra realidade, uma vez que, o trabalho paralelo não é autorizado, como na maioria dos estados brasileiros. Entretanto, este fato não impede os agentes de segurança pública realizarem o **bico**, identificado por Cubas (2005).

---

<sup>16</sup> Jornal *O Globo*, em 22 de maio de 2001. Texto de Carla Rocha e Vera Araújo.

A autora, em seu estudo sobre a segurança privada, constata que existe um esquema privado de segurança, observado através das ruas fechadas, pelas grades e muros altos, o que evidencia uma expansão no setor privado de segurança, havendo assim uma necessidade de mão-de-obra treinada.

Logo, encontrar este recurso humano para exercer o serviço de vigilância é difícil. Por isso, as empresas exigem e optam pela contratação policial militar e civil para este setor, gerando assim um trabalho paralelo. Isso mostra uma relação de proximidade destas empresas privadas de segurança com as instituições policiais, permitindo assim um apoio institucional para eventuais problemas que possam existir e gerando uma dependência dessa empresa privada de segurança com os órgãos públicos responsáveis pela segurança pública:

Um item fundamental para entender melhor o dia-a-dia dessas empresas é a relação que estabelecem com as polícias civis e militares. A maioria das empresas procura estabelecer contatos com os policiais da região onde prestam os serviços para, no caso de algum incidente, terem todo o apoio necessário. Pode-se dizer que há certa dependência entre os vigilantes e os policiais, em que um colabora com o serviço do outro, porque, em muitos casos, os vigilantes são os primeiros a contatarem a polícia. Há, também, a colaboração direta de policiais que fazem 'bicos' nas empresas, em atividades distintas às de vigilância. (CUBAS, 2005, p.145).

A identificação de policiais nas duas esferas, tanto na pública quanto na privada, é uma prática comum em nossa sociedade, e isso podemos constatar a partir do cotidiano do seu serviço no setor privado. Alguns autores descrevem a expansão do serviço de segurança privada pela ineficiência do Estado, que não consegue atender aos anseios sociais de segurança, por exemplo, Cubas (2005, p. 45) considera esse um dos fatores para a privatização da segurança:

Considerando que a violência é um fenômeno que toca no cerne da cidadania, pois incide no direito à integridade física das pessoas, a credibilidade e legitimidade do Estado como o provedor dessa integridade ficam abaladas num contexto de iniciativa particulares para a resolução do crescente aumento da violência.

A resolução dos conflitos não é mais tomada por um poder público e democrático resultante das conquistas sociais, mas sim por vários núcleos de poderes individuais e tradicionais. No momento em que um determinado grupo garante sua segurança por conta própria, não lhe resta mais motivação para reivindicar melhorias na segurança pública, dando continuidade à sobreposição do privado sobre o público.

Cubas (2005) também afirma que o estado não possui política pública de segurança eficiente, e isso permite a entrada de empresa privada de segurança em todos os

seguimentos comerciais: eventos, shopping, praças e outros; e a proteção passa a ser vista como um mercado lucrativo para muitas empresas privadas de segurança, dando margem a um crescimento no setor da segurança privada.

Por isso, há uma demanda da empresa privada de segurança, o que facilita a contratação de policiais civis e militares trabalhando nas mais diversas atividades – desde “dono” da empresa até o “prestador” de serviço. Logo, temos policiais militares vinculados na esfera pública e na esfera privada:

Além disso, é importante lembrar que boa parte desse efetivo da segurança pública, principalmente entre os integrantes da Polícia Militar, atua, irregularmente, nas duas forças. É o chamado “bico”, serviço realizado pelos policiais nos momentos de folga. (CUBAS, 2005, p.97).

A identificação de policiais militares nas duas esferas mostra a existência de uma força pública policial comprometida com o setor privado de segurança. Isso impede o Estado de reprimir tal prática e traz como consequência uma privatização da segurança que, por outro lado, força a sociedade a buscar alternativa de proteção:

A resolução dos conflitos não é mais tomada por um poder público e democrático resultante das conquistas sociais, mas, sim, por vários núcleos de poderes individuais e tradicionais. No momento em que um determinado grupo garante sua segurança por conta própria, não lhe resta mais motivação para reivindicar melhorias na segurança pública, dando continuidade à sobreposição do privado sobre o público. (CUBAS, 2005, p.45). ’

Em Goiás, na procura de uma solução para que os policiais militares e civis não exerçam trabalho paralelo, o estado passou adotar a compra da hora de folga dos policiais civis e militares, mediante Lei Estadual Nº. 15.125, de 25 de fevereiro de 2005, que permite a polícia civil e militar e ao corpo de bombeiros prestarem serviço voluntário para o Estado.

Art. 1º Fica instituída a prestação voluntária de serviços por parte de policiais civis, militares e bombeiros militares, após cumprida a jornada diária de trabalho a que estão sujeitos.

O policial civil e militar e do corpo de bombeiro são voluntários para mais um tempo de serviço, que corresponde a mais seis horas diárias e não pode ultrapassar de 48 horas mensais.

Art. 3º A carga horária máxima para a prestação voluntária de serviços será de 48 (quarenta e oito) horas mensais, com jornadas de trabalho não inferiores há seis horas.

Existe, entretanto, restrição para realizar o serviço voluntariado. O policial precisa estar enquadrado em alguns requisitos: não pode estar cumprindo penas administrativas, nem tampouco estar fora da função ou à disposição de outro órgão.

Por outro lado, essa atividade autorizada oferece ao policial uma segurança previdenciária, porquanto, se algo acontecer no serviço, este policial estará amparado institucionalmente pelo órgão público que autorizou a realização do serviço; um acréscimo mensal no contracheque, como se fosse uma hora-extra policial, pelo serviço realizado na sua hora de folga, sem direito à incorporação.

Art. 5º Os policiais civis, militares e bombeiros militares admitidos para a prestação voluntária de serviços, nos termos desta Lei, terão direito a uma retribuição pecuniária, a título de gratificação, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pelo cumprimento da carga horária mensal máxima prevista no art. 3º.

Essa forma, adotada pelo estado de Goiás, procura evitar que os policiais civis e militares e do corpo de bombeiros exerçam trabalho paralelo e façam procura pelo segundo emprego, numa tentativa de extirpar a realidade vivenciada, que é de os policiais trabalharem na sua hora de folga para empresa privada realizando o **bico**, fato registrado em convênio entre estabelecimento privado e a própria corporação, observado nesta publicação:

[...] O fato de muitos policiais fazerem ‘bico’ como seguranças para completar o salário no fim do mês já é tão usual que está sendo mediado pela própria Polícia Militar. [...] O policial prestava serviços ao shopping por meio de um convênio entre a empresa e a corporação. (PINHEIRO, 2003).

Mesmo com a criação da citada lei, parece que não houve êxito nessa conquista de evitar a dupla jornada de trabalho, como se observa da denúncia do Ministério Público a jornal de grande circulação no estado:

O soldado da Polícia Militar (PM) Adão Alves de Jesus, de 39 anos, foi morto a tiros na noite de sábado, quando prestava serviço para a empresa de segurança Forte sul, onde trabalhava nos dias de folga. Adão era policial da ativa lotado no 8º Batalhão da Polícia Militar, em Aparecida de Goiânia<sup>17</sup>.

Fatos como esse, confirmam que a solução proposta pelo estado de Goiás, não alcançou o objetivo geral: evitar a prática do **bico**. O exercício do **bico** e as suas

---

<sup>17</sup> Jornal *O Popular*, em 28 de novembro de 2005. Denúncia do Ministério Público do Estado de Goiás.



consequências são contumazes, e, às vezes, causa a morte de mais um policial militar que serve de segurança para uma empresa privada. Observem a notícia divulgada pela imprensa local.

O fato de militares da ativa exercerem dupla jornada, na maioria das vezes trabalhando também como vigilantes em empresas de segurança, foi mostrado pelo POPULAR em reportagem publicada em 6 de novembro do ano passado. A reportagem destacou que cerca de 60% do efetivo da PM exerce outra atividade para complementar o salário, considerado insuficiente pela maioria para a manutenção da família. Os militares fazem bicos ainda como vigilantes no comércio da cidade<sup>18</sup>.

Logo, essa informação merece ser investigada, pois, precisamos saber sim, como ocorrem esses contratos e o porquê de contratar agente da segurança pública para trabalhar em locais privados, desempenhando uma função trabalhista privada, sendo pago pela exclusividade do serviço, que não cabe a ele, o policial, e sim a um vigilante de uma empresa de segurança privada.

Entretanto, é fato que a existência de policiais militares como segurança privada, conhecida como **bico**, não é nenhuma novidade para a sociedade brasileira. Por exemplo, em Belém do Pará, não é diferente. Isso faz parte do cotidiano da cidade, pois constantemente encontramos policiais militares que desempenham serviço de segurança privada em frente aos supermercados, as lojas comerciais, as agências dos correios, as casas lotéricas, enfim, em diversos estabelecimentos privados.

## 2.2. O BICO PARA O POLICIAL MILITAR

É neste complexo funcionamento que buscamos compreender como os policiais militares da região metropolitana de Belém desenvolvem o trabalho paralelo, a partir da compreensão **do que seja o “bico” para o policial militar**, uma vez que, essa atividade tende a se identificar como algo subjetivo, não formalizado em leis e regras da sociedade, e, ainda, considerado clandestino pelas instituições públicas, embora seja vista pelos policiais militares como uma atividade “corriqueira” e uma oportunidade financeira para complementação salarial, isto é, aumento na renda familiar.

Há uma identidade própria que influencia o **bico** e estabelece as regras de funcionamento. Isso pode ser compreendido a partir da idéia de Bauman (2004), que

---

<sup>18</sup> Ibid.

identifica as relações em comunidade, na aproximação de seus membros pela forma de estabelecer afinidade, definida em dois tipos:

- O primeiro em que as pessoas se aproximam pela relação de vida e destino, estão estabelecidas pelas relações de afetividade;
- E no segundo as pessoas estão ligadas por idéias ou princípios.

Entretanto, para compreender o **bico** é necessário se apropriar da segunda afinidade, pois, os policiais militares, ao exercerem o segundo emprego, estabelecem normas de funcionamento – acordos firmados entre os policiais militares e proprietário do estabelecimento privado ou entre os membros da segurança –, estipulando toda a estrutura do esquema de segurança.

Com relação ao gênero masculino e feminino, há diferença no exercício do trabalho paralelo, enquanto o policial militar masculino, em sua maioria, presta serviço de segurança particular à empresa privada, as mulheres preferem trabalhar como prestadoras de serviços na atuação de digitadora, arquivista, secretária, vendedora de mercadorias, pela complexidade do serviço exercido fora do âmbito policial militar, por possuírem regras próprias diferenciadas do masculino.

Por isso, os policiais militares femininos, quando no **bico**, são empregadas em serviço de menor risco pessoal. Isso é um reflexo do trabalho na instituição, se diferenciando do masculino, como observado no policiamento ostensivo diário, em que a dupla de policiais militares é composta por dois homens ou um homem e uma mulher, e, dificilmente, veremos uma dupla de mulheres. E é fato que o contingente de mulheres existente na polícia militar, em sua maioria, é empregado no serviço interno da corporação, identificado como burocrático.

A concepção da figura do policial militar ser estritamente masculina está baseada no emprego da utilização da força física para mediar conflito, atrelado à condição masculina para esta profissão. A forma explícita para vislumbrar esta concepção, por exemplo, é a organização do grupamento especializado que lida com a rebelião de presídio, o distúrbio civil, a greve, o seqüestro, o roubo a carro forte e outros, considerados como serviço de risco, no qual, dificilmente, encontraremos mulheres. A discriminação, ainda, pode ser vista, nas unidades operacionais, comandadas por homens, mesmo que se tenha um efetivo feminino para exercer o comando.

Para justificar a idéia de que a figura masculina representa o serviço policial militar pela necessidade do emprego da força física é necessário se apropriar do conceito de

Bourdieu (2007) sobre a virilidade, que é aptidão ao combate e ao exercício da violência. Está concepção cabe no **Ofício** de polícia.

O policial militar não pode ser considerado um ser frágil; isso influencia o trabalho paralelo. O serviço de segurança privado realizados por policiais militares femininos a empresas, estabelecimentos e pessoas físicas, é exercido com certa dose de desconfiança, uma vez que essas atividades são exercidas, geralmente, por policiais militares masculinos:

Olha, eu nunca vi mulher, mas eu acho possivelmente que isto aconteça. Basicamente segurança, segurança de estabelecimento, segurança pessoal, alguns empresários também. (soldado, 01 ano de serviço).

Há discriminação quanto ao emprego de policiais militares femininos no trabalho paralelo de segurança de estabelecimento ou empresa, dificilmente são contratadas para serviço considerado como “arriscado”, que necessita de força física e o uso de arma de fogo. Os policiais masculinos não confiam no serviço dos femininos, não acreditam na sua capacidade profissional para apoiá-lo quando precisarem agir, acreditando que para solucionar o conflito é necessário o emprego da força física.

Por exemplo, no exercício do trabalho paralelo os estabelecimentos privados em sua maioria contratam homens para garantia da segurança do local, visto que, não acreditam que a mulher no **bico** desempenhe o serviço de segurança de forma a intimidar como o homem. Isso pode ser visualizado no comentário a seguir, feito sobre a festa de aparelhagem, pois, os responsáveis pela segurança do local são policiais militares masculinos; as mulheres quando contratadas são para permanecerem na portaria da festa<sup>19</sup> – fazem apenas a revista de mulheres na entrada do local. E se houver conflito, precisam sempre acionar um segurança masculino para contornar a situação:

Quando eu era do segundo<sup>20</sup>, eu não tirava. Algumas vezes, mas na Cremação, no final da rua, no Palácio dos Bares, eu tirei alguns domingo lá, com o pessoal do segundo que tirava policiamento lá, eles me chamaram eu fui para lá, eu ficava revistando as mulheres. Eu ainda tirei. Tinha um sargento na época que comandava lá o bico, ai me chamou para ir para lá, era eu e outra, era todo o domingo eu ia pra lá tirar policiamento, mas terminava pra lá de madrugada. Eu só ia para casa de manhã! Era cansativo porque na segunda-feira, eu já tinha que tá no policiamento. (cabo feminino, 15 anos de serviço).

---

<sup>19</sup> Festa de aparelhagem – é uma peculiaridade paraense, possui uma grande caixa de som para animar a festa e cada caixa pode estar ligada a muitas outras. Costumam possuir uma cabine de controle sofisticada para os DJs e técnicos de som e pelo menos duas a três torres de alto falantes. Bem como aparelhos de efeitos sonoros e iluminação. As festas têm “roadies”, funcionários que montam e cuidam da operação de todo o equipamento necessário.

<sup>20</sup> Segundo – é o quartel do segundo batalhão (2º BPM), que fica localizado na Gaspar Viana, na área comercial de Belém.

O emprego do policial militar feminino no trabalho paralelo, não é o de segurança, mas de apoio; em conflito que envolva mulher será acionada para mediar e solucionar o problema. Desse modo, constatamos que a sua capacidade profissional está atrelada a sua condição física feminina, portanto, não há confiança na sua capacidade física para mediar conflito, visto que, no momento da necessidade do emprego da força física ou a utilização de arma de fogo, será acionado um segurança masculino, pois não se acredita na capacidade do policial feminino para tal ato. Alguns afirmam que se sentem desprotegidos ao necessitarem do apoio de uma mulher:

Algumas mulheres tiram, geralmente é acompanhamento de idoso, é mais tranqüilo, não se arriscam muito. As mulheres são mais cautelosas, existe muito preconceito para contratar mulher, porque a mulher é fraca. Não dá conta de correr; não dá conta de atirar. Ai não vai acertar. Ela também não vai intimidar ninguém lá. (soldado, 01 ano e 01 mês de serviço).

A discriminação quanto ao emprego do policial feminino advém da idéia de que a mulher não consegue intimidar ninguém; o mesmo não ocorre com o policial militar masculino, pois o fato mais importante em seu serviço é o de causar impressão de segurança; e se acredita que isso não é possível com a presença de uma mulher.

Também existe um outro diferencial, o fator tempo, envolvendo a disponibilidade da hora de folga do policial feminino que difere do masculino. A mulher precisa administrar o seu trabalho fora com a responsabilidade da orientação educacional dos filhos e do serviço diário doméstico, portanto o seu desgaste físico e mental é maior, pela tripla jornada de trabalho.

O policial militar feminino que exerce trabalho paralelo, em sua hora de folga, também demonstra responsabilidade de chefe da casa, visto que é a mantenedora da família, entretanto, prefere os serviços que não coloque a sua vida em risco e não seja necessário o emprego de arma de fogo:

Só o salário da polícia não me dá condição. Eu faço outras coisas, por exemplo, eu lavo roupa para fora, para mim ajudar, né! Quando pinta alguma faxina eu faço. Esses são os meus tipos de **bico**. Eu não tiro outro tipo de **bico**, fardada. Não! Eu tiro esse tipo de serviço, se pinta mesmo: \_ olha fulana vai fazer faxina. Vamos fazer um almoço? Eu vou mesmo. (cabo feminino, 14 anos de serviço)

A mulher policial militar se identifica com serviço que não a expõe em situação de risco; procura reproduzir no trabalho paralelo o que é realizado na Instituição Militar, que

em sua maioria são empregadas na cozinha do quartel, no serviço de faxina, digitadora, secretária e outros. É uma condição para Bourdieu (2007, p.45) dadas às mulheres que sempre foram consideradas como fracas, e para ela cabe serviço de menor reconhecimento:

As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais. (p.47)

A polícia militar emprega as mulheres na atividade-meio da corporação; nos serviços burocráticos – que requer menor esforço físico; ela não lida diretamente com a sociedade – fica no serviço interno da corporação. Desse modo, dificilmente vislumbramos mulheres na atividade operacional “arriscada” ou em quartéis de operações especializadas (Grupo de Choque, Aéreo, Cavalaria e outros), e isso reflete no trabalho paralelo.

Por outro lado, a concepção de trabalho paralelo do policial militar feminino é diferenciada do masculino, visto que, ela não exerce o serviço de segurança privada com a frequência do masculino, pois o vê como um serviço clandestino que coloca a vida do policial militar em risco, e pode deixar a sua família desamparada com a sua morte.

As perspectivas de trabalho são diferenciadas no trabalho paralelo, o policial militar feminino ao buscar serviço fora do âmbito da segurança particular em estabelecimentos, empresas ou pessoas físicas, prefere o **bico** semelhante ao que exerce na Polícia Militar do Pará, ou seja, na área do serviço burocrático, considerado como atividade meio, utilizando assim a experiência profissional:

Eu faço serviço extra. Trabalho em um escritório de advocacia. Trabalho na parte de digitação, com processo da área civil, trabalhando quatro horas. Mas não ganho igual o que eu ganho na polícia, mas é uma ajuda: é soma para o meu salário. Eu trabalho na polícia doze horas por doze horas. Eu trabalho um dia e folga no outro, entre aspas, porque na minha folga eu faço esse extra. (sargento feminino, 18 anos de serviço).

O fator econômico influencia o exercício do trabalho paralelo por policiais militares femininas a procura do segundo emprego, pois elas visam o sustento da família – são o principal provedor. Embora procurem trabalhar em locais fora do âmbito policial militar, buscam os serviços burocráticos.

O emprego de mulher no trabalho paralelo de segurança particular, não é algo constante como de homens; todavia, como toda regra tem uma exceção, encontramos uma policial militar feminina gerenciando uma festa de aparelhagem, contratada pelo proprietário do estabelecimento privado, sendo a responsável e coordenadora da segurança do local

mantinha os policiais militares masculinos sob a sua chefia e assumia inteira responsabilidade de qualquer atitude tomada pelos seguranças recrutados por ela:

O soldado PM, que fazia a segurança da festa, passou a agredir o senhor, que levou um soco no rosto e desfaleceu. Apesar de estar desmaiado, a esposa conta que, ainda assim, o militar desferiu muitos chutes e pontapés em seu marido, que atingiram várias partes do corpo.

Em seguida, a esposa também passou a ser agredida, recebendo do PM um soco na nuca, que a levou ao chão. Nesse momento, todos os pertences da denunciante caíram, sendo furtados. Foram levados o cordão, um relógio, carteira e celular. Após o ocorrido, se dirigiu para falar com **o cabo feminino**, que coordenava a segurança na festa para reclamar do furto de seus pertences<sup>21</sup>. (grifo nosso) (Jornal *Diário do Pará*. Caderno Polícia, em 29 de agosto de 2006).

Fato desta natureza chama atenção por não ser a regra dentro da instituição militar. Constantemente a corregedoria recebe denúncia de policiais militares masculinos envolvidos em conflito no trabalho paralelo, mas a identificação de um policial militar feminino é muito difícil nesta situação, pela própria complexidade das atividades paralelas.

O pouco envolvimento de mulheres em transgressões disciplinares se justifica pelo conceito de Muraro (2002), uma condição natural das mulheres – são íntegras, são menos corruptas que os homens. Dificilmente encontraremos envolvidas em situações em que a desmoralize, porém, hoje, há um grande número de mulheres que assumiram cargos que antes só eram exercidos por homens, mas ainda assim, podemos afirmar que o seu envolvimento com atos corruptos é menor que dos homens.

Assim, devido o fato das mulheres policiais trabalharem em locais como prestadoras de serviços e que não envolvam arma de fogo e não colocam a sua vida em risco, preferindo não ter a responsabilidade de segurança do local de trabalho, o nosso foco de pesquisa fica restrito no masculino, pois são eles que exercem o serviço de segurança privada

É perceptível que o segundo emprego tem um campo de abrangência enorme. Podemos encontrar policiais militares prestando serviço de segurança em estabelecimentos privados, tais como: loja de construção, agência bancária, casa lotérica, agência do correio e outros; e, ainda, exercerem o serviço de segurança particular, dando proteção à integridade física daquele que o contrata ou trabalhando para empresa de segurança particular como um dos seus agentes de segurança.

Este é um recurso encontrado pelos policiais militares para melhorar o padrão de vida. É uma forma de não depender, exclusivamente, do trabalho policial, que, segundo

---

<sup>21</sup> Jornal *Diário do Pará*. Caderno Polícia, em 29 de agosto de 2006.

eles, a baixa remuneração que recebem não oferece condição, por si só, para o sustento da sua família:

Eu não necessito, mas eu preciso nê, dar coisa melhor para a minha família. Dar o melhor para a minha família. Assim, o bico é tipo assim: um suplemento do meu salário. Hoje nós temos o nosso carro, nossa casa. Não é boa, mas está ai (a casa dele é de dois andares, tem quatro quartos, toda de alvenaria). Assim, parece, por ai que eu estou roubando. Tem um casarão deste! Mas não é assim não. Você chega, não me vê no barzinho. Tu me vê por aqui. Eu estou tomando uma cerveja, eu não gosto de estar em bar. Assim, a minha brincadeira é muito restrita! É muito restrita mesmo! (sargento, 19 anos de serviço).

Dessa forma, o policial militar tem no trabalho paralelo uma complementação salarial; recurso financeiro extra que contribui para renda mensal familiar, como uma forma de não depender, exclusivamente, do pagamento salarial do Governo do Estado, considerado insuficiente para o sustento da família. O trabalho paralelo é visto como uma possibilidade de melhorar o “padrão” de vida e uma oportunidade financeira de sustento familiar:

Porque, o nosso salário, até um ano atrás, o soldado ganhava quinhentos reais. Ele tem família para sustentar; é a maneira digna de ganhar dinheiro. Têm outros policiais que prefere emprestar a arma dele ou participar de assalto. (cabos, 15 anos de serviço).

Esse suplemento laborial, para os que fazem **bico** é algo considerado digno e de respeito, um trabalho como outro qualquer, que permite ao policial militar obter uma renda lícita e honesta no serviço de segurança particular, realizado em estabelecimento ou empresa privada, como uma fonte de renda extra que pode ser conseguida em qualquer momento de que precisar de recurso econômico:

A minha filha estuda no CEFET, ela passou na área de informática, graça ao meu bico, pago também o Inglês para ela. (sargento, 13 anos de serviço).

O policial militar exerce a trabalho paralelo como uma forma de adquirir bens materiais ou algo desejado, não obtido por intermédio do salário pago pelo Estado, tendo no **bico** um recurso financeiro maior que o salário recebido da Polícia Militar. Quando deseja obter algo mais, não se refere ao esforço do trabalho policial, mas às horas que disponibilizou para o trabalho paralelo. A partir desse pressuposto difunde-se a idéia de quando precisar comprar algo ou realizar um desejo pessoal, deve procurar exercer o trabalho paralelo, muito comum dentro da Polícia Militar do Pará:

Não é o caso que o dinheiro não dar. Ultimamente a minha casa está em construção, em término de construção. Eu fiz empréstimo e o meu contracheque, está vindo menos. O **bico** vai ajudar no final do mês. (soldado, 08 anos de serviço).

A partir da idéia que o trabalho paralelo possibilita equilíbrio das contas mensais ou pagamento de dívidas, poderíamos acreditar, então, que, depois de sanadas as dificuldades financeiras, o policial militar abandona o serviço. Porém, tal ato não acontece; ao contrário, ele passa a depender do dinheiro arrecadado no trabalho paralelo, visto como parte integrante do orçamento familiar, criando um vínculo de dependência econômica:

Olha! Primeiro porque no momento eu estou precisando, porque moro com os meus pais. Os meus pais são idosos e tudo; eu também tenho que ajudá-los e tenho que ajudar os meus filhos. Esse negócio de 'paga' cursinho e outras coisas assim. A ajuda que o pai deles me dar não é suficiente. Eu quero dar o melhor; as coisas que eu não tive, os meus filhos tenham; as coisas que eu nunca consegui ter, meu pai não pôde me dar, estou querendo para os meus filhos; e dar um conforto para os meus pais, Eu pago plano de saúde para os meus pais. (sargento, 17 anos de serviço).

E esta dependência do policial militar com referência ao trabalho paralelo pelo fator financeiro contribui para a permanência no serviço, por muitos anos de trabalho; criando um vínculo empregatício com a empresa que o contrata para serviço de segurança particular. Há policiais militares que estão exercendo segurança de estabelecimentos privados quase no mesmo período em que ingressaram na Polícia Militar, e isso dificulta precisar qual o serviço a ser considerado **bico**: o público ou privado.

Os números da PNAD<sup>22</sup>, ao que tudo indica, não contemplam essa atividade paralela, já que a maior parte das perguntas sobre emprego refere-se à ocupação *única* ou *principal* e é pouco provável que policiais na ativa declarem como seu trabalho principal a vigilância privada exercida ilegalmente, ainda que a renda ganha nesta última possa ser superior à que obtêm no serviço público. (MUSUMECI, 1998, p. 15).

---

<sup>22</sup> PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.



Ao se levar em conta o fator econômico, a Polícia Militar passar a ser vista como o **bico** e o segundo emprego como atividade principal, pois, se ganha melhor:

Como eu te falei. Eu trabalhei dois anos e sete meses para segurança particular de um hospital; eu era responsável pela segurança do hospital. Quer dizer que por mês eu ganhava R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais); trabalhava assim, em dias alternados de dez horas da manhã até às sete horas da noite. Eles davam o almoço, bem tranqüilo. Era um serviço que eu trabalhava a paisano; tinha toda a assistência que eu precisasse dentro das condições do hospital eu tinha. (cabo, 11 anos de serviço).

A existência de rotina no trabalho paralelo, por meio de contrato de serviço, com horário a ser cumprido, responsabilidade de trabalho, salário mensal, fornecimento de alimentação, tempo de serviço e outros direitos, deixa de ser, por essa ótica, um trabalho esporádico, mas algo concreto com vínculo empregatício como qualquer trabalho em empresa privada. O que contribui para a permanência é o fator financeiro o salário oferecido pela empresa privada é maior do que no Estado.

Então, qual a razão de se manter na instituição policial militar, já que ganha menos do que no setor privado? É por saber que é contratado pelo particular, pessoa física ou jurídica, na condição de agente da segurança pública? Por conseguinte, possuindo, todo um aparato institucional policial capaz de possibilitar uma agilidade no atendimento de uma ocorrência para quem contrata os seus serviços:

É um complemento que me ajuda muito. Muitas vezes eu ganho muito mais que a polícia, mas eu nunca esqueço que eu estou ali por ser policial. Sempre honrar o meu serviço. Eu ganho muito mais que na polícia, mas eu nunca esqueço que eu estou ali no bico de festa; fazendo segurança de mercado; deste supermercado por eu ser policial militar. Se eu fosse civil nunca eu ia ganhar aquilo. Nunca eles iam me chamar para trabalhar como segurança. (soldado, 08 anos de serviço).

No trabalho paralelo, o policial militar consegue ganhar mais do que como agente da segurança pública estadual, e, por esse fato, dedica-se ao serviço privado, onde a qualidade do serviço mostra-se atrelada ao salário recebido, portanto, aquele que pagar melhor é reconhecido como o trabalho principal pela compensação financeira:

Polícia! Eu não confio muito não! Eu sou meio cabreiro! Eu ir largar o meu bico de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por mês para uma proposta futura de campanha! Eu! Não! Quando ele for eleito, se ele desejar que eu trabalhe com ele, ele me puxa. Deixa eu ficar por aqui mesmo! Não vou abrir mão do que tenho. (cabo, 11 anos de serviço).

Dessa forma, o policial militar tem no trabalho paralelo uma fonte de renda segura que não pode simplesmente abrir mão, depende desse dinheiro para prover necessidade como moradia, alimentação, vestuários, lazer e a possibilidade de concretizar alguns sonhos:

Eu trabalhando tirando o bico, eu consegui construir muita coisa. Só assim trabalhando eu consegui construir. Eu me orgulho muito disso. Eu consegui construir três casas praticamente: uma, eu me separei da mulher e deixei para os meus filhos. Eu tenho duas casas: uma está desocupada, estou ampliando devagar; a outra eu moro. Eu não pago aluguel. Uma, estou pagando, é claro, financiada pela COHAB; as outras duas são quitadas. (cabo, 11 anos de serviços).

É fato que o dinheiro recebido do trabalho paralelo, juntamente com os proventos de servidor público, é a única fonte de renda da família. O policial militar, em sua maioria, paga pensão alimentícia, possui duas famílias, tem vários filhos e como todos são dependentes do dinheiro conseguido por meio do seu trabalho, não tem outra perspectiva de melhorar, a não ser exercendo o trabalho paralelo:

Graças a Deus para ter o padrão que eu estou hoje, a minha esposa, é graças a minha coragem, graças a tudo, por que eu não sou acostumado à situação que muitos colegas meus vivem, não pode dar o futuro melhor para os filhos deles. Não têm condição de comprar uma casa melhor, até hoje em um ambiente que ele nunca vai sair daquele padrão de vida, sempre vive naquele ambiente miserável. O cara tem que ter coragem para sair daquele ambiente. Como ele vai ter essa coragem? Sem apoio de ninguém? Melhorou pelo que nós éramos antes de governo, melhorou um pouco. (cabo, 17 anos de serviço).

O policial militar constata que o trabalho paralelo é uma complementação salarial, que não pode deixar; é um dinheiro que contribui para renda familiar. O governo tentou desencorajar esta alternativa de trabalho, mediante a compra de horas de folga do policial militar, antes disponibilizada, apenas, para o setor privado, agora, também, adquirida pelo poder público, a partir da criação da lei do serviço extraordinário aprovado pelo Governo:

Segundo o Secretário Manuel Santino, o valor a ser pago ainda não está definido, mas será algo próximo do que hoje é oferecido nos 'bicos' realizados em bares e festas<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Jornal *O Liberal*. Caderno Polícia, em 25 de setembro de 2005.

O governo, mediante lei, permite ao policial militar vender a sua hora de folga para a instituição policial militar, por meio dos serviços extraordinários – hora-extra reconhecida como **bico** – autorizados pelo Estado. Chamada pelos policiais militares como **bico da polícia** ou **bico do Jatene**, sendo esta segunda designação, uma referência ao Governador do Estado do Pará, Simão Jatene, que promulgou a **Lei Estadual Nº. 6.830, de 13 de fevereiro de 2006**, que dispõe sobre a criação da gratificação de complementação de jornada para as operações especiais das Polícias Cíveis e Militares do Estado do Pará.

Para compreensão dessa lei, mostraremos a rotina do trabalho policial militar, que, dependendo do serviço empregado, a sua carga horária fica estipulada entre seis (06), doze (12) ou vinte e quatro (24) horas diárias de serviço. Ao término do trabalho policial, o Governo do Estado do Pará entra para comprar a sua hora de folga, que não pode ultrapassar seis horas diárias. O valor pago pelo serviço extraordinário é de R\$ 40,00 (quarenta reais), que, ao final do mês, é acrescentado em seu contracheque mais o salário básico. O máximo de serviço permitido para cada policial militar é até oito serviços mensais.

Há! Claro. Né! Tem esse agora, este policiamento ostensivo que chamamos o **bico da polícia** é muito melhor do que está tirando **bico** fora. Eu estou respaldado. Espero que continue, se eles pagarem normal. Comecei agora, se pagarem direitinho. (soldado, 08 anos de serviço).

O serviço extraordinário é o exercido pelo policial militar na sua hora de folga para a instituição policial, realizando o policiamento ostensivo para atender situações excepcionais e temporárias, tais como: operações especiais de reforço à segurança pública; ações de prevenção ou repressão; e os serviços ou eventos inadiáveis para fazer face à necessidade da presença da polícia.

A proposta do Governo do Estado do Pará, para a compra das horas de folga do policial militar, foi um recurso para evitar o exercício do trabalho paralelo: o **bico**; o que não ocorre, porquanto o policial militar continua a realizar tanto trabalho paralelo clandestino como o serviço extraordinário autorizado pelo Governo do Estado do Pará, resultando em uma tripla jornada de trabalho dos policiais militares:

Foi uma proposta boa que ajuda mais. Além do dinheiro do mês, é um dinheiro a mais que entra no contracheque; é uma ajuda boa. Para mim ficou até melhor, além do mês, mais esses extras, eu ainda tenho o do final de semana que é do **bico**, fica melhor para mim. A minha mulher não trabalha só eu que tenho que me virar; é uma ajuda boa. (soldado, 09 anos de serviço).

Entretanto, esta lei do serviço extraordinário do Governo do Estado do Pará, criada para dificultar a realização do trabalho paralelo, gerou um outro conflito, pois, o policial militar que trabalha no policiamento ostensivo diariamente, vende para a Polícia Militar a sua hora de folga e, ainda, realiza o **bico** no final do dia para o estabelecimento privado; não há qualquer empecilho para o policial militar deixar o trabalho paralelo, a não ser um desgaste profissional excessivo que prejudica a instituição policial militar e a sociedade:

Estou me desdobrando! Estou me matando! Ai! É bico! É quartel, com certeza. Eu estou estudando no Colégio; estou me desdobrando; estou morto! Estourado! Mas é sacrifício que daqui a dois e três ou quatro anos, se Deus quiser eu vou ser recompensado. Sinceramente parar de tirar bico. (soldado, 08 anos de serviço).

Como se pode constatar, o policial militar tem uma jornada de trabalho excessiva, por causa do **bico** clandestino, visto que, a lei ao acrescentar o serviço extraordinário em favor do policial militar não atingiu o objetivo proposto; não conseguiu evitar que os policiais militares deixem o trabalho paralelo, mesmo que seja um desejo dos policiais.

Há muitos entraves, alegados pelos próprios policiais militares, para a extinção do **bico** clandestino, principalmente de ordem financeira, uma vez que, a empresa privada que o contrata para realizar o serviço de segurança particular, paga, imediatamente, ao término do seu serviço; o Estado só paga o serviço extraordinário, em contracheque, ao final do mês. Ocorre, também que, em alguns momentos, o policial sente a necessidade de dinheiro para uma emergência familiar, então a solução é recorrer ao trabalho paralelo para sanar essa dificuldade financeira, visto que o do Estado só permite o pagamento do serviço extraordinário ao final do mês:

Primeiro no nosso emprego, no caso, no estado, ele paga por mês; e no bico geralmente recebemos por semana, por quinzena. Onde eu tirava eu recebia todos os dias, acabou, banhou. (soldado, 08 anos de serviço).

Outro fato relevante é que o valor pago pelo estado ao policial militar para realizar o serviço extraordinário, é menor do que aquele pago pelo estabelecimento privado como segurança particular. Isso desestimula a não realização do serviço extraordinário, autorizado pelo Governo do Estado do Pará, mesmo com a garantia da legalidade e do amparo

previdenciário ao policial militar, da assistência médica a si e a sua família, da pensão em caso da sua morte ou invalidez. O policial militar prefere se arriscar no **bico** a realizar o serviço extraordinário do governo do estado.

Temos também outro fator negativo: o Estado não vem honrando o seu compromisso com o policial militar, quanto ao pagamento do serviço extraordinário, isto é, os serviços extraordinários de policiamento ostensivo realizados durante um período que seriam pagos em contracheque ao final do mês não está ocorrendo; além de atraso em vários meses e sem data precisa para o pagamento:

Não! Por que o que eu ganho muito melhor que o meu salário da polícia; e a minha diária lá é muita mais do que a diária do Jatene. E diária do **bico do Jatene** é uma coisa que não se sabe quando a gente vai receber ou quando vão pagar a gente. Então não tem fundamento eu tirar, eu digo que eu nunca vou tirar, mas a princípio, eu não tiro. (soldado, 08 anos de serviço).

O Governo do Estado do Pará criou o serviço extraordinário com a intenção de evitar o trabalho paralelo **bico**, todavia não alcançou o seu objetivo, e ficou desacreditado pelos policiais militares, que não confiam em exercer o serviço extraordinário pela não certeza do pagamento em contracheque, além da quantia paga ser menor do que **bico** clandestino. Desse modo, o policial prefere confiar no estabelecimento privado, mesmo que este não lhe dê garantias trabalhistas e previdenciária do que na própria corporação:

Eu cheguei a tirar (os serviços extraordinários, autorizados pelo governo do estado), mas por gosto né! Não teve dinheiro, assim. Mas eu passei um tempão sem receber, até esqueci. (sargento, 19 anos de serviço).

Ah! Tirei oito serviços, e até agora não me pagaram, não. Por que pra lá, pra gente o dinheiro não chega, onde eu estava não chega o dinheiro. (soldado, 01 ano e 01 mês de serviço).

Há um descontentamento por parte dos policiais militares quanto ao pagamento do serviço extraordinário pelo Governo do Estado do Pará, mas esta não é a única contribuição para a permanência do trabalho paralelo, há uma outra questão levantada pelos policiais militares, trata-se da possibilidade de treinamento policial permitido pelo **bico** policial:

Eu aprendi a ser policial tirando **bico**. É na rua que a gente aprende a ser policial. Por que no CFAP, policial, mesmo, não me ensinaram nada, nadinha! Atirar! Eu nunca tive aula de tiro no CFAP. Eu aprendi atirar no quintal do vizinho meu, e também tirando bico. Eu aprendi atirar assim, porque no CFAP, sinceramente, quando a gente forma tá lá carga horária, as aulas, tava lá de tiro também, como se a gente tivesse feito o tiro. Nunca dei um tiro sequer no CFAP, do meu pelotão foram

todos, tiveram 10 pelotões, se a metade foi muito que deu tiro. (soldado, 08 anos de serviço).

Assim, é perceptível que o policial militar tem no trabalho paralelo a oportunidade de treinamento policial. É uma questão contraditória que chama atenção: como aprender com algo considerado clandestino e ocasional? Que tipo de contribuição o particular pode oferecer para treinar o policial militar quanto ao manuseio do seu armamento?

Muitas vezes, o uso da arma depende da situação em que ele se envolva. Isso influencia na atitude do policial militar ao atendimento de uma ocorrência em sociedade; no empenho do serviço policial, quanto ao emprego de armamento em situação desnecessária; em atitude de violência contra pessoas e outras modalidades. A formação profissional do policial militar é construída mediante a experiência do bico policial, capaz de ajudá-lo como profissional de segurança pública:

Eu sei usar arma! Mas não que eu tenha aprendido com a polícia. Sabe quanto tiro eu dei no curso de soldados na polícia? Dois tiros de 38; no curso de cabo eu dei dez disparos com a Magal, dez disparos com pistola, e com 38 mais de duzentos tiros por que eu comprei munição, nos STAND do CFAP, pedi autorização para o Comandante: “COMANDANTE EU NÃO TENHO PISTOLA, MINHA ARMA DE USO É 38, A ARMA QUE USO NO DIA-A-DIA É 38, O SENHOR ME AUTORIZA QUE EU TREINE COM 38” (cabo, 11 anos de serviço).

Por outro lado, a instituição policial militar contribui para a credibilidade no trabalho paralelo, pois torna a referência de serviço pela possibilidade do treinamento de armamento fora do âmbito da corporação militar, embora isso não sirva de orientação para “ser” policial, pois não há como medir a capacidade profissional atrelada à quantidade de tiro. Será que quanto mais disparos realizados, mais bem preparado o policial se acha? Esta é uma realidade que não podemos mensurar, visto que, a precisão do tiro não pode ser o fator determinante da profissionalização do policial militar, e sim o equilíbrio entre a precisão do tiro com necessidade do emprego do armamento.

A experiência profissional e o conhecimento técnico da utilização de armamento não devem estar atrelados ao trabalho paralelo, pois, considerar o **bico** policial como possibilidade de aprender a “ser” policial militar é desacreditar no sistema de segurança pública como responsável pela formação do agente de segurança:

Como costumo falar para os meus companheiros: quando nós entramos aqui, o curso é completamente diferente da vida real; quando o cara já está com arma na mão, tirando o serviço dele normal, ele vê que o curso não mostra quase nada para ele. O treinamento mesmo da polícia é quando o cara já está na rua fardado, aí que ele vai conhecer o serviço mesmo. De cara, o curso infelizmente não ensina nada. Ingressei aqui na polícia do Pará, eu dei quarenta e cinco tiros, vinte de pistola e vinte e cinco de Magal. Infelizmente, isso não prepara ninguém; depois que terminou o curso não tive mais nenhum tipo de treinamento. (soldado, 01 ano de serviço).

O trabalho paralelo mostra uma fragilidade na formação dos policiais militares, pelo sistema de segurança pública; quanto ao manuseio de armamento no policiamento ostensivo, revelam policiais militares desabilitados para portar arma utilizada no policiamento ostensivo; e a sua qualificação depende da disponibilidade de recurso financeiro próprio:

Eu não tive treinamento de tiro com a pistola, mas com 38. Eu já vim aprender a manusear pistola na ZPOL. Teve um armeiro na ZPOL que queria me **pagar**<sup>24</sup> pistola. Eu disse para ele: Olha, eu não sei manusear pistola, você tem que me ensinar. Ele pegou me ensinou a manusear a pistola e eu aprendi. Fui para o interior comprei uma pistola, dei alguns tiros lá. Desmontei a pistola e com interesse próprio eu aprendi a manusear a pistola. Algum tempo atrás queriam me **pagar** uma metralhadora. Eu me recusei. Eu falei para o sargento que eu não ia pegar à metralhadora porque eu não sabia manusear. Ele queria me forçar a pegar à metralhadora: Mas SARGENTO eu posso até pegar a metralhadora, mas tudo que vier acontecer o senhor vai ser responsabilizado, porque eu já falei para o senhor que eu não sei manusear a metralhadora eu não vou pegar, porque eu faço aquilo dentro da minha profissão que eu sou capacitado a fazer, o que eu não sou capacitado a fazer eu não faço. (soldado, 07 anos de serviço).

A responsabilidade quanto ao manuseio do armamento não pode ficar a cargo do policial militar, pois aprender por conta própria no policiamento ostensivo ou no trabalho paralelo, não o habilita quanto ao manuseio da arma que porta. O Sistema de Segurança Pública é o único responsável pela capacitação da utilização da arma de fogo:

No curso de soldado eu não aprendi tiro. Peguei pouca coisa na arma. No curso de cabo (2002), tinha aula de tiro lá no estande; no curso de soldado peguei na metralhadora e foi um tiro para cada, é verdade. De cabo foi diferente, temos tiro com metralhadora, 38, pistola; cada aula era 10 tiros que a gente dava, mas tinha que comprar a munição, detalhe (RISOS). Se quisessem dar tiro a mais, comprava mais ainda. Eu comprei muito, mas foi bom, eu aprendi um pouco mais. O curso foi de fevereiro a setembro; não foi aquele que tinham 10 anos, mas mesmo assim foi concurso. (cabo feminino, 15 anos de serviço).

---

<sup>24</sup> Este termo, empregado pelo policial militar, é utilizado ao receber o seu armamento da “reserva de armamento” (local que guardar os armamentos da unidade operacional), armas utilizadas no policiamento ostensivo é de propriedade do Quartel.

A partir da idéia de que o policial militar vê no trabalho paralelo uma possibilidade de treinamento para o manuseio de armamento, adquirir bens materiais, sanar dívidas, obter imóvel, permitir aos filhos qualidade de ensino, até a concretização de seus sonhos, essa é uma atividade indispensável para o policial militar obter recurso econômico de modo mais imediato.

Por trás de todos esses requisitos é fácil encontrarmos um profissional desgastado mentalmente e fisicamente, por cumprir uma jornada de trabalho duplo, deslocando-se do serviço público ao privado e vice e versa, sem nenhum momento de folga, uma vez que, esta é utilizada para realizar trabalho paralelo de segurança privada.

O trabalho paralelo e da rotina do ofício de polícia, tomados como treinamento para o manuseio de armamento, demonstra a fragilidade do Sistema de Segurança Pública que não oferece esse tipo de treinamento regularmente.

A concepção do “ser” policial, idealizada pelos policiais militares, é do profissional preparado para agir de forma que não tenha problema, e ao se envolver em conflito tenha capacidade de solucioná-lo. Esta definição é do sujeito considerado “safo<sup>25</sup>”, o que não tem medo de enfrentar a criminalidade, porque sabe utilizar a sua arma, com o aprendizado das ruas. Segundo Da Matta (1981), seria o típico brasileiro que está sempre pronto para dar um “jeitinho”, uma solução, para o problema enfrentado.

Tal performance do “jeitinho” brasileiro está atrelada nos acontecimentos diários, com resoluções “informais”, sem burocracia e rápida: mediante a “carteirada”, da ameaça velada e do “você sabe com que está falando”, das relações pessoais verticais.

Deparamos com um policial militar que acredita que o profissionalismo depende da rotina do trabalho em rua e do exercício do trabalho paralelo, menosprezando, assim, a instituição policial que não tem como mesurar o “profissional” de seu quadro.

Ao identificar os vários tipos de atividades paralelas relatadas por policiais militares tanto femininos quanto masculinos, procuramos restringir esta pesquisa ao serviço de segurança particular prestado por policiais militares masculinos, na sua hora de folga para os estabelecimentos e empresas privadas ou pessoas físicas, em Belém do Pará, explicitando o funcionamento do trabalho paralelo às categorias que prestam serviços de segurança. Por que os estabelecimentos privados contratam policiais militares? Como conseguem os serviços? Quais as conseqüências? As categorias? E as outras modalidades?

---

<sup>25</sup> Regionalismo: Brasil. Uso: informal - diz-se daquele cujos procedimentos revelam desembaraço e iniciativa; esperto, vivo. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.



Assim, para compreensão do exercício do trabalho paralelo, identificamos algumas qualidades exigidas para a contratação do policial militar por estabelecimento privado ou pessoa particular ou mesmo pelo “dono” do **bico** e as categorias.

### 2.3 O RECRUTAMENTO NO “BICO”

Um dos anseios da sociedade brasileira na atualidade, visando à sobrevivência do indivíduo, é procurar por uma colocação no mercado de trabalho, a partir da obtenção de um emprego, porém, como conseguir isso em um mercado competitivo e excludente?

Para isso é necessário possuir uma formação profissional, um “perfil”. Mesmo que seja aquele emprego que não exige experiência, como, por exemplo, para o cargo público. Mas, mesmo assim, é preciso se submeter a um processo seletivo, precisamente um concurso público ao cargo desejado.

Então, como verificar esse processo de recrutamento, em uma atividade como o **bico**, considerada clandestina? Que não possui legitimidade de serviço, existindo, apenas, acordos entre os integrantes do trabalho paralelo que regulamenta o funcionamento do **bico**. Condição essa que nos permite organizar a estrutura, vislumbrando desde a contratação até a organização do serviço de segurança pelos policiais militares.

Desse modo, a existência de acordo cria regras para selecionar os policiais militares “qualificados” ao serviço de segurança, e ainda define as condições para a contratação. Um atributo que contribui de forma determinante é “ser” policial militar; fator este que facilita a contratação do serviço de segurança privada por empresa, estabelecimento e pessoas:

A própria função do policial contribui para isso. Qual é outra categoria que dá para fazer um **bico**? Outra categoria não dá! Mas o policial dá. Dá para fazer uma segurança ali: numa farmácia, num bingo, ganha 30 contos aqui, 20 contos ali. A própria função permite isso, facilita. Quem não quer um policial na frente do seu supermercado tirando **bico**? Por que o policial é uma pessoa de respeito, anda armado entendeu! Tem os contatos com a viatura. Rápido. Facilita. (sargento, 18 anos de serviço).

A profissão policial militar possibilita a contratação para o **bico**, visto que, o estabelecimento privado vislumbra uma oportunidade da exclusividade do serviço do policial

militar; além da facilidade no atendimento de ocorrência que necessite intervenções das instituições policiais no estabelecimento.

Essas condições facilitam a contratação, mas, há outro fator que contribui para que se opte pelo policial militar para compor a equipe de segurança: a confiança, visto que, o responsável pelo serviço de segurança precisa confiar naquele que está sendo contratado. Além disso, o policial militar precisa se enquadrar no perfil “profissional” exigido para o serviço:

Virgem! Isso aí é primordial. A gente tem que saber quando contrata um policial, tem que saber o antecedente dele. No meio da gente também tem bandido! Muito bandido! A gente tem que ver. Às vezes, o cara leva um colega, uma pessoa que a gente não conhece. Já visualiza lá, já ver o ponto fraco. Mesmo que ele não vai, ele manda outro. Vai lá que assim, assim, assado, por isso que tem que ser gente de confiança, gente que é acostumado a trabalhar com a gente, a gente já conhece. (cabo, 17 anos de serviço).

O policial militar, responsável pela segurança, tem como objetivo formar uma equipe de segurança na qual possa confiar, critério esse de difícil avaliação. Para isso, utilizamos o conceito de Giddens (1991, p. 40) para explicar o porquê desta necessidade de ter o atributo confiança como referência na contratação do **bico**:

A confiança é estabelecida a partir da crença de uma pessoa num dado conjunto de resultados e eventos. Essa crença expressa uma fé na probidade ou no conhecimento técnico do outro. Isto significa que o perigo e os riscos estão neutralizados ou minimizados por se acreditar no outro ou no sistema instituído, uma vez que, em condições de modernidade, a confiança está vinculada à contingência e não mais à idéia de “acazos controlados pelos deuses”. (grifo nosso).

A própria experiência no bico procura criar mecanismos de seleção para identificar quais os policiais militares “qualificados” para o trabalho paralelo, uma vez que, este trabalho parte da idéia de que os policiais militares precisam confiar um no outro, pelo fato que a sua vida depende do parceiro de serviço.

Então, identificamos pela concepção de Giddens (1991) que atitudes de confiança em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, e também num nível mais geral, estão diretamente ligadas à segurança psicológica dos indivíduos e grupos.

A segurança descrita pelo autor se relaciona com a confiança, identificada no trabalho paralelo. O policial militar tem ciência que se algo acontece no local do **bico**, não pode contar de imediato com a instituição policial, é necessário confiar na equipe que compõe o esquema de segurança.

Assim, ao contratar o **dono do bico** procurar obter informação sobre o policial militar a ser contratado. Para isso, ele utiliza alguns mecanismos para a seleção dos seguranças, tais como: por meio das relações pessoais; do desempenho profissional na instituição; e, ainda, pelo fato de o policial militar ter exercido trabalho paralelo por um longo período, sem nunca ter causado conflito. Além de ser respeitado pela “experiência profissional” no bico:

E tipo assim: é um pouco de tudo. Conhecendo quem eu sou, o caráter, a personalidade da pessoa. Um pouco assim. O ramo da polícia, eu gosto de ser operacional, me especializar, um pouco de tudo isso, parte do convite é pelo meu porte também. (soldado, 08 anos de serviço).

Identificamos que no processo de seleção, o atributo confiança é primordial. Isso demonstra que o responsável pelo **bico**, ao selecionar os policiais militares, se baseia neste atributo, indispensável na contratação. Tanto que identificamos no comentário a seguir, uma situação de total desconfiança entre duas categorias existente na instituição militar: oficial e praça.

No Pará, onde os praças não confiam nos oficiais, e oficiais não confiam nos praças, infelizmente quando não há confiança, então, o que dizer, nenhum deles jogam no mesmo time. A qualquer momento, o pior pode acontecer: um pode abandonar o outro, por que não existe confiança um no outro, por que há uma distância muito grande entre um e outro, entre oficial e praça. Os oficiais querem ser demais e consideram os praças como se fosse um lixo. Na verdade não é bem assim. Na verdade que deve ser mais valorizado dentro de um quartel justamente os praças. São eles que vão nas missões “boca podre”<sup>26</sup> que tem, que são muitas. Os oficiais colocam só os praças para ir lá morrer, eles não vão. Estão comandando de outra maneira, que vai para o corpo a corpo, que vai para o tiro mesmo, frente a frente são os praças. Só o praça que vai é só o praça que morre. (soldado, 01 ano de serviço).

A falta de confiança do policial militar ao se referir a categoria oficial, demonstra a relação de desconfiança, mesmo com pouco tempo de serviço na instituição; e mostra a importância do atributo confiança para a carreira policial militar. O soldado não confia nos oficiais, acarretando um descontentamento profissional o que pode ocasionar uma prestação de serviço para a sociedade de forma precária.

É perceptível que o soldado expôs uma situação de desconfiança institucional militar que pressupomos não existir no trabalho paralelo, uma vez que, todas as relações de contratados são baseadas no atributo confiança. Sem esse atributo, dificilmente se consegue ser indicado para o serviço de segurança privada; assim, a confiança é critério fundamental, visto que, existem, na Corporação, policiais militares considerados de procedência duvidosa, que procuram trabalhar como segurança, somente para observar o funcionamento do **bico**,

<sup>26</sup> É o serviço de policiamento ostensivo que coloca a vida do policial militar em risco de morte ou escala de serviço é prolongada.

para depois praticar ou facilitar o assalto, colocando em riscos a integridade física da equipe de segurança:

A gente tirava um bico de uma escolta de dinheiro; a gente levava lá para o presídio quando estavam construindo, lá em Castanhal, eu acho. Ou em Marituba, lá no Americano, estava em construção, então a gente levava os dinheiros dos pedreiros, do funcionário da empresa da construtora. Eram três carros, sempre o último carro, era o dele. Quando o pessoal olhava o carro dele estava afastado. Já, nas duas vezes que eu não fui, o pessoal falaram que tentaram assaltar na estrada, mas a ordem não era parar para trocar tiro, era seguir em frente. Trocavam tiro, mas sempre, nestas duas vezes que tentaram assaltar, o carro dele estava distante, sempre longe, o pessoal dizia que era ele que passava a informação. (soldado, 08 anos de serviço).

O fato é que se houver dúvida no comportamento do policial militar, dificilmente ele será contratado; é necessário haver confiança. Esse atributo tão exigido no trabalho paralelo traz imbuído o medo de errar no momento da escolha. O importante é saber contratar, pois aquele que compõe a equipe de segurança não pode ser um “infiltrado”, ou seja, um policial militar considerado “bandido”, pelos companheiros da Corporação Policial Militar:

Ele tira bico como policial em local assim só para ficar estudando para depois planejar assalto. (soldado, 08 anos de serviço).

Essa preocupação explícita no momento da contratação é justificável pela existência de policiais militares sem escrúpulos, que expõem todo o trabalho paralelo, ao informarem a terceiros todo o funcionamento da segurança do estabelecimento privado. Por isso, quem gerencia o **bico** deve possuir uma equipe de trabalho de sua “confiança”, mantendo sempre um contingente permanente:

Eu tenho uma equipe boa. Uma equipe boa, de confiança. Sabe que se for preciso ele se prejudica por causa de ti, eu também. A gente procura mais zelar por nossa integridade, depois vem o patrimônio. O patrimônio ele repõe, mas a vida do colega.... Eu me acho um profissional. (cabos, 17 anos de serviço).

O policial militar mostra com este comentário a importância da “confiança”. Afinal, o seu parceiro de serviço deve ser capaz de arriscar a própria vida em favor da sua; que atributo é este que exige o sacrifício do outro? Fato intrigante, se não estivéssemos falando da profissão de agente de segurança pública, que tem no seu juramento garantia a

proteção à sociedade, mesmo com o risco da própria vida, verificado no Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, na Seção II, Art. 22:

Ao ingressar na Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

Na Corporação Militar princípios que devem ser cumpridos de forma inquestionável, que expõe a vida de todos os integrantes em favor da sociedade. Uma obediência “cega” de alguns que ultrapassa os “portões”, não importando o tipo de missão, o único objetivo é a sua realização. Portanto, o citado juramento é utilizado no momento da formação policial militar, tanto por praça quanto por oficial. Um preceito que deve ser respeitado e cumprido por todos, demonstrando a importância ao cumprimento das “ordens”.

Então, como exigir tal preceito no **bico**? Se utilizando do atributo “confiança”, pois, afinal, é necessário confiar em quem está sendo contratado; a sua vida depende do desempenho do outro, caso haja falha, todo o esquema de segurança estará comprometido.

O policial militar para ser contratado é avaliado; é necessário possuir um perfil profissional para ser selecionado. Todavia, como ocorre este processo de seleção, visto que, não identificamos leis, estabelecendo o funcionamento do **bico**?

Constatamos que o processo de escolha ocorre e se utiliza de atributos básicos para a contratação do policial militar para trabalho paralelo, tais como: a relação pessoal, desempenho profissional na instituição policial militar e ser conhecido no trabalho paralelo.

O policial militar responsável pelo serviço de segurança, ao selecionar o grupo de trabalho tem como parâmetro o grau de risco do trabalho paralelo; e somente a própria experiência no serviço contribui para a utilização de mecanismo de seleção, utilizada, inicialmente, pela relação pessoal, tornando-se referência para a contratação no **bico**:

Eu tenho muitos amigos trabalhando em ZPOL, se conhece as pessoas; assim, chamam eles para trabalhar. Eles chamam o que acham que são mais capacitados para trabalhar, entre aspas, vocês tão entendendo o que eu quero dizer. Eu tirava muito. (soldado, 08 anos de serviço).

O responsável pelo funcionamento do **bico**, procura selecionar os policiais militares próximos do seu círculo de amizade, utiliza o fato de conhecê-lo como referência profissional, e nesse processo de escolha, avalia a atitude profissional e pessoal de quem está

sendo contratado, momento de complexidade. A escolha precisa ser acertada, porque se não todo o serviço estará prejudicado. A amizade, conseqüentemente, é um dos atributos indispensáveis para a contratação do serviço de segurança privada:

Eu recebi um convite de um amigo meu de farda. Ele tinha esse lojista que estava precisando de um segurança, só que ele queria segurança de polícia, não segurança de firma. Ele me convidou eu aceitei, até por que não ia trazer problema para o meu serviço normal, ia ser no horário de folga. Eu aceitei. Mas só que eu falei para ele que ia dá esse apoio até dezembro. Fiquei três meses. (soldado, 07 anos de serviço).

Integrar o círculo de amizade de policiaes militares que desempenham trabalho paralelo, facilita a contratação; é uma forma de ingressar no **bico**, utilizando a amizade como referência profissional. O policial militar que utiliza deste atributo, tem confiança em quem está contratando; procurar selecionar a sua equipe de segurança, tendo como características a honestidade e a lealdade:

Tem muito perigo, nós sabemos disso. Tem muito bico por aí que o cara não faz, mas manda. Quando ver a bomba estoura. Pelo menos eu tenho conhecimento disso. Por que eu conheço muitos colegas que trabalham em **bico**; é a famosa parada dada, eles armam. (sargento, 19 anos de serviço).

A relação pessoal de amizade, entretanto, não é a única maneira de contratação, existe os policiaes militares que são contratados por intermédio de parente:

Eu consegui através do meu irmão que era gerente do Líder. Ele falou com o cabo (na época era soldado), que era o chefe do bico, dizendo também que tinha um irmão que era policial. Qual a possibilidade de arranjar um **bico**? Passei a tirar um serviço noturno de 22h00 até 06h00 da manhã no outro dia. (cabo, 11 anos de serviço).

A contratação para o **bico** está atrelada ao grau de parentesco, o parente serve como intermediário na contratação e oferece o trabalho do policial militar para o **dono do bico** ou proprietário do estabelecimento privado.

Existem duas situações distintas atreladas ao grau de parentesco, é quando quem consegue o serviço serve apenas de intermediário: consegue o serviço, mas não possui vínculo de trabalho na corporação; outra é o policial militar que possui parente na instituição policial e desempenha trabalho paralelo, dependendo do grau de parentesco e afinidade entre eles, poderão trabalhar junto no serviço de segurança:

Tira **bico** aí. Às vezes tem folga minha que eu pego final de semana. Eu faço venda. Eu com o meu irmão fazemos venda de cerveja, refrigerante e água, no final de semana, fora o **bico** que eu tenho. Já é uma ajuda. Nós tomamos conta de um colégio de segunda a sexta. (soldado, 09 anos de serviço).

O policial militar que convida para o **bico**, pelo critério de parentesco, não está preocupado com a seleção; escolhe, justamente, por confiar em quem está contratando, vê no seu ato uma oportunidade de aprendizado para quem não possui experiência no trabalho policial:

Desde início, com dois meses de polícia quando eu era aluno soldado, eu já tirava **bico**. O meu irmão me levava para tirar **bico** com ele. Ele chegou comigo e disse: Hei! Moleque toma. Era uma camisa branca, vai ser policial agora, só com o brasão da polícia, tu vai tirar **bico** comigo. Tem vezes quando pinta um **bico**, eu preciso de alguém para trabalhar comigo, falta alguém eu te aviso, tu vai trabalhar comigo. Ai eu ia trabalhar com ele, na condição de aluno ainda. Desde daí eu comecei, tipo assim a me viciar dessa forma, não consigo ficar parado em casa. (cabo, 11anos de serviço).

É comum deparamos com essa situação, policial militar que possui experiência no **bico**, conhecido como “antigo<sup>27</sup>”, convidar os recém-formados para compor a sua equipe de segurança, principalmente quando são parentes. Parece uma incoerência contratar alguém sem conhecer o serviço, mas, o fator determinante neste contratado, é o grau de parentesco. Desse modo, o **bico** passa a ser algo transmitido por meio de um processo de parentesco outro momento é quando o policial militar antigo passa a ser referência do novato, ensinando todos os os procedimentos do serviço do **bico**, fato que não podemos ignorar na instituição. Existe uma cultura de colocar o policial militar mais antigo com o novato, para que esse aprenda o trabalho.

A confiança é atributo tão exigido para o desempenho do trabalho paralelo; é pré-requisito de suma importância no processo de seleção e a escolha pela relação pessoal. Afinal, quem contrata possui uma relação próxima do policial militar contratado, porém, quando não há essa relação, a seleção se opera pela observação do desempenho profissional do candidato na instituição policial.

Portanto, os policiais militares selecionados por esta característica são avaliados constantemente para o **bico**, afinal, o “termômetro” para saber quem contrata para esse

---

<sup>27</sup> Gíria utilizada na instituição policial, para fazer referência ao policial militar que possui experiência no trabalho policial militar, ou permanece por um longo período na mesma graduação ou posto.

serviço é o seu desempenho profissional, quanto maior a sua “eficiência”, mas possibilidade de serviço:

Quanto eu fui trabalhar nesta farmácia, eu tive ajuda do Coronel de polícia; o irmão dele era gerente da farmácia, e o Coronel me indicou para ele e eu consegui o serviço. (cabo, 15 anos de serviço).

O policial militar é contratado pela qualificação profissional na instituição policial, a confiança tão exigida é construída a partir da indicação do intermediário, que serve como referência. O policial responsável pelo funcionamento do **bico**, não tem como avaliar o trabalho de quem está sendo contratado pelo fato de não conhecê-lo, precisa confiar na palavra do intermediário, que menciona o trabalho policial desempenhado na instituição policial:

Então, assim, sempre quando tem uma atividade na casa dela, ela me aciona. Ai eu vou. Tiro o serviço com meu colega. Essa já foi aqui comigo, na segurança da casa, ela confia. Eu fui apresentado para ela já há bastante tempo, desde que eu trabalhava com o coronel. (sargento, 19 anos de serviço).

Verificamos assim que, quem indicou tem ciência da clandestinidade do **bico**; sabe que o trabalho paralelo não é legitimado pelas instituições policiais; mas, mesmo assim, um policial militar de alta patente intercede a favor de um companheiro de trabalho para desempenhar trabalho paralelo, pelo fato de não vislumbrar uma contravenção disciplinar passível de punição; e quando pertence ao mesmo nível hierárquico, tem neste ato uma possibilidade de complementação salarial, acreditando estar ajudando um amigo:

Com certeza pessoas que estão do meu lado, até aonde a gente sabe é de confiança; se o cara tem ou não tem caráter. O perfil do camarada, assim por conhecer a tempo uma trajetória. Olha o cabo foi da PATAM<sup>28</sup>. Nem por isso o cara, sempre foi um cara legal, sempre trabalhou direitinho, tirava **bico** por ai. Ele me encontrava. Ai, era soldado, é irmão do sargento. (sargento, 19 anos de serviço).

O policial militar selecionado, mediante o desempenho profissional na Corporação, possui um vínculo de trabalho com quem facilitou a contratação:

Ele pegou e me ligou, o coronel: eu estou precisando do teu serviço. Diga, ele disse assim, assim, tá na hora, tá. Mesmo que eu esteja de serviço eu dou um jeito de trocar. Eu vou lá. (sargento, 19 anos de serviço).

---

<sup>28</sup> Patrulha Tática Metropolitana – era responsável pelo policiamento ostensivo, extinta no ano de 1992, pelo antigo Governador do Estado Carlos Santos, que substituiu Jader Barbalho.



Há uma cumplicidade profissional, construída por meio de uma relação de trabalho na instituição policial, que não pode ser mesurada, somente pelo local de serviço, e sim pelas “experiências vivenciadas” na rotina do “ofício de polícia” que favorece a confiança mútua, servindo de avaliação para facilitar o desempenho do trabalho paralelo. Portanto, existe uma identidade de valores pessoais que não está restrita pelo grau hierárquico, o tempo de trabalho policial, o quartel em que serve e outros; ela é formada a partir da idéia do indivíduo compactuando dos mesmos objetivos.

As estruturas institucionais não conseguem se manter só pelos seus princípios, não há a certeza na credibilidade do discurso. Por este fato, que com todas as normas institucionais não se consegue evitar o “**bico**”, acaba servindo de parâmetro para o serviço de segurança, quanto mais “preparado” é o policial militar, mas é reconhecido profissionalmente na instituição militar, e acaba sendo contratado para o **bico** pelo perfil profissional, sendo a sua contratação vinculada às atitudes na rotina do trabalho policial:

Tem que ter confiança, porque ele está contratado justamente por causa disso, ele quer uma segurança. Então, assim, através das pessoas que já eu trabalhei. (sargento, 19 anos de serviço).

Os policiais militares, contratados por esta característica, possuem vínculo de trabalho com quem facilitou a sua contratação, se encontram em situação de subordinação hierárquica com quem intermediou a sua contratação, o que dificulta negar um favor para um “amigo” de serviço, e, assim, percebemos um comprometimento do policial militar com quem facilitou a sua contratação para o **bico**.

Outra situação vivenciada ocorre pelo fato de já serem conhecidos no trabalho paralelo. A sua experiência profissional não está atrelada ao trabalho policial, e sim, ao **bico**:

O **bico** é a coisa mais fácil do mundo, nem é a gente que vai atrás; ele é que vem atrás. Já é uma tradição. Fulano de tal, eu sou uma pessoa que estou dando para trás, vamos tirar um **bico** de festa? Festa! Não! Lamento muito, mas festa eu não tiro mais, só por muita necessidade. Já tem uma tradição, fulano é bom de serviço, pelo fato de eu estar dizendo. Não! O pessoal não me procura mais, está ficando velho, enferrujado, ruim de porrada. Porrada! Eu nunca peguei e nem vou pegar. (cabos, 17 anos de serviço).

No desempenho do trabalho paralelo, o policial militar que se torna conhecido como “bom” de serviço, que não se envolve em conflito; os locais que já serviu de segurança não sofreram assalto; possui uma equipe de segurança considerada de confiança; disponibiliza de equipamento de segurança e de aparato policial, tem mais facilidade de conseguir o **bico**:

A gente vem junto com ele, faz a escolta do patrimônio dele, é meio *ligh*, porque Graças a Deus estou há quase um ano já, nunca aconteceu nada. A gente procura ir equipado. Eu vou de colete, de armamento. A gente procura não exibir, mas é efeito presença, é para a pessoa ver que tem policiamento. (cabo, 17 anos de serviço).

O policial militar no **bico** é identificado, positivamente, pelo desempenho da segurança; é conhecido pelo tempo de permanência no serviço e como desempenhou a segurança do local. A importância dessa referência é constatar que, no momento em que prestava serviço de segurança, não houve assalto, caracterizando confiança de serviço, por outro lado, o policial militar apontado pelo comportamento duvidoso dificilmente consegue trabalho:

No MOLAMBO DA SORTE<sup>29</sup> também ele chegou a tirar com a gente, mas só que o dono do MOLAMBO DA SORTE, pediu informação sobre ele, falaram para ele alguma coisa dele, ele disse que não queria mais ele lá. Mandou ele sair. (soldado, 08 anos de serviço).

O modo de trabalhar no **bico** serve como referência para conseguir outros serviços de segurança; não adianta achar que se algo acontece no **bico**, o restante do pessoal que desempenha o trabalho paralelo não tem ciência do acontecimento, envolvendo o seu serviço. O atributo exigido é a confiança e a forma de avaliar é conhecendo o trabalho de quem exerce o serviço de segurança:

Procuro pegar aquelas pessoas mais perto da gente de confiança, como eu peguei o subtenente e o cabo. O subtenente trabalha há três anos com a gente, o pessoal gostaram muito dele lá, o cabo também, trabalham comigo há muito tempo, então, assim, cara bom de serviço, na hora de uma situação, se garante revidar. (sargento, 19 anos de serviços).

O policial militar precisa ter referência no **bico**, não pode se envolver em conflito, caso isso ocorra, tem que saber solucionar o problema:

Eu agradeço a Deus por ter passado todo esse tempo tirando **bico** em festa e não ter me broqueado, apesar deste inferninho mataram dois quando eu estava lá, socorremos a vítima e prendemos dois, foi sem bronca. (cabo, 17 anos de serviços).

Por isso, o policial militar que procurar o **bico**, tem ciência da necessidade da referência profissional para obter o serviço, por intermédio das relações pessoais, do trabalho exercido na instituição policial, bem como do desempenho no trabalho paralelo, que contribui de forma decisiva para a contratação do serviço de segurança.

---

<sup>29</sup> Nome fictício de atividade de jogo realizada em estabelecimento privado.

No trabalho paralelo, a presença de pessoas que intercedem a favor do policial militar para ser contratado como segurança, é conhecido como intermediário, podendo ser um parente, um amigo, um superior hierárquico e outros. São eles que influenciam e possibilitam o processo de confiança, entre quem contrata com o policial militar que oferece o serviço de segurança. Isso nos permite constatar que as relações pessoais contribuem para a contratação dos policiais militares para desempenhar a trabalho paralelo e servem como referência.

Assim, as condições para a contratação no **bico**: o desempenho profissional na corporação policial militar, ser conhecido no **bico** e ter alguém que indique. O importante é saber que a “confiança” é fator determinante para a contratação.

Então, temos como parâmetro na contratação de segurança a relação de confiança entre o proprietário do estabelecimento privado com o **dono do bico**, que estabelece como seleção o critério “confiança”. Isso nos permite identificar os critérios estabelecidos para o serviço de segurança entre o **dono do bico** e o segurança, que são os seguintes:

- 1 O policial militar é contratado pelo fato de manter uma relação de afetividade (amizade, parentesco e outros);
2. O desempenho profissional na instituição policial militar;
3. Ser conhecido profissionalmente no **bico**.

## CAPÍTULO III: TRABALHO PARALELO, HIERARQUIZAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA

Como eu falo sempre lá, lá é bico, completamente diferentemente do quartel. Como trato uma criança e um velho ou homem com respeito, lá não vai ser diferente. Lá não tem nada a ver com o quartel, lá tem sargento. Mas quem comanda sou eu. (soldado, 08 anos de serviço).

### 3.1. QUEBRANDO A HIERARQUIA

O policial militar entende o **bico** como um serviço como outro qualquer; e por isso, deve possuir regras para o seu funcionamento. Assim, o reconhecimento profissional está atrelado ao fato de que no serviço de “segurança” não há problema. A idéia é que o policial militar é de confiança.

Para explicar este contexto do **bico** é necessário compreender que existe uma desconstrução do modelo institucional, baseada na hierarquia que estipula os cargos por meio da graduação e do posto, sendo a disciplina que estipula os direitos e deveres do policial militar na corporação.

O trabalho paralelo (**bico**) possui regras próprias que são estabelecidas a partir de quem consegue o serviço de segurança, portanto, o **dono do bico** é o policial militar mais antigo no estabelecimento privado e os demais seguranças o devem respeito. A organização cabe ao dono do serviço, assim, há toda uma estrutura organizacional que se mantém não por lei estabelecida, mas por acordos firmados entres os seguranças.

Assim, o desempenho do trabalho paralelo depende do acordo firmado, por isso deparamos com uma realidade distinta da corporação que reconhece os seus profissionais pelo posto e habilidades. No **bico**, o reconhecimento vem por meio do trabalho desempenhado; é necessário que todos os integrantes sejam confiáveis e que as pessoas acreditem em sua honestidade, principalmente o **dono do bico** e/ou o proprietário do estabelecimento privado; e não adianta possuir vários cursos se estes não podem se aplicados no serviço de segurança privada, pois para a compreensão do funcionamento do **bico** é necessário adentrar nas categorias existentes no trabalho paralelo.

O **bico** pode ser considerado uma forma digna de trabalho, e deve ser reconhecido como tal, visto que, possibilita o sustento da família do policial militar, que vislumbra uma oportunidade de melhoria de condições financeiras e realizações pessoais:

Divergindo dos oficiais, as praças ouvidas não definiram o “bico” como desvio de ou fonte de desvios, mas como meio honesto de aumentar seus magros salários, já que os governos têm se preocupado mais em comprar viaturas e armamentos do que investir na valorização dos policiais de ponta. (LEMGRUBER, ET AL, 2003, p. 81, grifo nosso).

Por isso, deparamos com policias militares descontentes com a instituição militar, que procuram no **bico** a sua forma de “ganhar o pão de cada dia”, não se submetendo as regras estabelecidas pela corporação, e não vislumbrando na sua atitude um desvio de conduta. Assim, quando desempenha o trabalho paralelo não estão regidos por normas institucionais militares, pelo fato de possuírem as suas próprias regras, que permitem a desconstrução do preceito institucional, como detectado no comentário a seguir:

A gente pensa que não, mas até oficial tira **bico**. Claro, eles também tiram **bico**. Eu conheço um monte que tira **bico**. Tira **bico** com praças. Estes que tiram **bico** com o praça e que são amigo do praça. Sempre ali conversando com o praça, eles são dos lados dos praças e não dos oficiais. Como todo mundo diz: a polícia é dos oficiais. É verdade! Eu quando tirei **bico**, tirei junto com o tenente. Ele junto com a gente. (soldado, 08 anos de serviços).

Neste momento o círculo hierárquico é rompido, e todos são iguais. Há uma cumplicidade que permite identificar quem realiza o **bico**, e, portanto, qual o tipo de serviço está habilitado. No **bico**, os policiais militares são identificados não por sua patente, mas pelo serviço de segurança desempenhado, como podemos notar neste comentário:

É pelo dia-a-dia mesmo. É tradição já. Este colega que eu tiro lá, eu confio mais nele do que em mim. O cara é muito competente, preparado e profissional. (cabo, 17 anos de serviço).

Dessa forma, podemos identificar que o princípio empregado na instituição militar, não pode ser aplicado no **bico** que possui normas próprias, estabelecidas a partir de acordo entres os integrantes da segurança, que estipulam os procedimentos que devem ser adotados para o funcionamento do serviço de segurança.

Afinal, no bico, como pode um soldado comandar sargento, cabo ou até tenente? Pelo acordo do trabalho, quem consegue o serviço de segurança é quem determina o funcionamento do serviço. É o **dono do bico**, independente do seu posto na corporação é o chefe do serviço e o restante dos policiais militares será considerado seus subordinados (segurança):

Não, por que eles atendem aos nossos pedidos, dentro do respeito. Ele é subtenente, eu sou sargento, e pronto. Mas aí quando é repassada a ordem, nós não estamos visando a patente. (sargento, 19 anos de serviço).

O policial militar não visa a patente e sim o serviço. Afinal, a integridade física dos membros da segurança, depende da responsabilidade de cada um. O subtenente é um posto acima do sargento, porém, ele não pode se constranger ao receber ordens de um sargento, pois, se houver tal ato, dificilmente consegue outra colocação no **bico**. O fato é que a hierárquica estabelecida na instituição militar não se estende ao serviço de segurança privada, pois, este possui regras próprias que estipulam o funcionamento:

No inferninho era eu o **dono do bico**. Neste outro era um colega que era mais antigo, era cabo também. Mas era mais antigo no local. Ele era o **dono do bico**. (cabo, 17 anos de serviço).

Na corporação militar, os funcionários são identificados pelo posto ou graduação, função, habilidade e outras modalidades. No **bico**, toda essa estrutura estabelecida na instituição militar, é desconstruída do “portão para fora”; o destaque é do policial militar que desempenha o serviço de segurança, por muito tempo, sem apresentar problema no serviço, principalmente quando no local em que trabalhar não tenha ocorrido assalto. É considerado de “boa índole” e não paira dúvidas sobre o seu comprometimento com o serviço de segurança:

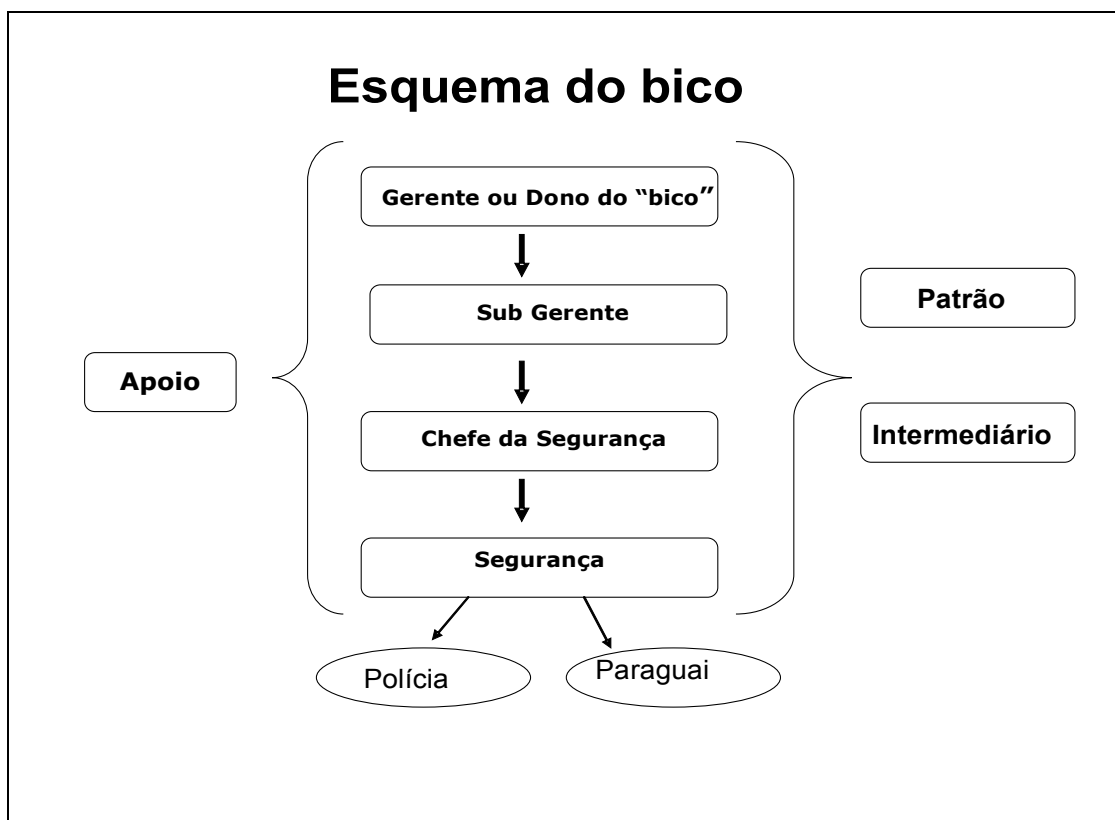
Tem o cabo que é biqueiro antigo que trabalha com telefone, quando ele está de folga. Gente boa! Mora aqui do lado. (sargento, 19 anos de serviço).

### 3.2 A INVERSÃO DOS PAPEIS: A DESCONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA MILITAR

As entrevistas com os policiais militares, nos permitiram identificar algumas categorias de trabalho no **bico**. Também constatamos a existência de uma hierarquia não estipulada por leis ou normas institucionais, e sim a partir de acordo firmado entre os policiais

militares que exercem o serviço de segurança privada, marcados por princípios como confiança, respeito e hierarquia.

Então, a partir desse pressuposto, identificamos a função de cada policial militar exercida num determinado serviço no trabalho paralelo, mostrando a existência de um grau hierárquico no **bico**. Isso pode ocorrer em alguns serviços, visto que há variações de categorias empregadas no trabalho paralelo. A seguir mostramos essas variações:



Essas categorias evidenciam a existência de uma divisão de tarefas no exercício do trabalho paralelo, onde há distribuição de cargos entre os policiais militar no bico, que não está normatizada, e sim estipulada por acordos entres os membros da segurança. O policial militar que consegue o **bico** é o mais antigo no serviço, dá ordem aos outros e ocupa uma posição de destaque, além de ser considerado o **dono do bico** ou gerente do serviço.

Apesar da existência, na Corporação Policial, de uma divisão de trabalho estabelecida por graduação ou posto, no desempenho do trabalho paralelo, não há influência no serviço. A função exercida depende da aproximação do policial militar com o proprietário do estabelecimento privado, quanto maior a relação de proximidade com o proprietário, maior

é a confiança, conseqüentemente, aquele policial militar que possui a confiança e respeito do proprietário do estabelecimento privado será considerado o responsável pelo gerenciamento do **bico**.

Dessa forma, o policial militar que ocupa um cargo de comando na instituição militar, no trabalho paralelo poderá ser comandado por um soldado. Ele, o comandante, que na corporação é o primeiro na escala hierárquica, considerado, **essencialmente, elemento de execução**. Essa desconfiguração da hierarquia não é considerada indisciplina, visto que é regra estabelecida no trabalho paralelo. Nele, a organização e a responsabilidade pela distribuição de tarefa, cabe ao policial militar que consegue o primeiro contrato com o proprietário do estabelecimento privado, sendo identificado como **dono** ou **gerente do bico**.

Então, podemos afirmar que no trabalho paralelo existe uma hierarquia que se estabelece a partir de acordos entres os integrantes da segurança, tanto que Cortes (2005, p. 12), no Rio de Janeiro, identificou duas categorias no estudo realizado na Polícia Militar do Estado, expressa a situação:

Ao olhar de perto os indivíduos que integram os dois tipos informais mais freqüentes de segurança privada, ou seja, “o segurança” e o “apoio”, deparamo-nos com agentes de segurança pública, sejam eles guardas municipais, bombeiros, agentes penitenciários e policiais civis, militares e federais, que, em seus momentos de folga, freqüentemente, estão sendo requisitados para trabalhar na vigilância privada para instituições, corporações, associações ou, ainda, indivíduos. Em outras palavras, parte do pessoal empregado na segurança privada pertence, também, aos quadros das agências de segurança pública. (grifo nosso).

A autora identifica a presença de agentes do sistema de segurança pública realizando o trabalho paralelo, tanto que levanta a existência de duas categorias distintas que denomina: uma de “segurança” e a outra de “apoio”. Isto é, aquele que está diretamente empregado no trabalho paralelo é o segurança; e o apoio será aquele que mediante a rotina policial garantirá segurança ao **bico**.

Nesse estudo realizado sobre o Saara<sup>30</sup>, no Estado do Rio de Janeiro, Cortes (2005) observa que o serviço policial militar naquele local é realizado por dois batalhões responsáveis pelo policiamento daquela área: o 5º BPM e o Batalhão de Policiamento de Trânsito – BPTRAN.

O 5º BPM é responsável pelo policiamento ostensivo no Centro do Rio de Janeiro, da área portuária à Cinelândia; e o BPTRAN é responsável pelo trânsito na Avenida

---

<sup>30</sup> É um bairro comercial existente na cidade do Rio de Janeiro, chamado Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – SAARA.



Presidente Vargas, entres outras localidades. Então, a autora constata que o policial militar que não está diretamente empregado no trabalho paralelo serve de apoio para o serviço realizado naquele local.

No SAARA, existe uma rede de segurança que se reveza dia e noite. Cada um é responsável por um tipo de segurança, estando apoiada pelos batalhões de policiamento da área – o 5º BPM e o BPTRAN; e ainda disponibiliza um grupo de segurança particular formado por uma equipe de cem homens, conforme fonte fornecida pelo presidente daquele local, que estão divididas em dois turnos: um atuando como vigia à noite, e outro como segurança durante o dia.

O vigia não utiliza arma, por não ser policial. Ele é orientado a ligar para o serviço 190, quando verificar algo “suspeito”, acionando o serviço policial e não pode agir na tentativa de roubo ou conflito. Por outro lado, os seguranças por serem policiais de folga ou não, as suas ações são diferentes as do vigia; eles interferem diretamente no conflito, sendo acionados para resolverem os casos de crimes e desordens ocorridas na região do SAARA.

Por isso, podemos afirmar que no Rio de Janeiro há duas categorias: o “apoio” e o “segurança” que trabalham juntos, garantindo a segurança no SAARA.

Em Belém do Pará, conseguimos identificar a categoria de segurança e a de apoio, e, ainda, outras que se apresentaram de forma explícita, desconstruindo a informação do Major da PMERJ, que afirmou para Cortes (2005, p. 100) que no **bico** não há hierarquia:

Ou nas palavras de um major da PMERJ: a minha insistência em saber se havia uma reprodução hierarquia militar no “bico” “na guerra e na corrupção não há hierarquia”.(sic).

O fato de não se vislumbrar uma hierarquização no **bico**, ocorre pela própria dificuldade em se identificar os meandros do funcionamento do serviço de segurança. Afinal, é algo considerado clandestino, que não possui normas escritas ou documentos que comprovem o serviço; o que torna difícil a constatação da subordinação no serviço de segurança privada. Porém, será oportunizado nesta pesquisa conceituar as categorias identificadas em Belém do Para. Assim, iniciaremos com o **dono do bico**.

### 3.1.1 Dono ou gerente do bico

O policial militar que dispõe da confiança do proprietário do estabelecimento privado; organiza o funcionamento do serviço; estipula as estratégias de segurança do local; negocia com o proprietário a forma de pagamento dos seguranças; seleciona a equipe de trabalho, sendo, portanto, o responsável pela organização da segurança do estabelecimento privado, é conhecido como o “dono do bico”.

Assim, a estrutura organizacional da segurança está sob controle e fiscalização do policial militar que contratou o serviço e é considerado o homem de confiança do proprietário do estabelecimento privado, tanto que se algo acontece no local de serviço, o proprietário reporta-se ao responsável da segurança, que tomará as providências, determinando aos seguranças que contornem a situação.

Os seguranças, por outro lado, não podem tomar nenhuma atitude, sem antes comunicarem ao **dono do bico**; é uma regra estabelecida entre os membros da segurança: obediência e respeito ao dono do bico, que precisa estar sempre informado dos acontecimentos diários do serviço de proteção ao estabelecimento:

Nessa primeira festa que eu tirava, o **bico** era meu. Do inferninho lá, eu que tomava conta. Lá, eu que arrumava o pessoal; eu falava o que tinha que ser feito. Neste ambiente geralmente não tem muito que falar; neste ambiente de outra classe todo dia nós tínhamos uma instrução, conversamos. (cabo, 15 anos de serviços).

Essa divisão da hierarquia, estabelecida no trabalho paralelo, não é algo percebido na rotina do serviço de segurança privada. Para identificar a organização do funcionamento da segurança é necessário observar quem tem um contato mais próximo com o proprietário do estabelecimento privado, para que se saiba que o “homem de confiança” é aquele que possui autonomia no serviço; tem controle sobre a organização da segurança, distribui as tarefas diárias de serviço, em suma é o **dono do bico**, como pode se observar neste depoimento:

Por que é aquela coisa: tu vai tirar um bico, geralmente o dono do estabelecimento quer dizer como é o serviço do policial, ele não sabe. Quem sabe é o policial. O que aconteceu lá, onde a gente tirava o dono lá quis dizer para gente como era o serviço, nos chamou. Ele falou: vocês sabem como é o serviço: tem que fazer assim e assim. Nós não ficávamos só em um local. Dentro da loja, dava uma volta; ficava do outro lado; ficava por lá ao redor, nunca só num local. Às vezes tinha muita gente; a gente ficava lá no meio como cliente vendo as mercadorias. (soldado, 08 anos de serviço).

Essa autonomia do serviço é estipulada entre os membros da segurança, as ordens recebidas são diretamente do **dono do bico**, que, por conseguinte, conversou com o proprietário do estabelecimento privado, verificando as necessidades daquele local; e se o proprietário determinar ordem expressa para algum segurança, mesmo assim, ele não tomará nenhuma atitude sem antes comunicar o **dono do bico**.

Outra particularidade, é que o **dono do bico**, em esquema de segurança que possui todas as categorias funcionais, é somente o administrador do serviço. A ele cabe a responsabilidade de contratar pessoal para exercer o serviço de segurança do local; assim, às vezes é necessário trabalhar na segurança do estabelecimento, visto que, isso oportuniza possuir vários contratos de segurança em estabelecimentos privados:

Lá tem alguém que mexe direto com isso. Lá tem um sargento que basta ir direito com ele, um sargento da banda, ele é chamado o **REI DO BICO**, todo o bico geralmente que tem é com ele. É só falar com ele que ele arranja para gente sem nenhum problema. (soldado).

Ao possuir vários contratos de segurança, o **dono do bico** consegue possuir um contingente de segurança que pode ser empregado conforme a solicitação de serviço. Se o proprietário do estabelecimento privado desejar um contingente de segurança para festa, assim será. Pois, se disponibilizar o serviço de acordo com a necessidade do “cliente”, isso permitirá a criação de uma rede<sup>31</sup> de serviços, tanto que os policiais militares sabem a quem procurar dentro da instituição policial quando desejar ganhar um “extra”:

A gente consegue sempre através deste sargento, sempre é ele. Às vezes tem um outro oficial que também mexe, consegue para a gente. Pergunta se a gente quer ir, a gente precisa do dinheiro, porque o salário não é grande coisa, a gente procura uma outra forma também de incrementar o salário nê. (soldado).

O policial militar que administra esta rede de serviço é conhecido na instituição policial, sendo procurado pelos colegas, pela facilidade com que consegue os bicos, mas existem algumas regras para se manter neste serviço: a principal é sempre honrar os compromissos assumidos, senão pode se enquadrar na gíria do quartel, como pessoa que costuma dar “canelada”, ou seja, contrata para um determinado serviço e ao término não paga

---

<sup>31</sup> Grupo de pessoas que trabalham juntas, geralmente em ações clandestinas, mas não se conhecem e dificilmente mantêm contato umas com as outras, reportando-se apenas a um comando central. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

conforme o acordo estabelecido. Essa atitude não é boa para quem deseja se manter nesse negócio.

A rede de serviço se mantém justamente pelo comprometimento com o serviço de segurança; entretanto, para conservar a organização é necessário que os policiais militares possuam referência em tal atividade. Porém, isso é um processo dinâmico que se modifica conforme a necessidade do proprietário do estabelecimento privado ou pessoa.

Um exemplo que vimos foi o de policiais militares exercendo segurança de pessoas, tais como: empresários, deputados, jogadores, jornalistas e outros, ou trabalhando em festa de aparelhagem, centro lotérico, agência bancária, igrejas e outros. Não importa o tipo de serviço, o importante é que sempre encontraremos um policial militar disposto a desempenhar a segurança daquele local, formando uma rede de serviço. A rede é justamente um processo de interação que não se limita pela forma:

“Lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, na qual a complexidade é resultado da intensa interatividade exigida por múltiplos acessos de qualquer ponto do sistema. Parece que a rede e nenhuma outra topografia – pirâmide, cadeia, árvore, círculo, eixo – é considerada a ideal para esse paradigma tecnológico”. (KELLY, 1995, p. 25). “Flexibilidade, na qual a (re) configuração da rede pode ser modificada e redefinida a qualquer momento pelas mudanças das posições organizacionais e sociais”. (BASTOS, 2004, p. 79).

O policial militar forma uma rede de serviço que está disponível para os mais variados “contratos”. Não há restrição, pois, para cada tipo de segurança existe um policial apto para ser empregado; assim, vislumbramos um contingente de policiais militares pronto para garantir a segurança privada. São estratégias utilizadas para se manter no negócio (bico), que nos possibilitam identificar uma rede que se forma a partir de estratégia utilizada para se manter, segundo Randolph (1999, p. 29) que a identificou a partir do conceito de Habermas:

Dentro dos marcos conceituais da teoria social crítica de Habermas procuramos compreender o surgimento tanto de “redes de solidariedade” como de “redes estratégicas” como sinal de uma profunda transformação da sociedade capitalista contemporânea.

O trabalho paralelo é uma rede que podemos considerar de estratégia, afinal, para se manter é necessário adotar alguns procedimentos no serviço de segurança privada para se reconhecido, ao mesmo tempo em que é um processo dinâmico de adaptação, que permite modificar conforme a necessidade do “cliente”. O responsável pelo gerenciamento, o **dono do bico**, deve sempre honrar os compromissos assumidos, pagar corretamente os membros do

serviço de segurança privada, torna-se respeitado, pois, desse modo, sempre haverá policiais militares interessados em trabalhar nos locais de sua responsabilidade:

Na verdade a gente é que vai atrás deles. Nem é eles que vão atrás da gente. A gente é que vai atrás do sargento, pergunta se tem algum **bico** de alguma coisa, no final de semana. Geralmente sempre tem. A gente que se oferece para ir, ai se ele mandar a gente ir, paga direitinho não tem enrolação nenhuma. (soldado).

Há um acordo na questão do pagamento, quem contrata não pode deixar de pagar o estipulado, isso pode até ocorrer, mas não é regra. Ele sabe que o pagamento em dia é o fator determinante para conseguir policial militar disposto a trabalhar como segurança.

O **dono do bico** não pode se expor negativamente, porque passa a ser conhecido no quartel como irresponsável e deixa de ser levado a sério, e, assim, dificilmente consegue contingente para trabalhar como segurança em seus postos de serviços.

O policial militar que honrar o compromisso assumido, dificilmente deixa de possuir um contingente de reserva, disposto a trabalhar nos seus postos de serviços. Identificada essa distribuição de policiais militares como segurança em vários locais de serviço como uma “rede de serviço”, caracterizada pela diversidade dos postos de segurança, e pela inexistência de vínculo “empregatício” com o proprietário do estabelecimento privado, se exige apenas que o policial se enquadre no “perfil” do serviço:

Ele era aspirante, instrutor de ordem unida do CFAP. Ele convidou os alunos que se eles quisessem tirar o **bico** que tinha. Todo mundo querendo dinheiro. Na época o nosso dinheiro passava dois a três meses para sair, e quando vinha era só desconto, desconto, pegava o contracheque, era na mão dos homens. Lá, ele convidou a gente para tirar esse bico na Sede Social Belenense<sup>32</sup>, olha tal capa disso: camisa branca e tal, aquela coisa nós fomos tirar o bico para lá, iniciou assim, foi o primeiro **bico**. (sargento, 19 anos de serviço).

Não existe contrato com o proprietário do estabelecimento privado; o acordo da segurança é diretamente com **dono do bico**, que o emprega conforme o serviço. Ato este que não indica vínculo no serviço de segurança, afinal, o policial militar é contratado somente para realizar a segurança em dia estipulado, por exemplo: contrato o policial militar para dar segurança em evento musical, um cantor terá a apresentação na cidade no dia tal, uma única apresentação, o policial militar é contrato somente para aquele dia, é algo que ocorre de forma esporádica.

Outra situação verificada no **bico** é distribuição de tarefa que, dependendo da complexidade do serviço, o **dono do bico** delega responsabilidade de comando para outro

---

<sup>32</sup> Nome fictício do estabelecimento privado.

policial militar, permitido assim uma parceria na gerência, passando ambos a administrar a segurança do local; e na ausência do **dono do bico**, aquele de sua confiança, assume a responsabilidade do funcionamento do serviço da segurança, surgindo, assim, a figura do subgerente, cuja tarefa é lidar diretamente com os seguranças, com autoridade sobre os demais membros da segurança privada.

### 3.1.2 Subgerente

Quando o serviço é complexo e possui um contingente maior, o subgerente trabalha juntamente com o gerente, discutindo as ordens que serão repassadas aos seguranças; fiscaliza e controla o local de serviço; distribui tarefas aos outros policiais militares sobre o seu comando; determina novas diretrizes de segurança; sugere contratação de pessoal; tem acesso ao proprietário do estabelecimento; organiza a escala de serviço; os horários de trabalho dos seguranças, porém, continua subordinado ao **dono do bico**:

A função é só uma lá: dar segurança ao dinheiro. Só eu e o subgerente entra. Mas ninguém pode entrar, a não ser que seja chamado para falar alguma coisa, para saber de alguma coisa, que no momento a gente não pode prever. Mas só entra se chamarem; e qualquer coisa que acontece tem que falar comigo ou com o subgerente; qualquer situação repassa para mim ou ao subgerente. A gente releva se for o caso de sair do nosso conhecimento da situação; fugir da nossa competência, a gente já passa, tem toda uma responsabilidade, vamos colocar esta situação. (sargento, 19 anos de serviço).

O **dono do bico** é o “homem de confiança” do proprietário do estabelecimento privado; o **subgerente** é escolhido pela confiança depositada no serviço prestado ao **gerente do bico** – é o policial militar mais próximo do gerente, servindo de ligação com os demais componentes da equipe de segurança. Esse procedimento permite identificar que no **bico**, existe uma hierarquização nas tarefas referente à segurança do local.

A hierarquia do trabalho paralelo ocorre porque o policial militar, membro do serviço de segurança privada, reproduz o modelo de trabalho da organização policial, que sempre possui alguém no comando do serviço:

Têm policiais que nem atendem a ordem do comandante. Eles tomam atitude. Eles não entram em contato primeiro com o comandante; eles mesmos vão lá e querem resolver. Eu passei um mês no interior e via como os policiais são diferentes. (sargento, 18 anos de serviço)

Verificamos a veracidade dessa afirmação, ao pegar como modelo o policiamento ostensivo. Lá, o policial militar subordinado, não tem permissão de tomar qualquer atitude, sem antes consultar o comandante do policiamento. Ele deve estar no local do serviço para cumprir determinação da missão, não para refletir sobre as ordens emanadas. Esse modelo de organização influencia as atividades paralelas, que também possuem alguém no comando: existência de grau hierárquico de subordinação, orientação nas ações de segurança. Se houver conflito, os seguranças não podem tomar nenhuma atitude sem antes comunicar o chefe da segurança, que, sucessivamente, comunica o subgerente ou **dono do bico**:

Foi de uns anos para trás, até eles acharam que deveria ser assim, como a gente tava na frente da situação, por exemplo, se ocorrer alguma situação lá, eles trazem para a gente resolver, para mim e para o sub, geralmente R\$ 10,00 reais a mais. Dos três anos para cá, antigamente era fechado, era o sub que comandava. Pelo menos o que eu sabia é fechado. Sempre coloquei a transparência, nesta situação. (sargento, 19 anos de serviço).

Assim, há sempre alguém no comando. São princípios estipulados aos policiais militares que desejam entrar no trabalho paralelo, que, antes de ingressarem no serviço devem saber quem manda. Essas são as regras do serviço. Todo trabalho de segurança privada possui o **dono do bico**, que determina as ordens a serem cumpridas, podendo variar conforme o serviço de segurança:

Nós negociamos com ele, ele queria pagar semanalmente. Eu falei que não, seria melhor diariamente: acabou o serviço o dinheiro na mão. Um exemplo: o meu serviço acabou hoje. Hoje eu quero o dinheiro, nada de deixar dinheiro na mão dos outros que já é meu. (sargento, 19 anos de serviço).

Logo, o policial militar que não possui o seu próprio **bico**, para ser recrutado para o serviço de segurança privada precisa se submeter às regras estabelecidas para ser aceito na rede de serviço; e a principal delas é cumprir as ordens estipuladas pelo **dono do bico**:

São treze anos fazendo este serviço. Não, geralmente muda. Um não se identificou ou deixou a desejar, a gente troca, até porque o “homem” é que manda: fulano de tal não se adaptou no serviço. (sargento, 19 anos de serviço).

No trabalho paralelo as regras são claras, não se adaptou ao serviço ou o proprietário do estabelecimento não quer aquele policial militar, ele será dispensado, sendo informado que não está agradando, portanto, precisa se enquadrar no trabalho para se manter no serviço.

O **dono do bico** ou **subgerente** são os responsáveis pelas regras estabelecidas no trabalho, tanto que eles podem estipular funções diferenciadas quando houver necessidade. Um exemplo é o esquema de proteção que requer uma fiscalização e controle maior sobre os seguranças. Assim, para evitar imprevisto no local do serviço é escolhido entre os seguranças, aquele que irá fiscalizar e controlar os demais, desse modo, é criado um grau de subordinação entre os seguranças.

### 3.1.3 Chefe da segurança e o Segurança

O policial militar que responde pela segurança de uma determinada área de atuação; comanda o grupo de segurança do qual faz parte; trabalha igual aos demais seguranças, porém assume uma colocação diferenciada dos outros policiais, é o chefe da segurança, conforme explicita esse depoimento:

Eu não gerenciava, era outro. Até porque eu não queria responsabilidade, só que a minha patrulha de festa, eu era o comandante, eu era sargento, tinha mais soldado, tinha cabo, ai eu pegava um soldado e ficava volante, cheio de mesa. Essa mesa bem ai. Ai não sei o quê, o pessoal começava aquele bafafá, falar alto. Ai chegava bem pertinho, pegava aquele mais revoltado, eu perguntava: TÁ TENDO ALGUM PROBLEMA NO GRUPO? (sargento da reserva, 30 anos de serviço).

A presença do **chefe da segurança** ocorre principalmente no **bico** de festa, quando há necessidade de controlar as patrulhas distribuídas no serviço, porque nem sempre nestes locais de trabalhos existem somente seguranças policiais militares; este é um outro momento: é quando o serviço exige um controle mais rígido sobre o contingente de serviço, criam-se pequenos pontos de comandos, que são administrados pelo chefe da segurança:



Ficamos todo mundo na gerência, ficamos espalhados. Não ficamos sempre em grupo, dois para cá, uma para lá ou para cá. Sempre atento na gerência, pra que uma situação não sejamos pegos de surpresa; e sempre atento, a tudo e a todos. (sargento, 19 anos de serviço).

Além disso, é necessário o controle e fiscalização pontual sobre o serviço desempenhado pelos seguranças, afinal, o **dono do bico** precisa ter alguém de sua confiança em pontos estratégicos, principalmente, quando o local para garantia segurança é complexo. O **chefe da segurança** apesar de exercer um cargo de comando, e de não tomar nenhuma atitude, sem antes comunicar o **dono do bico** ou o **subgerente** e, ainda, como os demais **seguranças** concorrer a uma escala de serviço, cumpre horário de expediente, e quanto ao seu pagamento não se diferencia dos outros membros da segurança privada:

Se houve algum problema na gerência em caso de dinheiro falso. Essas coisas, uma alteração. O cara se alterou muito, requer a nossa presença, nós vamos lá. Vai dois, os restantes ficam na gerência, ao redor, claro. (sargento, 19 anos de serviço).

O **chefe da segurança** é o componente da equipe que possibilita ao **dono do bico**, uma fiscalização e controle mais eficiente sobre os demais seguranças do estabelecimento privado. Essa divisão de trabalho ocorre pelo fato da complexidade do serviço exercido, possibilitar a contratação de um contingente maior de segurança para o serviço.

No trabalho paralelo, em alguns serviços não é necessário o emprego de todas as categorias funcionais, por ser um local que não requer um número grande de seguranças, e o contrato é direto com o proprietário do estabelecimento privado. Pois, neste caso, existe somente a categoria segurança, que se divide em duas distintas que são: o chefe e os seguranças que desempenham o serviço no estabelecimento privado, e não há uma maior divisão no funcionamento do serviço:

As pessoas perguntavam: Tu não quer tirar um serviço assim para mim, tal? Quanto é? A gente dava o nosso preço, ai sempre assim, a gente pegava no mínimo três, ir para lá tirar o serviço. (sargento, 19 anos de serviço).

No estabelecimento privado que possui somente o chefe e os seguranças, o procedimento do funcionamento do serviço é compartilhado com o grupo. São eles que vão

organizar o serviço, estipular a divisão de tarefa, carga horária de trabalho e a questão do pagamento:

Trabalhava na rua. O pessoal: Olha eu vou dar uma festa, assim, assim. Vocês vão querer lá dar o apoio? Quando é? Tá na mão. Tá fechado. Chegava lá e tirava o serviço. Só nos final de semana, claro. Da sexta para sábado, do sábado para domingo, domingo para segunda. Mais nos finais de semana. (sargento, 19 anos de serviço).

Esse serviço de segurança privada que emprega um contingente menor de pessoal e possui uma divisão de trabalho simples, o contrato é direto com o proprietário do estabelecimento privado. O serviço de segurança costuma ser direcionado para a segurança do patrimônio e das pessoas que frequentam o local; não existe uma complexidade neste serviço e o **chefe da segurança** é reconhecido como o **dono do bico**, pelo fato de ter conseguido o serviço. Isso não o exclui do serviço de **segurança**; ele exerce a segurança do estabelecimento privado, juntamente com os demais policiais militares.

Porém, dentro dessa categoria segurança, existe uma outra divisão, que não se dá apenas pelo grau de subordinação, e sim pelo fato de que alguns membros não pertencem ao sistema de segurança pública, sendo identificados na gíria militar como civis<sup>33</sup>. Considerados pelos policiais militares como um grupo que tenta se infiltrar no serviço de segurança, disfarçando-se como policiais militares para serem aceitos como segurança privada:

Há a Polícia do Paraguai: são seguranças que, às vezes, eles dizem que são policiais, mas não são, são falsos policiais. Às vezes, eles estão armados. (cabos, 15 anos de serviços).

Os policiais militares que estão no trabalho paralelo, em sua maioria, não costumam contratar segurança que não sejam policiais militares, porque não confiam na mão-de-obra civil. E quando é contratada pelo **dono do bico**, é porque ele está visando um lucro maior no serviço de segurança privada, pois este contingente de reserva é menos exigente, visto que, se submetem aos valores estabelecidos pelo **dono do bico**:

Tipo assim como segurança, igual de empresa de segurança, guarda o estabelecimento no horário comercial. (soldado, 08 anos de serviço).

---

<sup>33</sup> Que não é militar nem eclesiástico ou religioso; indivíduo que não é militar; paisano. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

### 3.1.4 Polícia do Paraguai

É prática comum de utilizar pessoas que não são agentes da segurança pública como vigilantes, principalmente em serviço de menor proporção de risco, uma vez que, não requer o uso de arma de fogo e o serviço é realizado em horário comercial, pois, dessa forma, o **dono do bico** acaba lucrando com trabalho desse contingente, preferindo contratar segurança conhecido como **Polícia do Paraguai**:

Guarda de segurança quando passa a tirar serviço (farmácia, mercadinho, comércio) por tirar tanto serviço, começa a conversar com outros policiais e descobre os quartéis, as linguagens. Eles acham que são policiais, eles queriam ser policiais. Ele começa há agir como policial e dizer que são policiais. (cabo, 15 anos de serviço).

Assim, a segurança de estabelecimento privado pode ser desempenhada tanto por policiais militares quanto por pessoas conhecidas no trabalho paralelo por “Polícia do Paraguai”, sendo que ambos podem ser empregados em único evento. Os não policiais militares podem ser utilizados como uma mão-de-obra meramente de prevenção, em locais que não requer o uso de arma, servindo apenas como vigilante:

Na verdade segurança nossa mesmo é da população do público em geral que vão para evento, segurança da bilheteria eles têm, segurança privada também. Toda a festa tem segurança privada da banda, da bilheteria, quando a polícia entra é para fazer segurança do público em geral. (soldado, 01 ano de serviço).

Essa mão-de-obra de segurança privada, tanto de policiais militares quanto daqueles que não pertence ao sistema de segurança pública, pode ser empregada junto no trabalho paralelo, apenas se tem o cuidado no desempenho do serviço, para que um não interfira no serviço do outro.

A inclusão de contingente de policiais militares com aqueles que não são, depende do acordo firmado do **dono do bico** com o proprietário do estabelecimento privado. Se o contrato estabelece que os policiais militares estejam para dar apoio em alguns postos de serviços, assim será; dependendo do que foi estipulado podem ser empregados apenas para garantir a segurança do público que frequenta o estabelecimento privado:

Só contrato policial, só gosto de trabalhar com policial, policial se entende. Civil é outra coisa, já não conhece a disciplina, a doutrina. Se a gente coloca uma coisa, a gente tá sabendo como é. Eu sempre falo lá, eu sempre coloco lá. (soldado, 08 anos de serviços).

No trabalho paralelo as regras são moldadas conforme a necessidade do serviço, cada serviço de segurança privada é diferente do outro. Assim, por esse prisma, os componentes da segurança privada estipulam acordo de funcionamento e cada componente tem ciência da sua posição na hierarquia do trabalho paralelo – descumprir esse princípio é comprometer todo o serviço de segurança privada.

Apesar dessa complexidade, todos os membros do serviço de segurança têm ciência da divisão de tarefas e subordinação funcional, se houver conflito nestas regras todo o serviço do trabalho paralelo fica prejudicado, por isso todos se empenham para que tudo transcorra sem problemas.

Por esse fato, os policiais militares que trabalham no bico, fazem de tudo para que o serviço não seja prejudicado: buscam recursos humanos e materiais fora do âmbito do serviço de segurança privada, isto é, o que não está ligado diretamente ao serviço de segurança privada. Porém, são os policiais militares próximo ao **bico** que realizam o policiamento ostensivo no local; logo, é necessário manter uma relação próxima dos membros da segurança pública, precisamente no momento em que se precisa de apoio ao bico, sendo acionados conforme a necessidade do serviço:

Quem hoje está na reserva, era tenente. Hei policial está fazendo aí? Tenente eu não vou lhe mentir, estou tirando o meu **bico**, mas o **bico** está sem problema, Graças a Deus! Até agora. Levava ele com o dono da festa. Chegava: Olha pessoal, tenente do PATAM, está dando um apoio aí na rua e tal, saia fora! Ele ficava lá. Ai o cara da festa: Toma tenente, do seu refrigerante. Dê esse apoio para gente. Quer dizer que de vez enquanto a viatura ia, fazia o trabalho dela normal. Mas estava lá na área, de vezes enquanto ele passava lá. O pessoal via que a polícia estava sempre presente não tinha problema nenhum. (sargento, 19 anos de serviço).

### 3.1.5 Apoio

Os policiais militares que auxiliam aqueles que desempenham trabalho paralelo, são conhecidos como **apoio**; são eles que garantem agilidade no atendimento de uma ocorrência, facilitam acesso nas instituições policiais e oferecem segurança aos policiais militares que desempenham o trabalho paralelo. A presença de policiais militares que estão no

exercício da função policial público, mas precisamente no policiamento ostensivo, ocorre pela necessidade de interferência em conflito existente no estabelecimento privado:

Não! Foi eu! Acionei quando levaram um carro daí da frente. Ai, o major fez a ponte. Ai ele me falou para orientar a proprietária do veículo ir até a delegacia de furto de veículos registrar uma ocorrência, o resgate deste carro foi até com sucesso. (sargento reserva, 30 anos de serviço).

O policial militar ao desempenhar o trabalho paralelo tem no apoio à garantia da sua segurança, a certeza de que se algo acontece no **bico**, pode contar com auxílio dos policiais militares que estão no policiamento ostensivo próximo do seu local de trabalho, tanto que a primeira atitude tomada ao conseguir o **bico**, é verificar quem são os policiais militares que atuam naquela área, para manter uma relação mais próxima e a garantia de um atendimento “personalizado”, que possibilite agilidade nos atendimentos das ocorrências. Quando se refere às instituições policiais:

O policial tirando **bico**. Ele está armado. Ninguém vai tirar a arma. Quando trabalhei em um, eu oferecia uma merenda para os caras das viaturas, porque aqueles das viaturas dão segurança para o cara do **bico**, ou seja, o cara tirando o **bico** faz a comunicação com o dono do mercado e a polícia. (cabo, 15 anos de serviço).

Essa proximidade entre os policiais militares do policiamento ostensivo com aqueles no trabalho paralelo, é comum; é uma maneira encontrada pelos policiais militares no **bico**, de obter segurança para o estabelecimento privado e garantir a sua integridade física. Por isso, é imprescindível obter apoio do policiamento ostensivo, no caso de algum imprevisto que não possa ser solucionado na dependência do estabelecimento privado, e que necessite da intervenção da polícia pública.

Desse modo, os policiais militares que servem de “apoio”, são considerados como parte integrante do serviço da segurança privada, porém não exercem a segurança diretamente no estabelecimento privado, não há vínculo com o proprietário, somente é um recurso de apoio utilizado por policiais militares no **bico**. Eles apenas interferem no serviço da segurança, quando solicitado ou na ocorrência de um conflito que não pode ser solucionado na dependência do estabelecimento privado.

Porém, pode ocorrer situação inversa, o policial militar do policiamento ostensivo próximo ao local do **bico**, pode ter uma atitude de repreensão com os policiais militares que estão como segurança privada:

O pessoal se jogava por cima, naquela época o PATAM arrastava o pessoal de **bico**, nunca me arrastaram. Não sei por que, graça a deus, eu sempre enfrentei de cara, nunca corri. Eu sou policial, eu vou correr do polícia, por quê? Negativo! Chegava lá. (sargento, 19 anos de serviço).

É lógico que este procedimento só ocorre quando o conflito gerado nas dependências do estabelecimento privado tomou proporções maiores e não houve o devido “cuidado” de entrar em contato com policiais militares que trabalham no policiamento ostensivo naquela área:

Quando acontece uma ocorrência assim, nos estamos no bico clandestinos, como o Comandante Geral falou para gente: Acontece alguma coisa, lá vem à viatura. A primeira coisa que vão querer saber o que nos estamos fazendo lá, o que aconteceu, vão logo querer empurrar na polícia. Agora aqui não. Nós estamos sendo autorizados pela própria polícia. Eu vou continuar tirando, enquanto tiverem pagando; é o meu segundo serviço, espero continuar. (soldado, 08 anos de serviço).

E no momento que são acionados para resolver um conflito existente no local, dependendo da situação, a atitude tomada é drástica, como já referenciada. Isso pode ocorrer pelo fato de não conhecerem os integrantes da segurança e não possuírem vínculo de amizade; mas, mesmo assim, quando os agentes da segurança pública abordam o local do conflito e verificam que a segurança pertence a polícia militar, de alguma forma tentar amenizar a situação, por que tem ciência que poderiam ser eles nessa situação:

Quando fui surpreendido por uma ronda, O Capitão tinha uma ordem do CPM, que os policiais não podia tirar serviço fardado, ficando detido na CCS/QCG<sup>34</sup>. Dormindo lá no cassino, na época era bom o dinheiro, 30 reais por uma noite; uma semana dava 60 e na outra 90. (cabos, 13 anos de serviço).

O fato é que o policial militar sofreu sanção porque estava no estabelecimento privado com o fardamento da polícia militar, não por está no **bico**. Então, podemos compreender a partir destes comentários, que o policial militar sofre sanção em duas situações: quando no local do serviço, o conflito ocorrido não foi sanado nas dependências do

---

<sup>34</sup> Companhia de Serviços do Quartel do Comando Geral da PMPA – Quartel de serviço administrativo, local onde o Comandante Geral da Corporação administra a Polícia Militar do Pará.

estabelecimento; ou quando utiliza o fardamento da polícia militar no **bico**. Logo, o problema no serviço clandestino é a identificação; e é por isso que os policiais militares realizam a segurança privada de forma descaracterizada:

É aquela história. A gente sabe quando é bandido e ele sabe quando é policial; por mais que o policial tente mudar o corte de cabelo, a postura, a postura do policial, o jeito. E tem policial que não faz questão de tirar a paisano; vai para o bico, por mais que tenha uma calça jeans tem uma camisa preta escrita polícia. Está gritante que ele quer mostrar que é policial. Eu não, eu sempre tirei com camisa a paisano mesmo. (soldado, 08 anos de serviço).

Por isso, não são todos os policiais militares no policiamento ostensivo que servem de apoio para o **bico**, pois, para que isso ocorra é necessário que haja um contato prévio com guarnição responsável pelo policiamento daquele local, informado que o estabelecimento privado que faz parte da sua área de atuação, possui policiais militares que realizam segurança privada.

Outro momento identificado no trabalho paralelo é quanto à contratação. Existe uma condição primordial para o funcionamento do serviço de segurança privada, ou seja, o indivíduo que faz a intermediação da contratação da segurança privada, não é o mesmo que gerencia. É aquele que possui influência com o proprietário do estabelecimento privado ou com o **dono do bico**, sendo o seu objetivo de conseguir o serviço de segurança privada para um “amigo”:

Através dos amigos, o meu amigo me indicou lá. Eu estou lá até hoje. Todo o final de semana eu tenho um dinheiro a mais. Dá para safar o almoço do final de semana, ajuda. (soldado, 09 anos de serviço).

O intermediário pode ser alguém que esteja ligado diretamente ao **bico**, precisamente desempenhando o serviço de segurança privada ou está fora deste contexto: pode ser uma amigo, parente, superior e outros, que, com o intuito de ajudar o policial militar, consegue o serviço de segurança pelo fato de ter credibilidade junto ao proprietário do estabelecimento privado ou ao **dono do bico**, servindo, e serve de referência para a contratação do policial militar no serviço de segurança privada:

Conhecimento. Amigo tirando **bico**: Tem uma vaga para mim, não! Valeu! Quando eu estiver precisando, eu falo. (soldado, 01ano e 01 mês de serviço).

Por isso, podemos afirmar que o intermediário é o fator primordial na contratação, pois, oferece diretamente o serviço de segurança, possibilitando a proximidade do proprietário do estabelecimento privado ou dono do bico com o policial militar que desempenharão o serviço de segurança privada.

### 3.1.6 Intermediário

É o indivíduo que no trabalho paralelo facilita o acesso do policial militar com o contratante, servindo de referência de credibilidade para quem desempenha o serviço de segurança privada. Isto é, alguém próximo da relação pessoal que se responsabiliza por quem está sendo contratado; e pode ser um amigo de “farda”, parente, um superior hierárquico ou até mesmo um subordinado. Todos de alguma forma contribuem para a contratação do policial militar no **bico**; e dependendo da relação pode solicitar diretamente ao proprietário do estabelecimento privado ou ao **dono do bico** a contratação do policial militar de sua confiança:

Uma coisa puxa a outra, colega que tirar comigo, vamos ali, assim vai. Como posso dizer: é um convite, vindo de colega, estranhos civis. (soldado, 08 anos de serviço).

Identificamos que no trabalho paralelo, a contratação é um fator de máxima importância; é no momento do processo de seleção, que o **dono do bico** e proprietário do estabelecimento privado, ambos verificam que tipo de “indivíduo” está sendo selecionado para ser segurança. Nisso reside à importância do **intermediário**, porque serve de referência de confiabilidade para o policial militar junto àquele que o contrata, facilitando o processo de escolha do segurança pelo proprietário do estabelecimento privado ou pelo **dono do bico**.

Portanto, podemos identificar o **intermediário** por possibilitar a oferta do serviço de segurança e pelo acesso nas contratações, intermediando o serviço de segurança privada por meio dos contratos. Assim, constatamos que o **intermediário** é o sujeito que possibilita o contato do policial militar com o proprietário do estabelecimento privado ou **dono do bico**.



### 3.1.7 Patrão

Na contratação existe uma outra situação, aquele que contrata – que na gíria do quartel é conhecido como **patrão**, tão mencionada pelos policiais militares que exercem o serviço de segurança privada:

O homem não quer? Ele é que paga. Ele é o patrão, nê! Eu vou dizer: Não tem que botar cara negativo, não! (sargento, 19 anos de serviços).

Dessa forma, o **patrão** é o proprietário do estabelecimento privado. A sua obrigação é honrar o pagamento dos seguros; atuar de forma restrita no planejamento da segurança, ou seja, não exercer influência no serviço de segurança. Embora o responsável pela estrutura do funcionamento é o **dono do bico**:

Não é ele que escolhe. Fica ao meu critério. Eu que escolho o pessoal para trabalhar. Eu pego as pessoas de confiança, até porque mexer com dinheiro, saber que dinheiro é uma coisa difícil. (sargento, 19 anos de serviço).

Por isso, consideramos o **patrão** em uma escala hierárquica superior ao **dono do bico**, por ser, ele, o responsável pelo pagamento do serviço. Entretanto, isso não ocorre, porque, apesar de pagar os seguros e contratar o serviço do **bico**, o seu poder é restrito no que concerne às contratações por não possuir controle sobre o serviço de segurança privada, uma vez que, quem determina todo o serviço é o **dono do bico**, que tem o “conhecimento” e quais os procedimentos que deverão ser tomados para garantia da segurança do local.

Assim, entendemos que o **patrão** é o responsável pela contratação dos seguros, porém não possui controle sobre os procedimentos de proteção do serviço da segurança. Claro que se desejar pode romper o contrato com o **dono do bico**, e, sucessivamente, também pode mudar toda a segurança do estabelecimento privado ou simplesmente afastar o **dono do bico** e escolher entre os seguros aquele que assume o **comando do bico**.

Também é importante compreender que quem paga pelo serviço, não dita as regras da segurança; ou seja, o serviço não é desempenhado pelo jeito de quem contrata. Ao **patrão** cabe informar qual é o tipo de segurança que deseja. Por exemplo, solicitar aos policiais militares para garantir proteção a uma festa de aparelhagem, quem monta todo o esquema de segurança é o **dono do bico**, portanto, é de sua responsabilidade se ocorrer algo errado.

Constatamos que a trabalho paralelo possui integrantes que estão ligados diretamente com o serviço de segurança privada, ou seja, desempenham o serviço de segurança no estabelecimento privado.

Em outro momento, podemos identificar no esquema do **bico**, pessoas que não desempenham o serviço de segurança, mas estão de alguma forma influenciando a trabalho paralelo, como é o caso dos policiais militares que estão no policiamento ostensivo e ainda auxiliam o serviço do **bico**; o outro é o **intermediário** que possibilita o contato do proprietário do estabelecimento ou o **dono do bico** com o policial militar que exerce o serviço de segurança privada; e por último o **patrão**, como responsável pelo contrato do serviço é apenas a fonte pagadora do serviço.

Ao identificar essas categorias funcionais de segurança privada, deparamos como uma divisão no trabalho paralelo, visto que, temos as tarefas específicas, estipuladas por meio de acordos entre os membros de serviço, e ainda, pela existência de pessoas que não estão exercendo o **bico**, mas contribuem de forma indireta para o seu funcionamento; assim, podemos identificar uma rede de serviço de segurança, exercida por policiais militares e pessoas que influenciam indiretamente o serviço.

## CAPÍTULO IV: O ESQUEMA DE SERVIÇO

Estou fazendo ronda naquele local, devido estar patrulhando, o cara do comércio, convida para tirar o bico, é uma das formas para arranja o serviço. Quando estamos na viatura, ele só vai anotando os lugares. Eles pegam confiança no policial e convidam para tiram o serviço. (cabo, 15 anos de serviço).

Todo o aparato institucional não consegue evitar o funcionamento do **bico**, pelo fato de possuir uma organização estrutural que permite tal atividade. Por isso, encontraremos policiais militares nos mais variados estabelecimentos privados, exercendo segurança há tanto tempo quanto da sua permanência na instituição policial militar, em situações de riscos constantes, servindo como acompanhante ou até em instituições educacionais. A partir disso é necessário ter ciência de que os policiais militares que exercem trabalho paralelo, prestam serviço de segurança particular, pelo fato de sempre haver alguém disposto a comprar “segurança”, por não confiar no sistema de segurança pública, procurando a exclusividade do trabalho policial. Está atitude reforça a idéia de ter um policial militar como segurança particular.

Porém, a algo intrigante neste serviço, relacionado à contratação dos policiais militares. As pessoas que o contratam, são as mesmas que não confiam no sistema de segurança pública, mas buscam neste ato, exclusividade do trabalho policial.

A partir da idéia de que o serviço do **bico** é diversificado, as regras são estabelecidas pelo **dono do bico** e há uma estrutura organizacional de funcionamento, é que foram selecionados alguns serviços de segurança em Belém do Pará, para demonstrar o funcionamento do esquema de segurança.

### 4.1 O ARRAIAL DE NAZARÉ

Antes de adentrarmos no esquema de segurança organizado no Arraial de Nazaré, é preciso conhecer a festa do Círio de Nazaré, que acontece a mais de duzentos anos em Belém do Pará e envolve todas as instituições governamentais e a sociedade paraense.

Festa religiosa de devoção a Nossa Senhora de Nazaré, que ocorre todos os anos no segundo domingo do mês de outubro, sendo iniciada a partir da descoberta de um

caboclo, chamado Plácido Domingos de uma imagem entalhada em madeira próximo ao igarapé Murutucu (área correspondente, hoje, aos fundos da Basílica), ao levar a imagem para sua casa, de acordo com a história, a imagem retornou inexplicavelmente ao lugar do achado por diversas ocasiões, até que, interpretando o fato como um sinal divino, o caboclo decidiu erguer às próprias custas uma pequena igreja no local, como sinal de devoção; e a população local começou atribuir milagres à imagem, rendendo-lhe homenagem; e neste local foi erguida a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré.



Fonte: [www.ciriodenazare.com.br](http://www.ciriodenazare.com.br)

Atualmente, compreendemos que o Círio de Nazaré deixou de ser algo de devoção somente do povo paraense e sim de contexto nacional, informa Rita Amaral (1998, 234)

Ele (Círio) mobiliza toda a cidade de Belém e faz dela, durante os quinze dias em que se realiza, o pólo de atração de romeiros de todo o norte e nordeste do país, alcançando, atualmente, também os romeiros de outros estados e ainda turistas de todo o mundo. A festa do Círio de Nazaré já é reconhecida entre as maiores do mundo. Toda a cidade de Belém, portanto, católica ou não, se vê envolvida pela perspectiva da festa, seja em termos sociais (à volta para a festa dos parentes que vivem distantes, a chegada de um enorme contingente de pessoas que ocupam a cidade, os novos conhecimentos etc.) ou em termos econômicos (serviços de hotelaria, comércio de artefatos, turismo de todo tipo, transporte, restaurantes e toda infra-estrutura necessária à recepção dos convidados da festa, romeiros e pagadores de promessas) ou mesmo religiosos (mesmo outras religiões devem se posicionar com relação ao Círio, manifestação gigantesca de fé católica, totalizante, que impressiona fortemente os que assistem ao evento).

No Círio de Nazaré, algumas manifestações de devoção religiosa e profana que ocorrem durante quinze dias, e segundo Rita Amaral (1998, 235) divide-se em:

- As procissões, como a do Círio servindo de paradigma;
- O arraial ou festa propriamente dita, que coloca em relação o sagrado (missas, novenas, romarias) e o profano (um parque de diversões, entretenimento e o arraial no Largo de Nazaré);
- O almoço do Círio.

O evento principal neste contexto citado é a procissão do Círio, considerado pelos católicos, o encontro da fé em Nossa Senhora de Nazaré, possibilitando um grande número de pessoas que se desloca neste período para Belém do Pará, procurando aproveitar a festa que ocorre no período de quinze dias, no Arraial de Nazaré.

“O arraial funciona nos quinze dias da festa, com bares, barracas, parque de diversões, comidas típicas regionais e o movimento de pessoas que circulam o dia inteiro pelo largo”, informa Amaral (1998, 236).



Fonte: [www.ciriodenazare.com.br](http://www.ciriodenazare.com.br)



Fonte: [www.ciriodenazare.com.br](http://www.ciriodenazare.com.br)

O Arraial<sup>35</sup> é o local de diversão dos romeiros, ficando próximo a Basílica de Nazaré, é um local tradicional, onde, no período de quinze dias, funcionam bares, parque de diversão, barracas de comidas típicas regionais e outros. É, portanto, um lugar com grande concentração de pessoas que passam diariamente a procura de diversão.



Fonte: [www.ciriodenazare.com.br](http://www.ciriodenazare.com.br)

Neste contexto, também funciona o esquema de segurança particular, conhecido como **bico**, realizado no Arraial de Nazaré, que acontece anualmente no mês de outubro. Os policiais militares que trabalham neste local, no período da festividade de Nazaré, gozam férias da instituição policial militar – é de praxe, para garantir disponibilidade de tempo integral ao serviço, e ainda, o período de permanência é de aproximadamente treze anos ininterrupto, só havendo reposição no pessoal que exerce a segurança:

O serviço do Arraial foi através do SUBTENENTE, está na reserva. Ele me convidou. São treze anos que trabalho lá. Está fechando agora, logo quando o ITA chegou em Belém, treze anos atrás. (sargento, 19 anos de serviço).

O serviço no “Arraial”, iniciou pelo subtenente, que hoje já está na reserva<sup>36</sup> da Polícia Militar, considerado o **dono do bico**, oferecendo o serviço de segurança ao proprietário do parque de diversão:

---

<sup>35</sup> Povoação impermanente de romeiros, com comércio de comestíveis, jogos e diversões etc.. 3. local onde são realizadas festividades populares. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

<sup>36</sup> A passagem do Policial-Militar à situação de inatividade.

Ele disse: Sargento é o seguinte tem um serviço ai, que tirava **bico**, antigão de **bico**. Também ele. Ele trabalhava nos outros parques antes do ITA entrar em Belém. Quando os outros parques foram e entrou o ITA, ele foi apresentado para os homens. Ele ficou lá e me convidou para a gente ficar lá. Desde época que o ITA entrou em Belém, nós estamos trabalhando. Já é treze anos. Ele muito mais antigo na área. Ele comanda, eu sou o segundo. (sargento, 19 anos de serviço).

O responsável pela segurança no parque de diversão permanece até hoje no serviço, demonstrando a existência de uma relação de confiança entre o proprietário do parque com os policiais militares responsáveis pela segurança do local. Como é um serviço que requer um contingente maior, é necessário a figura do subgerente, neste caso, o policial militar, ao se citar como a segunda pessoa de confiança, depois do **dono do bico**. É um esquema que apresenta todas as categorias do serviço de segurança privada:

O nosso serviço é muito procurado, é muito procurado, mais quem quer o serviço. Muita gente já tentou ir por trás para conseguir e não conseguiu. Para conseguir o serviço por trás de mim, querer trabalha lá, por trabalhar por trás. Não sei dizer qual a intenção. Se me tira ou não sei ainda. Já botaram até proposta de valores menores, mas não conseguiram. Por que o gerente já me disse, várias vezes, então eu acho pela confiança, eu não sei, não sei dizer também, eles não aceitaram não. Já tem um pessoal que trabalha com a gente. (sargento, 19 anos de serviço).

Este comentário, sobre a procura do serviço por outros policiais militares, mostra que existe uma concorrência no bico, algo comum. No Arraial de Nazaré apesar de outros policiais militares tentarem subtrair o serviço de segurança, não é verificado êxito, pois o responsável pela segurança do local possui uma relação de confiança com o proprietário do parque de diversão, que dificilmente permite a entrada de outros policiais militares, tanto que houve uma ocorrência envolvendo um dos responsáveis pela segurança, possibilitando o seu afastamento por um período de dois anos, mas não a perda do serviço, ao contrário, acabou retornando com ajuda do policial militar que assumiu o comando do serviço (subgerente) com o seu afastamento, que na linha de sucessão seria a segunda pessoa de confiança do dono do bico e do proprietário do parque:

Já houve uma situação lá, que ele (subtenente o dono do bico) passou dois anos fora de serviço, por causa de uma situação. Depois foram ver que ele não tinha nada a ver, e depois ele voltou. Eu pedi para ele voltar, ele era uma pessoa de confiança, nunca deixou a desejar. Por causa de bebida! Isso é relativo é uma coisa isoladamente. Realmente ele se excedeu. Foi até em Icoaraci com a filha do dono... Aumentaram a situação, chegou no ouvido do homem, lá em Goiana. Deixa ele de lado. Chama o SARGENTO. Eu assumi fiquei uns dois anos lá, foi quando eu pedi que ele voltasse. Ele me botou. Eu também tive que pelo menos retribuir, briguei, briguei, chamei o gerente, foi até que conseguimos, então ele está lá de volta de novo. (sargento).

No **bico**, sempre existe um policial militar “apto” para assumir o comando no lugar do **dono do bico** que, na sucessão do serviço, é a segunda pessoa; sua presença pode ser notada a partir do momento em que o proprietário do estabelecimento privado, não mais deseja a permanência do atual do **dono do bico** ou por algum motivo este foi afastado.

O fato do policial militar ter sido afastado e depois retornado, nos permite afirmar que não ocorreu à substituição, pois, o sargento tinha gratidão pelo subtenente; esta relacionada à oportunidade no **bico**, pois o subtenente possibilitou que o sargento fosse contratado, nada mais justo que retribuir o favor. Aqui, fica fácil constatarmos o atributo “confiança”, tão exigido para a contratação. Isso mostra também que, o fato de não existir regulamento que legitime o **bico**, nada impede que haja uma organização:

Foi na quarta feira mesmo. A gente tava conversando. O gerente disse: Olha sargento, os valores e tal, o que você acha disso? Olha gerente que não baixe tudo bem, até por que não houve aumento nos valores dos brinquedos. Lembra que foi dois e três reais ano passado, eu me lembro. Ai! Que problema que a gente não tem condições de aumentar. Quando aumenta o valor nós aumentamos o nosso, mas como não houve aumento, ficou no mesmo. Ai ele disse: Como a gente vai fazer? Não pode abaixar. Mas se for o mesmo valor, do ano passado não tem problema! Como era claramente R\$ 50,00 e R\$ 40,00 para o pessoal e R\$ 50,00 para a gente. Para mim e para o subtenente, por que eles estão lá. Mas ai qualquer situação o dono chama eu ou o subtenente. (sargento).

O serviço de segurança privada realizado por policiais militares é baseado na palavra dada e no aperto de mão, a partir deste gesto o contrato está estabelecido. O trabalho paralelo realizado no Arraial de Nazaré baseia-se, em acordo estabelecido entre o dono do bico o proprietário do parque de diversão. Assim, os valores do serviço de segurança são baseados no preço dos brinquedos, e existe atualmente uma diferença de salário para os policiais militares que comandam o serviço, fato por sinal comum no **bico**, quem consegue o serviço é o que ganha mais do que os outros:

Pela segurança do dinheiro, deles, e da própria pessoa, tá ali está correndo um risco, negociamos diretamente com o dono hoje. Conversamos diretamente com ele, colocamos a nossa situação proposta de trabalho. Por tanto não dar? Dar tanto? Não pode ser menos que tanto, por que não vai cumprir a necessidade do trabalho, do serviço que requer, da atenção. Nós negociamos com ele, ele queria pagar semanalmente. Eu falei que não; seria melhor diariamente, acabou o serviço o dinheiro na mão, um exemplo: o meu serviço acabou hoje. Hoje eu quero o dinheiro, nada de deixar dinheiro na mão dos outros que já é meu, eu sempre trabalhei assim. Ai todo o final de serviço nos recebemos, meia hora, uma hora, uma e meia da madrugada, lá está o dinheiro. Eu recebo o dinheiro e repasso para os demais, igualmente, não, sem diferença. (sargento).



A regra do funcionamento da segurança é estabelecida pelo dono do bico, que pode estipular o funcionamento conforme a necessidade do serviço. Permite uma variedade de regras, que vão desde a divisão do comando até ao procedimento do pagamento do serviço, fato verificado no comentário anterior. A partir do momento que o dono do bico estipula as regras do trabalho paralelo, os integrantes da segurança têm como obrigações cumprirem o que foi acordado:

Eu vou ficar comandando o serviço fora. O subtenente vai ficar na portaria, por que o pessoal de fora não sabe o jogo de cintura. Por que lá é muita gente que vem fazer procuração: o pessoal da polícia rodoviária federal, o nosso pessoal também. O nosso pessoal não, por que tem os dois dias; o pessoal da federal, tudo isso eles procuram o parque. Eles dão ingressos para o pessoal trazerem os familiares, por que eles andam muito na estrada. Ai, esse pessoal eles vão pegando tudo na estrada, sabe como é que é. Então, assim o pessoal procura muito. Então, o subtenente tem jogo de cintura: O chefe não está. Venha daqui a pouco, que ele vai ta. Eu vou repassar para ele; eu vou dar o recado; vou dizer que você procurou, então aguarde. O pessoal que vem com ele faz tudo errado. Ele falar muito rápido; eles são goianos. (sargento).

Desse modo, é fácil vislumbrar uma estrutura organizada, pois, a equipe de segurança está á muito tempo no parque de diversão, com um esquema de segurança estruturado, onde cada policial militar sabe precisamente o que deve ou não fazer no serviço. Assim, o acordo permite o funcionamento do trabalho paralelo, algo não registrado em cartório ou estipulado em lei. O fato é que o policial militar integrante da segurança assume o compromisso de garantir a proteção, mediante um acordo com o proprietário do estabelecimento privado. O mais incrível é que o **bico** se mantém somente na “palavra dada”; é difícil a quebra de contrato, até porque isso gera a perda do serviço da segurança:

Nós já tivemos o controle de toda a situação lá, uns três anos. Nós que colocávamos segurança da polícia; nós tivemos uma época de dois a três anos, nós colocávamos uma faixa de 15 a 18 policiais. Só que agora como eles pegaram a segurança, mas geralmente, tinha a gente avisava o pessoal: Olha durante os quinze dias de festa no arraial, nós vamos precisar de você durante 15 dias, mas de antemão, eu quero o pessoal de férias, para não ter problema aqui. Mas se você trabalhar interno, que trabalha até uma e meia, não tem problema. Ai dá para conciliar as coisas, por que até uma e meia, à tarde e a noite de folga para pegar amanhã. A não ser o final de semana que tem serviço extra. Muita gente pediu para ficar de férias, até por que eu tiro férias todo o mês de outubro para fazer este serviço. (sargento)

Caso haja algum tipo de situação que contribua para o rompimento do acordo, o funcionamento da segurança está prejudicado e há dispensa do policial militar. O importante é manter o **bico** e não a segurança (policial militar), pois, existe um contingente de reserva pronto para assumir a função, tanto que os policiais militares que exercem o **bico** têm ciência da necessidade de se submeter às regras estipulada pelo **dono do bico** e/ou do subgerente, que impõe as condições da contratação. O policial militar que procura o segundo emprego é obediente às regras do serviço, forma encontrada para garantir a vaga como segurança:

São treze anos fazendo este serviço, não. Geralmente muda: um não se identificou ou deixou a desejar, a gente troca. Até por que o homem fulano e tal, ano passado, o sargento trabalhou com a gente. Chegou através do subtenente, foi um cara também. Tá! Beleza! Eu vou tentar colocar, consegui. Mas só que ele fala muito. O homem não se identificou com ele. Ele já pediu que esse ano, ele e um outro lá, já não vão, por que infelizmente o homem não quer. Ele é que paga, ele é o patrão. Nem eu vou dizer, não. Tem que botar cara. Negativo! Não! Não! Ele que escolhe. (sargento).

A contratação do policial militar foi por meio do intermediário, que indicou para o dono do bico. A seleção é estabelecida por um perfil, os que não conseguem se encaixar, no próximo ano são dispensados. Após a contratação o policial militar continua sendo avaliado, é necessário ser aceito pelo grupo, um dos requisitos para a sua permanência no serviço; o outro é que o seu trabalho seja reconhecido por todos:

Os critérios que eu utilizo é esse: pessoas que eu conheço, que é de confiança. Tenho certeza! Pode até não ser, mas trabalha direitinho. Certeza! Certeza! A gente não tem, mas sabe quando envolve dinheiro... Deus me livre é uma coisa muita séria, envolve dinheiro, envolve sangue. Então, a pessoa que está próxima, de mim que eu sei, que eu conheço, assim entre aspas, eu sei que trabalha direitinho e de confiança. (sargento).

O critério de seleção utilizado no **bico** do Arraial é a confiança, tanto que só é contratado quem conhece ou é indicado por um dos componentes da equipe de segurança, que serve de intermediário do serviço; e ainda, há uma peculiaridade neste serviço, o **dono do bico** reproduz o modelo da Instituição Policial Militar, baseado nos princípios da hierarquia e a disciplina; é uma exigência do serviço, pelo fato de compreender que assim consegue controlar os policiais militares, impondo as regras militares e não permitindo aproximação dos seguranças com o proprietário. Mostra que não deve haver a quebra da hierarquia, atributo importante para o **dono do bico**:

Nós nos respeitamos. Cabo é cabo; soldado é soldado; sargento é sargento; subtenente é subtenente. Lá ninguém se trata de tu. É a mesma regra de militares! A mesma regra! Subtenente assim e assado. Só quando há uma diferença, quando há uma situação no ar, ninguém cita nome, ninguém chama policial, ninguém chama: Hei! sub, não! Hei! Alfa. Beta. Assim, é uma situação. Requer uma situação. Às vezes, a gente nem procura citar nome. Por quê? Por causa dos meliantes. (sargento).

O policial militar que procura o serviço de segurança no Arraial de Nazaré, sabe das regras do serviço, pois para ser selecionado como segurança é necessário se submeter ao esquema montado de proteção, não sendo diferente dos outros **bicos**. O contrato é estabelecido a partir da “confiança” depositada nos policiais militares selecionados. Há uma cadeia hierárquica que deve ser respeitada; o responsável pelo serviço é o subtenente, que na escala hierárquica da instituição militar é o mais antigo dos praças, porém, nada impede que o serviço seja administrado por um subalterno:

Quem montou? Particularmente, não querendo me promover. Jamais! Foi assim: Eu tive a visão da situação. Nem quando eu chequei lá, eu falei que era sargento na época. Bora, montar um esquema de serviço aqui, nê! Esquema de serviço, tal! Tudo direitinho, para a gente ter uma base do negócio. Sabe como a gente vai agir no pega para capar, aquela coisa toda, surgiu assim. Eu peguei a visão do negócio, até por que eu era antigo, eu já tinha a visão do negócio, tirei muito **bico** de festa, muita coisa. Então assim eu sempre tive a diretriz do trabalho, uma visão da situação, sempre para correr tudo direitinho. (sargento).

O **dono do bico** vislumbra o **bico** como negócio, e por isso estabelece critérios rígidos, não permitindo aos seguranças do Arraial de Nazaré contato direto com o proprietário do parque de diversão e tampouco possa adentrar na gerência; ele tem ciência que se houver falha no serviço de segurança, poderá perder o **bico**. Se houver aproximação do segurança com o proprietário do estabelecimento privado, o “patrão”, pode ocasionar a perda do serviço, e aquele que consegue se aproximar torna-se o “homem de confiança”:

A função é só uma lá: e dar segurança ao dinheiro. Sou eu e o subtenente entra. Mais ninguém pode entrar, a não ser que seja chamado, para falar alguma coisa, para saber de alguma coisa, que no momento a gente não pode prever. Mas só entra se chamarem. E qualquer coisa que acontece tem que falar comigo ou com o subtenente, qualquer situação, repassar para mim ou subtenente. A gente releva se for o caso de sair do nosso conhecimento da situação, fugir da nossa competência. A gente já se passa, tem toda uma responsabilidade, vamos colocar esta situação. (sargento).

Desse modo, a justificativa de não permitir aproximação com o proprietário do estabelecimento privado é o medo de perder o serviço, por isso não se permite à entrada de segurança na gerência. O acúmulo de dinheiro naquele local também pode corromper e/ou facilitar o assalto. Acontecimento contrário ao preceito da “confiança”, avaliada no momento da contratação, ao julgar pelo comentário anterior, nos permite afirmar que mesmo com todo o recurso empregado para selecionar a segurança, poderá existir falha no processo de seleção:

Nós tivemos vários problemas. Uns dos tais foram esses três assaltos. Que Graças a Deus, não conseguiram levar nada, nos intervimos muito rápido. Nem os caras viram quando a gente entrou no circuito mesmo, abriram logo, rasgaram fora mesmo. (sargento).

O policial militar é contratado para garantir segurança ao estabelecimento privado, se houver quebra de acordo, tal ato é compreendido como negligência da segurança, visto que, os policiais militares foram contratados para prestar serviço de segurança, são treinados para agir conforme a situação, no momento que houver falhar para evitar o conflito.

Tem muito perigo. Nós sabemos disso. Tem muito **bico** por aí que o cara não faz. Mas manda. Quando vê a bomba estoura! Pelo menos, eu tenho conhecimento disso, por que eu conheço muitos colegas que trabalham em **bico**. É a famosa parada dada. Eles armam. (sargento).

No **bico**, o policial militar tem ciência que existe o companheiro de farda, que não é digno de confiança e pode facilitar o assalto, contribuindo para a morte do companheiro. Por exemplo, a segurança do Arraial de Nazaré está centrada na proteção ao dinheiro, se algo acontece, possibilitando que pessoas o subtraíam, o serviço estará comprometido; não há confiança nos integrantes da segurança e a falha do serviço recairá sobre os responsáveis pela segurança e haverá, conseqüentemente, a perda do serviço:

Por que eles estão lá? Mas aí qualquer situação, o dono chama: eu ou o subtenente. Olha sargento vem cá: eles não vão entrar lá. Só entra eu e o subtenente, até por que eu coloquei uma regra lá para eles. Daqui para dentro não. Daqui para fora, o trabalho daqui para fora, ninguém tem nada a ver lá dentro. Eu só entro quando me chamo, por que se não me chamarem, eu não vou lá dentro, não vou mesmo! Então, daqui para fora. Claro! Com certeza! (sargento).

Desse modo, o serviço não permite falha, o **dono do bico** pela experiência que possui na segurança do Arraial de Nazaré, sabe que qualquer falha no serviço coloca em perigo os integrantes da segurança:

Fica ao meu critério. Eu que escolho o pessoal para trabalhar; eu pego as pessoas de confiança. Até por que mexer com dinheiro, saber que dinheiro é uma coisa difícil, a pessoa fica com olho grande, não sabe vê. Sabe que nós não temos só pessoa do bem, no nosso meio, nem existe colega. Infelizmente, assalta! Coisa que não era para se feito, mas faz. Então é isso: procurar pegar aquelas pessoas mais perto da gente de confiança. Como eu peguei o subtenente, cabo. O subtenente trabalha há três anos com a gente. O pessoal gostaram muito dele lá. (sic). O cabo também. Tem o cabo, trabalha comigo há muito tempo. Então, assim, cara bom de serviço, na hora de uma situação, se garanta revidar. Deus me livre e guarde, como já houve. Tentaram assaltar, não conseguiram, por três vezes. Graças a Deus! Nós intervimos, botamos todo mundo em ação rápida, Graças a Deus! Sem nenhum problema. (sargento).

Ao contratar o policial militar as regras são claras quanto à seleção, tanto que se prefere selecionar pessoas próximas ou conhecidas, confiáveis, porém, só este atributo não garante que o serviço transcorra sem “alteração” – termo muito utilizado por policiais militares para explicar o trabalho que transcorre sem nenhum problema. Todavia, nenhum processo de recrutamento garante que o segurança contratado não traga “problema”, por mais eficiente que seja, não existe contratação sem risco, é necessário arriscar, pelo fato de se precisar manter o esquema de segurança:

O nosso serviço é dar segurança ao dinheiro. A gente pega o dinheiro da bilheteria, com uma pessoa de lá de dentro da gerência, um homem lá. Vamos para a bilheteria pegar o dinheiro e levar para a gerência. Fica um pessoal lá dentro da gerência, exclusivo, dando segurança ao dinheiro. Depois deste serviço que nós fazemos, umas duas ou três vezes, durante o movimento no parque, ficamos todo mundo na gerência; ficamos espalhados; não ficamos sempre em grupo: dois para cá, uma para lá ou para cá. Sempre atendo na gerência, pra que numa situação não seja pego de surpresa, e sempre atento a tudo e a todos. Se houve algum problema na gerência em caso de dinheiro falso, essas coisas, uma alteração, o cara se alterou muito, requer a nossa presença, nós vamos lá. Vai dois e o restante fica na gerência, ao redor claro. (sargento).

Os policiais militares, seguranças no Arraial de Nazaré, procuram garantir proteção ao dinheiro que circula com a venda dos ingressos dos brinquedos; a segurança é exclusiva do dinheiro, porém, nada impede que não possam interferir em outras ocorrências naquele local, quando solicitados:

Já tivemos muitas confusões. Assim, quando dar problema no brinquedo, alguém se bate, a criança e até o adolescente, nê. Às vezes está muito rápido quer ir no brinquedo, machuca mão. Mas o parque toma todas as providencias: leva para o hospital, medicamento. Mas também levar uma dura, por que não teve o cuidado, não espera a pessoa que está lá controlando, que está ajudando fazer o serviço. Umas tais, aqueles que fecham o brinquedo para a pessoa se proteger. Eles vão lá querer fechar, e eles não sabem, se machucam. Às vezes cortam o dedo, bate, coisa toda a mão o braço. (sargento).

O  **dono do bico**  antes de iniciar o serviço de segurança procura saber com o proprietário do estabelecimento, qual é o tipo de segurança que deseja naquele local, então, a partir disso, estipula quais são os procedimentos que serão tomados; o valor pago; quantos seguranças serão empregados; e outros. Qualquer mudança implica em novas resoluções. O comentário anterior mostra nitidamente o vínculo de comprometimento dos seguranças com o proprietário do parque de diversão; porém, a prioridade do serviço é a proteção ao dinheiro arrecadado na bilheteria, tanto que o esquema é montado para recolhimento do dinheiro no parque de diversão:

Nós andamos em grupo de três. Um entra por trás com a pessoa que está com o dinheiro; outro fica na lateral; e outro fica entre o pessoal. Fazemos um triângulo, já é tudo combinado. Conversamos antes de começar o serviço, conosco mesmo, nosso esquema de trabalho. Todo ano a gente faz isso, primeiramente, o principal o bem maior, as nossas vidas; segundo a vida de terceiro. É feito todo um esquema entre nós. Conversamos com os bilheteiros, por que ele tem que conhecer nós; eles têm que conhecer a gente. (sargento)

A segurança garante com o esquema de arrecadação do dinheiro, que este processo ocorra de maneira organizada, tanto que o dinheiro recolhido nas bilheterias é imediatamente transportado para a gerência do parque, que possui segurança própria: são policiais militares de outro estado, responsáveis pela guarda do dinheiro na gerência:

Apesar de ter dois policiais que ele traz de fora, trabalha direito com ele, para onde ele quiser estes caras vão. São caras bandoleiros, mesmo, policiais da reserva de Goiana, são dois subtenentes, já faz três anos que eles acompanham, só lá dentro. Eles dormem lá dentro; ele moram lá dentro. (sargento).

Os policiais militares, que acompanham o parque de diversão, têm o serviço restrito na dependência da gerência do parque de diversão, portanto, não interferem na organização da segurança do Arraial de Nazaré. A partir disso, cada serviço de segurança exige um responsável pelo grupo e, um, não interfere no serviço do outro; são regras

primordiais para se manter no **bico**, pelo fato que se houver interferência, ambos podem sair prejudicados:

Este ano até agora, o serviço começa sábado. O dono houve um problema, que era para ter chego ontem. Era para ele ter dado a resposta ontem, mas de antemão, ele falou: Eu falei com o gerente. Você e o subtenente estão seguros. Eu disse: Gerente não é assim, nós também colocamos os nossos. Então, não é assim gerente, não pode trabalhar só eu e o subtenente aqui, envolve muito dinheiro, a gente olha assim, mas é muito dinheiro, muito dinheiro. (sargento).

Assim, o esquema de segurança foi montado para garantia proteção ao dinheiro arrecadado diariamente naquele local:

Quem leva o dinheiro é uma pessoa de lá de dentro da gerência, geralmente é o tesoureiro. É que vai fazer, como a gente fala á catação<sup>37</sup>. O gerente é que vai, por que tem que ser pessoa de confiança, por que chega lá pega o dinheiro da bilheteria. Tudo é rápido (ele mostrou através de gesto, sons como é realizada a contagem do dinheiro); confere, coloca na bolsa, dar o papel para ela: o valor que foi levado. No fim do serviço, quando fecha a bilheteria, elas vão para lá para a gerência, para fazer a contagem. Quanto ela mandou? Quanto ela tem? Quantos ingressos foram vendidos, durante o período lá, do funcionamento do parque? Bate tudo direitinho, para saber realmente, por exemplo: eu vendi dois mil ingressos, tem que ter dois mil reais. Vamos supor: a um real, que tem dois reais, aí tem que bater. Se não bate, ela vai ter que pagar. (sargento).

O esquema da segurança no arraial de Nazaré é de responsabilidade dos policiais militares de Belém do Pará, que planejam e organizam a arrecadação do dinheiro nas bilheterias, possibilitando transporte desses valores arrecadados até a agência bancária:

Antigamente os carros fortes vinham buscar, saiam com duas sacolas de dinheiro, no fim do serviço. A gente ainda fazia à escolta dele até na Gentil, era só três. O homem não acompanha, fazia um esquema de segurança nosso lá. Íamos até a Gentil com eles. Hoje, a gente sai, assim, em parte. Pega uma parte, vai dois e três, fazemos o deposito. Mas, assim durante o dia. Marca um horário, dar uma disfarçada. Pega o dinheiro, como não quer nada, sai, leva para o banco, deposita. Umás duas ou três vezes, a gente faz isso durante a semana.

Os policiais militares segurança do Arraial de Nazaré, desempenham tanto a segurança da bilheteria como do parque, transportando dinheiro, o que demonstra a confiança do proprietário no serviço de segurança:

---

<sup>37</sup> Gíria utilizada no meio militar para identificar recolhimento de equipamentos, matérias ou até dinheiro, um exemplo é quando o policial militar realizar policiamento ostensivo em alguma área e sai pegando dinheiro dos proprietários dos estabelecimentos privados próximos.

Nós fazemos à segurança do parque. Das barracas, nós não temos nada a ver. O parque é uma segurança à parte. A barraca coloca a segurança deles. Eles têm, mas não é policial. E aquele pessoal que trabalha é civil, é só para ficar de olho ali e tal. (sargento).

O contrato estabelece que o policial militar tenha que garantir segurança ao parque de diversão, limitando sua área de atuação, o que demonstra a organização do funcionamento, e ainda, dispõe de policiais militares do policiamento ostensivo próximo do local, servindo de apoio, em caso de ocorrência envolvendo o parque de diversão:

Até uma situação, olhar dinheiro falso, a gente tem que agir rápido, consegue pegar o cara. Olhar o cara está assim, assim e assado. Conseguimos levar para a delegacia, lá mesmo tem, às vezes, tem viatura lá fora, tem PM BOX<sup>38</sup>, tem alguma coisa. Quando não, a gente aciona, é levado para a delegacia, toma as providências já pra lá. A gente só faz está parte aí. (sargento).

O policial militar do policiamento ostensivo no Arraial de Nazaré, possui privilégio, ele tem garantido diversão gratuita no parque diversão e aos seus dependentes, pelo fato de contribuir para a segurança do local. O acordo firmado entre o **dono do bico** com o proprietário garante que estes policiais tenham esse privilégio:

Bem a polícia militar faz o policiamento ostensivo lá dentro, até por que nós conseguimos fechar o negócio, sobre aquela situação da brincadeira, que nós conseguimos, há treze anos trabalhando. Eu sempre dando a idéia, acabou. Graças a Deus! Dois anos atrás nós conseguimos, de abrir dois dias para a polícia, eu coloquei justamente a sexta e o sábado. Por que nos sábados, o pessoal que trabalha interno pode ir. A sexta não tem como, o pessoal trabalhando. Nós conseguimos dois dias que o parque fosse cedido para a polícia militar; é gratificante. Por que lá o parque é muito dinheiro; e a polícia não ganha nada, tira o policiamento normal. E você sabe que quando entra uma verba, né, é uma coisa, quando não entra, é outra. Então, eles têm fundo lucrativo, uma coisa particular; e policial militar não ganha um tostão, pelo menos que eu sabia. Se ganha, não me repassaram nada. E dar toda a segurança, tanto a polícia militar e o bombeiro, né! A polícia civil. (sargento).

No Arraial a presença de policiamento ostensivo é diária. O objetivo desse ato é agradecer aos policiais militares que se “empenharam” para garantir segurança no parque de diversão.

Assim, os convites são distribuídos nas unidades operacionais da capital. Os responsáveis pela divulgação da gratuidade no parque de diversão são os comandantes de

---

<sup>38</sup> Estrutura de alvenaria, construída para abrigarem policiais militares de serviço no policiamento ostensivo – local fixo.



unidade, que informam aos policiais militares o dia do evento, onde o acesso será gratuito a todos os brinquedos no Arraial de Nazaré.

É perceptível que o esquema de **bico** do Arraial apresenta uma organização funcional bem estruturada, e devido ao tempo que ela existe, não podemos afirmar que seja algo temporário ou esporádico, realizado por policiais militares em sua folga do trabalho policial, é muito além dessa compreensão.

O policial militar que exerce trabalho paralelo, em alguns casos, considera este serviço como emprego principal, e, por vezes, esquece das suas funções públicas, visto que tem como prioridade o segundo emprego. Desse modo, compromete o cargo público em favor do privado, ocasionando privilégio para algumas pessoas, que disponibilizam de recursos financeiros e procuram adquirir exclusividade do trabalho policial.

## 4.2 A UNIVERSIDADE

A presença de policiais militares servindo de segurança em universidade particular é para garantir proteção à integridade física dos alunos e resguardar o patrimônio privado:

O serviço é policiamento, também. Só que é interno. Observa aí. Às vezes, para evitar pela frente pessoas estranhas, de entrar, perguntar aonde vai, o que vai fazer. Ai é este é o trabalho aqui. São dois que trabalham aqui; lá são quatro. Lá é maior, porque fica a mãe é lá (ele fez gesto com as mãos, referindo ao dinheiro guardado naquele local); dar segurança para o dinheiro também. (sargento, 30 anos de serviço - aposentado).

O policial militar ao se referir à mãe, emprega este termo para explicar o outro complexo de ensino, considerado como a estrutura principal, e pelo fato do dinheiro se guardado naquele local; e ainda, os policiais militares que trabalham nesta instituição de ensino garantem proteção de polícia pública, servindo de vigilantes:

Por que a gente faz os dois serviços. Faz o serviço de vigilantes e da segurança pública. Da segurança, quando precisar acionar a polícia já vai pelo intermédio da gente que é da PM também e a vigilância também; e o conhecimento também. (sargento).

Nesse contexto duplo de trabalho, a instituição educacional possui um funcionário exercendo duas funções que, conforme a necessidade, interfere como agente de

segurança pública e em outro momento serve como vigilante. Por isso, é necessário captar seguranças que se enquadrem neste perfil profissional, então o ideal o policial militar, sendo que a sua contratação deve ser indicada por alguém de confiança do **dono do bico**:

Eles pagam por semana. Quem comanda tudo é o major. Ele é que seleciona, por indicação. Eu fui indicado pelo sargento e o cabo que trabalhavam lá na DAF<sup>39</sup>. O cabo trabalha aqui com a gente. Eles me indicaram. Eu estou todo esse tempo aqui, eu nem me aposentei, quando mais a gente ganha mais a gente gasta. (sargento).

O policial militar demonstra em sua fala que não houve oportunidade de aposentadoria, já que continua trabalhando no **bico**, ocorrendo simplesmente mudança do serviço público para o privado. Fato comum no **bico**, mesmo porque a aposentaria não garante o sustento da família, e pode até ser um agravante, visto que, na ativa<sup>40</sup> se consegue, dentro da instituição, serviços extras, tais como: viagens que possibilitam ganhar diária, policiamentos extras, curso para fora do estado, férias, ajuda de custo por transferência de quartel e outros, todos estes artifícios contribuem para aumentar a renda salarial:

Consegui através do major. Ai eu estava precisando; ai eu já conhecia o policial que é prefeito lá, me apresentou. Eu também já conhecia ele. Ai eu falei com ele, pintou uma boca. Ele me encaixou, por dia é no número de dez, eu estou há três anos. (sargento).

Existe neste **bico** um fato que chama atenção, a segurança do local é de responsabilidade de um major da polícia militar, considerado o **dono do bico**. O contrato do serviço foi acordado com o diretor financeiro da instituição educacional, designado de “patrão”. O oficial tem como dever, combater este tipo de atividade, entretanto, verificamos a sua participação direta no contrato, pois, ele (o major) é o **dono do bico**:

O diretor financeiro parece que foi colega do major de faculdade. Solicitou: nós estamos precisando de uns policiais para fazer a nossa segurança. Ai vai para o papel. Eu acho que foi assim, para o papel é quanto eu vou pagar para cada um vigilante. O mais barato está em torno de R\$ 1.800 (hum mil e oitocentos reais) por cabeça. A firma paga para a empresa, R\$ 1.800 (hum mil e oitocentos reais). Ai ele

---

<sup>39</sup> Diretoria de Finanças da PMPA.

<sup>40</sup> É o policial militar que continua trabalhando, ainda não se aposentou. Um termo utilizado na forças armadas.

dar um salário de R\$ 700,00 (setecentos reais), para trabalhar oito horas. Ai pega o polícia, ai ele dar R\$ 1.000,00 (hum mil reais) ou R\$ 800,00 (oitocentos reais). Ai o polícia trabalha dois turnos, não é lucro para ele, o polícia também dar a segurança. (sargento).

O contrato firmado entre o **patrão** e o **dono do bico** possibilita a faculdade economizar com a contratação de uma empresa de segurança privada. Isso nos chama atenção para uma realidade verificada em nosso estado: é mais barato contratar um agente da segurança pública, que tem acesso as instituições policiais e garante segurança, do que contratar uma empresa de segurança privada. A faculdade burla as leis trabalhistas, e, ainda, disponibiliza de mão-de-obra policial militar, que pode trabalhar além do horário estabelecido em lei, que regulamenta o funcionamento do serviço de vigilância:

Eu trabalho 14 horas diárias, eu trabalho de segunda a sexta feira, sábado e domingo é só. Quando precisa, a gente vem dar o apoio, até uma hora duas horas, está liberado. (sargento).

Neste depoimento, o policial militar expõe uma dura realidade: o trabalho de segunda a sexta, de quatorze horas diárias, sem receber horas extras, adicionais noturnos e outros benefícios. Mostra a exploração do segurança por parte do proprietário do estabelecimento juntamente com o **dono do bico**. Esta é a realidade dos policiais militares que desempenham o **bico**: a dupla jornada de trabalho, e com um agravante continuam trabalhando na Polícia Militar.

Outro fato que chama atenção é que não existe fiscalização para averiguar esta situação, tanto que o estabelecimento privado contrata um policial militar como segurança, burla as leis trabalhistas e, ao contratá-lo, não lhe paga férias, FGTS, décimo terceiro e outros encargos sociais e previdenciário; e ainda, possui a disposição os aparatos institucionais policiais, que pode ser acionado em qualquer momento:

Não foi. Eu acionei quando levaram um carro daí da frente. Ai o major fez a ponte. Ai ele me falou para orientar o proprietário do veículo ir até a delegacia de furto de veículos, registrar uma ocorrência, mas o resgate do carro foi até com sucesso. (sargento).

O policial militar utiliza a designação “ponte”, indicando o contato do major com as instituições policiais, evidenciando o acesso facilitado nestes locais. Atributo que

muito contribui para contratação de policiais militares como segurança, afinal, são contratados justamente pela facilidade junto aos órgãos públicos, garantia oferecida no momento da contratação:

Por que, à noite eu estou aqui e de manhã eu estou lá. Ai eu fazia refeição, no restaurante que tem lá na rua. Logo dobrando, não tem uma senhora que vende refeição lá!? No meu deslocamento de lá para a Universidade, para a rua; ai eu vi um carro parado. Ai disse: olha a placa deste carro igual ao do aluno, era aluno, igual do aluno, nê. Tava eu e outro que faz segurança. Ai, eu peguei o papel, estava no bolso. Ai eu comparei, as letras e os números, ai eu confirmei é do senhor, mesmo o carro. Liguei para o MAJ. Ficamos lá guardando, lá o carro. Nos vimos a porta estava aberta. O cara levou o som; levou o aparelho de ar condicionado do carro e o som, e as portas estavam abertas. Ai ligamos para o camarada. Ele foi buscar o carro lá, foi com o êxito. (sargento).

O empenho por parte do policial militar para solucionar o conflito se deve ao fato de que precisa garantir o seu “emprego”. E não toma nenhuma atitude sem antes “consultar” o **dono do bico**. O policial militar que desempenha o serviço de segurança, procura ser fiel ao **dono do bico**, esta “fidelidade” pode se compreendida, a partir de Bourdieu (2005, p. 73), como “vocação”:

Tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com a felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhe são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação.

A preocupação é saber até que ponto os policiais militares que desempenham trabalho paralelo, estão comprometidos com os estabelecimentos privados ou com o **dono do bico**. Essa atitude gera um vínculo com o proprietário do estabelecimento privado, que obtém exclusividade do trabalho policial:

Já aqui mesmo, puxaram um cordão. Ai responsabilizaram o recepcionista, aquele senhor que está ali. Ai falaram: O senhor não viu, o senhor não viu, puxaram o meu cordão! Sim rapaz, eu estou aqui. O cara passou na bicicleta na manhã, puxou o cordão da moça, e foi embora. Olha o segurança que está bem ai, não percebeu. Ai ela veio: O senhor não viu? Eu só vi quando o camarada já atravessou com a bicicleta para o outro lado, viu! E outra coisa: Eu sou policial militar. Jamais! Também eu iria puxar a minha arma dando tiro a ermo. E se pega em outra pessoa? Aí, a senhora iria se responsabilizar, pelo meu ato? Aí ela foi lá na Coordenação, foi um bafafá doido. Lá vem a Coordenadora para querer jogar os cachorros em cima do porteiro, nê. Eu estava aqui, foi bem aqui, foi perto do poste, foi rápido, e ela estava acompanhada de uma outra senhora e um rapaz. O cara que estava do lado dela não viu. (sargento).

Dessa forma, o policial militar interfere como agente de segurança pública, utilizando o poder de polícia pública, entretanto, o procedimento de intervenção depende única exclusivamente da avaliação pessoal. Outro momento verificado é a contratação que só foi possível pelo fato de sua situação financeira está precária:

O meu processo passou um ano na SEAD. Eu averbei umas férias que eles não consideraram férias de noventa para cá. Três períodos de férias, que eu não tinha gozado. Ai foi averbado. Quando chegou lá, eles não consideram. Eu tive que esperar, esperando aposentadoria que não vinha. Eu me meti com AGIOTA, viu! Eu não tirava **bico**, porque o bico era fardado. Eu tirava **bico** na festa fardado. Ai depois não poderia mais tirar fardado. Ai estava com o meu processo, já tinha esgotado o meu tempo de aquartelamento. Ai, eu não usei mais a farda. (sargento).

Os policiais militares em sua maioria justificam o exercício do trabalho paralelo pelos baixos salários recebidos, uma vez que, o segundo emprego serve como uma complementação salarial da renda familiar, porém, há uma peculiaridade neste serviço, o sargento possui uma filha que estuda nesta instituição educacional:

Não! Também por necessidade. Por que você sabe quanto mais a gente ganha mais a gente gasta. A minha filha estuda aqui. Eu tenho que pagar também. Ela está no quinto semestre vai para o sexto semestre. O curso é de pedagogia. Ela estuda de tarde. (sargento).

Isso contribui para a permanência do policial militar no desempenho do trabalho paralelo. O **bico** é utilizado como complementação salarial e realização de anseios pessoais, pelo fato que o policial militar não vislumbra no salário a concretização dos seus sonhos:

Pretendo parar. Só a minha filha se formar, vou dar um tempo. Por que ela não trabalha; ela terminando o curso aqui;ela já vai ter vida própria, nê. Se ela precisar fazer outro curso, ela já vai arrumar um emprego, ela vai pagar. Eu estou tirando esse serviço para a minha filha se formar. (sargento) .

O importante é que a filha termine a faculdade, assim poderá abandonar o **bico**, é a justificativa atual. Antes era porque estava devendo o agiota, agora é filha que precisa terminar o estudo. Assim, sempre haverá uma “desculpa” para permanecer no **bico**. A verdade é que o policial militar não consegue viver mais sem a renda do **bico**, e para se manter procura sempre algo justificando o seu ato, como identificado no serviço de segurança da instituição

educacional, pois o salário que ganha não supre a sua necessidade financeira e nem é suficiente para manter a família. Isso contribui para que continue exercer o serviço de segurança:

Eu estou falando do cabo. É só ele que trabalha; a esposa dele não trabalha. É ele e quatro filhos. É uma situação complicada, eu por que pago pensão também para os meus filhos. A pensão dos meus filhos é R\$ 550,00 reais. Eu passei um mês no mato, eu ganhei três mil reais. Tá aqui. A gente não vê quase nada, por que é tudo caro, paga dívida para cá. (sargento, 19 anos de serviço).

Afinal, os policiais militares justificam a prática do **bico** pela necessidade financeira. Afirmam a precisão do segundo emprego. Assim, oferecem o cargo público como mercadoria e vislumbram a função como algo negociável, bastando para isso que exista o comprador. Ao contrário de pensar, esta atitude de oferecer seus empréstimos trabalhistas, não pode ser vista simplesmente como uma forma de ganhar dinheiro, e sim como um ato de vincular e comprometer o trabalho policial, comprometendo a exclusividade do poder de polícia pública.

Isso pode ocasionar uma privatização da segurança pública, afinal, quem pode pagar obtêm policiais militares dispostos a trabalhar para garantir segurança de alguns.

#### 4.3 A FESTA

No esquema de segurança de festa em eventos que ocorrem em estabelecimentos privados, os policiais militares que desempenham **bico** estão para garantir a segurança do evento:

O bico de festa, antes, era só final de semana, agora é todo o dia. Antigamente era só sexta, sábado e domingo. Ai depois passou sexta, sábado, domingo e segunda; agora é segunda, terça, quarta, quinta, sexta... Polícia tira, eles contratam, não, polícia já conhece os festeiros, os festeiro chega lá. Hoje tem uma festa aqui, quem vai dar esta festa, é o fulano de tal, quando é a tua próxima festa, é no dia tal, dar para ti colocar logo, o cara diz dá. Quantos são? Eu vou ver. Na semana que antecede a festa tu me procura. Era assim que funcionava, eu acho que não mudou. (sargento, 30 anos de serviço – reserva).

A partir deste depoimento, constatamos que, cada **bico** possui um método de abordagem e o policial militar, experiente, sabe os procedimentos para conseguir o serviço,

tanto que o artifício adotado no momento da contratação depende da forma que o policial se aproxima do proprietário do estabelecimento:

No caso, eu estou em um, estou há quatro anos. Hoje, eu estou administrando. Quando eu chequei lá, eu era como se fosse um peão. Hoje, eu já administro o lugar. Eu já chamo os policiais, para trabalhar comigo. (soldado, 08 anos de serviço).

O policial militar demonstra que houve uma ascensão funcional, pois, antes, administração do serviço era realizada por outro responsável (dono do bico), pelo **bico**. O policial militar que entra como segurança e poderá alcançar o comando da segurança, ou vice e versa, pois existe a livre concorrência. O **dono do bico** tem ciência da importância do gerenciamento da segurança e conquista do respeito dos demais integrantes para manter o serviço, fato este de difícil avaliação, pois, cada serviço possui regras próprias que devem ser respeitadas:

Já comando o pessoal. Inclusive, lá tem graduado, cabos e sargentos. Como eu falo sempre lá. Lá é bico, completamente diferente do quartel, como trato uma criança e um velho ou homem com respeito. Lá não vai ser diferente. Lá não tem nada a ver com o quartel. Lá é sargento, mas quem comanda sou eu. (soldado, 08 anos de serviço).

Pelo comentário anterior, vimos que o dono do bico é o soldado, gerente da segurança, o responsável pela organização do serviço. Portanto, é aquele que estabelece as regras de funcionamento da segurança, demonstrando que a hierarquização tão exigida nos meandros das instituições militares é desconstruída no bico. É permitido outro modelo hierárquico, estabelecido a partir da ideia que o policial militar que primeiro oferece o serviço de segurança, é considerado o **dono do bico**, independente do cargo que ocupa na instituição policial militar. Assim, cada **bico** possui regras próprias de funcionamento.

O **dono do bico** estipula o serviço a partir da intensidade da aparelhagem, relacionando a quantidade de segurança ao tamanho da aparelhagem; e ainda, o modelo de funcionamento da segurança reflete a estrutura policial militar, que exige para trabalhar como segurança, somente policiais militares, pelo fato de conhecerem as normas militares, facilitando a sua adaptação as regras estipuladas. Uma situação comum no bico: a exigência de policiais militares, os que não possui o hábito de contratar companheiro de farda, são aqueles que procuram lucrar ou possuem uma rede de serviço:

Coloco os policiais em certos pontos estratégicos que eu sei que ali surge um foco de confusão. Eu digo: fica ali, pode haver confusão, pode um ficar olhando pro outro. Ponto tático, para que um dê apoio ao outro, que não aconteça, que a principio em uma festa nos não temos que ser muito afoito ou muito omissos. Num bate boca, eles mesmos podem resolver. Sempre chego e converso, mas sem ser omissos. Se estarem discutido e um partir para agressão, tem que resolver. Não ser o extremo, não ser omissos ou muito afoitos na hora de resolver a situação. (soldado).

O esquema é organizado a partir da experiência do policial militar, pois, ele, ao exercer o **bico**, por um longo período, passa a conhecer os meandros do serviço de segurança. Obtém método próprio para gerenciar os conflitos, tanto que ao constatar os primeiros rumores de conflito, adota um procedimento de praxe para evitar que, o processo de conflituosidade tome proporções maiores e comprometa o serviço de segurança:

A principio eu coloco sempre a pronto emprego no bar e na bilheteria. Depois, a gente coloca o policiamento quando estiver cheio no salão. (soldado).

O **dono do bico** possui controle sobre a movimentação da segurança para que não haja nenhum imprevisto, que possibilite o término do evento e o “patrão” venha ter prejuízo, fato este que pode ocasionar um descrédito na segurança do estabelecimento privado. Portanto, a organização da festa é baseada na proteção da bilheteria (dinheiro):

Na festa a primeira coisa que temos que ver é bilheteria. Queira ou não uma festa muito grande, ela é uma vitrine para os bandidos, para assaltarem a bilheteria. Se o cara estiver perto do bar, assaltam o bar, principalmente se vender ingresso adiantado. Com certeza vende cem ingressos, quatrocentos e quinhentos, vai até dois mil reais vendendo ingressos antecipados. Sei que de imediato tem que ter policiais na bilheteria e policiais atrás, no salão, para conter os brincantes mais afoitos, mas exaltados. (soldado).

Os seguranças são distribuídos pelo **dono do bico** a partir da análise do local. Por isso, é necessário possuir experiência no serviço que foi contratado para garantir segurança, partindo da idéia que só se distribui a equipe depois de identificar os pontos considerados críticos, permitindo colocar os seguranças em locais estratégicos para evitar assalto:



Segurança tem que ter. Se não tiver segurança, eles acabam a festa na hora. Teve uma ocasião, lá, que o cara que a gente tava lá dentro. Foram chamar a gente. O cara tinha espancado o bilheteiro e o dono da festa e tinha levado toda a renda. Lá vai a gente em perseguição, a maior confusão. Conseguimos rever o dinheiro e prender os caras. Tem que ter! Toda festa quando não é policial militar é segurança particular, mas, geralmente, eles pede mais policial militar. E a gente está sujeito a este tipo de coisa. É horrível para nossa classe. Por que, antes, eu acostumei recebe nome, como: Fudido! Fudido! O cara porre me chamando de fudido. Por que ele chama este nome, por que eu estou lá para ganhar um mísero R\$ 40.00 reais ou R\$ 30.00. Eu acho que não é por ai. Ele não me conhece, não sabe que eu sou. Eu estou lá por que eu quero melhorar. Fudido! Se eu não estivesse lá, a culpa não é minha, é dos governantes. (cabo, 17 anos de serviço).

As alegações do policial militar com referência a festa de aparelhagem, que se mantém pelo fato da existência de segurança, mostra o quanto estes locais são violentos e freqüentados por pessoas de índole duvidosa. A segurança precisa estar atenta a qualquer agitação que possa desencadear um ato violento que prejudique o evento, e ainda, há uma insatisfação por parte do policial militar no que diz respeito ao tratamento neste local, no comentário está explícito o sentimento de desvalorização profissional e o não reconhecimento do trabalho policial. O policial militar no **bico** de festa, convive com quem “rejeita”, e, ainda, tem que dar proteção:

Nunca tirei sozinho. Com três ou quatro dependendo da situação. Nunca sozinho! Já com três ou quatro, o cara já peitava a gente. É um clima horrível. É bilheteria, onde eu tirava até hoje. Quando o pessoal fala neste nome, é nome de vagabundo, ladrão, traficante lá dentro, a prostituição, até hoje tem colega nosso que tira lá. Graças a Deus, eu não tiro mais lá. Eu não sou contra, é uma situação que requer mesmo, o cara tem que correr atrás e torce que tudo de certo. É fui obrigado a jogar nêgo para fora, que não é o meu forte. Até hoje o dono lá, de vez em quando, quando eu encontro ele, assim, ele diz: Quer tirar serviço lá? Ele diz: Eu gosto de tu. Por que tu sabe tratar com as pessoas. Eu não tenho mais paciência, não! Requer muito paciência. (cabo).

O fato é que o policial militar constantemente se depara com conflitos em festa, e por isso classifica o serviço como algo extremamente estressante, que requer muito controle emocional e capacidade física. O comentário acima reflete o quanto o serviço é desgastante para o policial militar que ao mostrar como retira os freqüentadores inconvenientes, informa que o tratamento é violento e o grau de risco é alto. Isso provoca um conflito pessoal, afinal de contas é necessário garantir a proteção aos freqüentadores considerados de atitude duvidosa, os quais, fora daquele local, o tratamento seria distinto:

O **bico** da festa é horrível. O clima é muito tenso, como mais o polícia tá lá. O cara sabe que é polícia, mas ele que fazer. Parece que ele gosta de se espancado, se jogado pelos fundos da calça pra fora, o cara têm que dar uma de é ou não é. É o cara com um pé na cadeia ou no cemitério ou na rua, é horrível! Eu até hoje tenho pânico de brega, é uma música que ouço me estressa. Tenho pânico! Não gosto de brega, por que eu me lembro das noites maus dormidas. (cabo)

O policial militar tem ciência do risco que corre ao exercer o **bico**, e principalmente quando se trata de segurança de festa, evento considerado mais violento pelos policiais militares. Os **bicos** considerados arriscados são desempenhados por policiais militares conhecidos como operacionais na gíria militar, ou seja, estão constantemente no serviço de rua ou nos grupamentos especializados de combate:

O **bico** de festa, hoje, eu parei de tirar. Por que, hoje, o **bico** de festa está muito violento. O pessoal não quer; e a gente não tem mais aquele apoio. Às vezes, até uma situação, os cara querer, particularmente para evitar outros problemas. Eu parei de tirar festa, até pela minha mãe, pelos meus filhos, pela minha mulher, eu também. Eu parei mais. Parei mesmo de tirar **bico**: festão como eu tirava, segurança na festa. Eu parei! Eu parei! Era segurança na festa este negócio de briga, esta coisa e tal, coloca o cara para fora. Às vezes, é necessário agir de forma mais enérgica. (sargento, 19 anos de serviço).

A sobrecarga do **bico** de festa ocasiona um descontentamento quanto a este serviço, passando a refletir nas relações com a família e amigos, e o policial militar que consegue recusar este tipo de serviço, considera-se privilegiado, pelo fato de não precisar se submeter á segurança de festa. É como se houvesse uma ascensão profissional, possibilitada pela mudança do local do **bico**, pois, quanto menos violento dá para afirmar que existe uma ascensão no trabalho:

Hoje eu não trabalho mais em festa, sim em patrimônio, por causa da violência. É muita violência, e a pessoa vai ficando saturado. Como lhe falei, vamos se transformando em violento também, levava o problema para casa. Não tinha paciência com nada, a mulher se queixava para um lado, e dormia mais que vivia. Eu mudei de vida trabalhava a noite e de dia dormia. Eu não tinha tempo para nada. Hoje, não. Graças a Deus! Cabeça fria, ganho menos, mas está tudo em paz. (cabo, 17 anos de serviço).

A segurança de festa é algo extremamente perigoso, e os policiais militares encontram-se constantemente sobre tensão neste local. Isso acarreta desgaste profissional e pessoal; e ao conseguir desvincular deste contexto de trabalho, acreditam na melhoria da

qualidade de vida, não pelo fato de ter desistido de realizar **bico**, mas por ter conseguido um outro serviço, partindo do seguinte princípio: se o estabelecimento ou pessoa paga melhor, não possui tanto risco. Quanto à outra segurança, houve uma melhora significativa no **bico**.

Pode se dizer: eu estou mais para o lado da elite, que falar mais alto, é menos problema. (sargento, 19 anos de serviço).

É a partir da idéia que só há ascensão ao prestar segurança para “elite”, o policial militar acredita que pessoas possuidoras de dinheiro são as que devem ser protegidas:

Eu tiro festa há muito tempo. Há 10 ou 12 anos de festa. Foi melhorando, eu tirava neste setor, depois fui para outro lugar. Tirei na Palhoça<sup>41</sup>, passei 06 anos lá. Lá melhorou, era outra classe. Me ajudou; eu tive muita dificuldade, eu tive. Na Palhoça, o pessoal de nível é melhor, gente bacana. É outra classe. Ai já foi bom para mim. Como! Eu fui aprender a falar com as pessoas. Lá nem tirar armado ele queria, era no diálogo, só na conversa. Só sair lá por que teve redução de quadro, mas eu também estava saturado, mas o pessoal lá é gente boa, deixei saudade. (cabo, 17 anos de serviço).

A idéia de progressão no **bico** é identificada de duas maneiras: a primeira é quando o policial militar entra no serviço de segurança privada como segurança, e após um período consegue obter o cargo de subgerente ou **dono do bico**; pode haver também situação contrária, pois, o **dono do bico**, em um dado momento, perde o comando para outro policial militar. A segunda é quando o policial militar consegue trabalhar como segurança para pessoas influentes na sociedade ou em locais que os freqüentadores são de um nível social privilegiado, condições essas que nos permite vislumbrar ascensão no **bico**. Há distinção de tratamento por parte dos policiais militares ao realizar **bico**, visto que, a forma de agir depende do local que foi contratado.

---

<sup>41</sup> O nome do estabelecimento privado foi trocado, para manter o sigilo da informação.

#### 4.4 O ITINERANTE

Existe uma modalidade de **bico**, que são policiais militares que se deslocam da capital, o local de trabalho, para outro município para realizar segurança:

Quando eu trabalhava aqui em Belém, eu saía de madrugada às 04h00 da manhã para Marabá. Eu ia conduzindo o pessoal da IBIFARMA, fazendo escolta de medicamento, era R\$ 150,00 reais por cada viagem. Era só chegar lá, chegava no depósito lá. A carga está entregue 03h00 da tarde. A gente ia fazer entrega, 03h00 da tarde a gente vinha embora, estávamos liberado. Pagavam. A gente vinha embora, tudo por conta, combustível, alimentação tudo. Nós éramos três policiais: o motorista e mais dois, cansei de fazer isso. (cabo, 11 anos de serviço).

Então, por que contratar policial militar de outra localidade? Afinal, para que o serviço possa prestar, ele não pode ser realizado pelo o policial que trabalha no município? O fato que existe uma modalidade de serviço de segurança que necessita transportar mercadoria de uma localidade para outra; é uma atividade comum: transportes de valores, eletroeletrônicos, laticínios e as mais variadas mercadorias, pelo fato das nossas rodovias não possuírem um sistema de segurança pública que garanta proteção aos condutores dessas mercadorias. Assim, para contratar uma empresa de segurança privada que realize este serviço é necessário disponibilizar de recurso financeiro significativo, o que não ocorre com a contratação de policiais militares:

Segurança. Segurança diversificada: escolta, condução de valores, é segurança mesmo de loja. Eu tiro serviço de segurança, mas trabalho também como garçom e motorista. Tudo eu faço! Até de pedreiro, eu já trabalhei. Tudo eu faço para complementar, é muito apertado o orçamento, para esticar um pouquinho mais o dinheiro para poder cumprir. Não é fácil criar três filhos, dar uma educação boa, não é fácil não! Principalmente, a educação. Alimentação! O cara se vira, mas a educação não. (cabo).

Ao estipular valores menores do que o da empresa de segurança privada, o policial militar consegue o serviço, não há uma preocupação no tipo de serviço realizado, tanto prova que não se incomoda no que trabalhar, contanto que ganhe dinheiro para sustentar a família, fato esse que contribui para diversidade do serviço de segurança praticado por policiais militares:

A **Festa do Pinga**<sup>42</sup> é a quatro anos que eu tiro. Ai ele diz que ele não poderia pagar o valor que pagou ano passado. Cada ano, ele aumentava. Quando eu comecei a trabalhar, ele pagava R\$ 50,00 (cinquentas reais). Mas eram oito policiais, até mesmo as pessoas que freqüentavam a festa solicitavam que fossemos nós mesmos daqui de Belém para trabalhar lá, por que os de lá eles não confiavam. (cabo).

A justificativa para contratação de policiais militares de outro município, ocorre pela desconfiança da população na guarnição<sup>43</sup> que realiza o policiamento ostensivo no município. A confiança é o fator primordial na hora de fechar o contrato. Desse modo, é melhor contratar policial militar de outro município:

Não confia. Nas eleições que eu fui trabalhar na vez passada, um camarada chegou comigo e falou que: “preferia mil vezes um policial de Belém trabalhando lá, do que dez policiais de Maravilha<sup>44</sup>, por que ele não confiava no policial de lá”. Por causa da corrupção, pela facilidade de extorsão que ele tinham, eles extorquiam muito as pessoas, deixavam muito corromper que tinha mais dinheiro. Foi como eu lhe falei, artigo de luxo quem tem mais dinheiro banca a sua segurança; quem tem menos dinheiro é desprovido desse luxo, fica a mercê do vagabundo, como a população é a maior parte, ela é a mais penalizada. (cabo).

O policial militar vislumbra no seu trabalho um artigo de luxo, que poucos podem disponibilizar e reforça a idéia de “confiança” exigida para o **bico**, tanto que os policiais militares do município citado, não conseguem o serviço de segurança, por que a população não confia no trabalho policial.

Eles, em seus atos, demonstram que a segurança pública é para uma minoria que dispõe de recursos financeiros, comprovando que estão comprometidos com aqueles que dispõem de dinheiro. Fato comentado pelo cabo ao afirmar que a segurança pública é privilégio de alguns, e, portanto, não disponível a sociedade em geral. Por isso, constatamos que ao realizar o **bico** o policial militar permite e estimula uma privatização do serviço público de segurança:

Ele estipula por policial. Cada policial é R\$ 100,00 reais. São dois dias de festa, o cara gasta R\$ 3.000 (três mil reais), só com a segurança. Além da alimentação que ele banca e a nossa estadia. É uma festa tradicional, todo mundo que vai, está na festa. Vem nos parabenizar com relação a nossa segurança. O que é gostoso é isso, essa recompensa não só financeira que é uma grana boa, mas a satisfação pessoal das pessoas se sentido segurança. Para uma pessoa desembolsar R\$ 3.000 (três mil reais) para bancar uma segurança em uma festa e tirar tudo da festa. (cabo).

---

<sup>42</sup> O nome do estabelecimento privado foi trocado, para manter o sigilo da informação.

<sup>43</sup> Conjunto de tropas que têm estacionamento em determinado local. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

<sup>44</sup> O nome do município foi trocado para preservar o sigilo da informação

Ao receber uma quantia em dinheiro pelo serviço prestado como segurança particular, o policial militar distingue, neste ato, uma forma de recompensa pelo serviço exercido de segurança privada. Fato reforçado pelos cumprimentos recebidos pelo desempenho e o reconhecimento do serviço profissional, portanto, nada mais justo do que receber pelo serviço.

O **bico** se mantém por dois fatores: por existir uma mão-de-obra policial militar disposta a exercer este tipo de serviço, que não visualiza como ilegal o trabalho paralelo e se sente gratificado pelo reconhecimento do serviço que presta como segurança; e por não conceber como algo ilícito, não tem motivo para deixar de **tirar o bico**. O outro fator são as pessoas dispostas a contratarem policiais militares para atuarem como segurança particular.

Então, podemos afirmar que o trabalho paralelo se mantém justamente pelo fato que existem pessoas dispostas a contratarem policiais militares para exercerem a sua segurança.

#### 4.5 O MARCHANTE

O policial militar contratado para montar um esquema de segurança ao marchante<sup>45</sup> ou da pessoa que recolhe o dinheiro dos açougues, é basicamente garantir proteção aos valores arrecadados durante o dia no açougue:

O serviço do marchante é pegar o dinheiro que o açougueiro vende a carne durante o dia, no final do dia, na tarde, eles o marchante passar para recolher o dinheiro, fica conduzido o dinheiro quando no final da tarde deposita o dinheiro. (soldado, 08 anos de serviço).

O recolhimento de quantia de dinheiro no serviço de segurança de marchante é considerado pelos policiais militares como o mais arriscado:

Quando você perguntou qual é o bico mais perigoso, posso dizer que era do marchante. Eu nunca tirei e nem quero participar deste bico. Sei bem que o meu é um bico perigoso. Eu particularmente nunca fiz. Mas sei todo o processo, eu já fiz serviço de escolta, mais não desse valor. (soldado).

---

<sup>45</sup> É o responsável pela venda de gênero alimentício (carne, frango e outros) ao comerciante que repassa ao consumidor.

Há uma resistência por parte dos policiais militares para exercerem a segurança de marchante. Não é qualquer um que aceita este tipo de serviço; é necessário possuir um perfil profissional que não apresente medo do perigo e goste do serviço operacional. Fato comprovado ao identificarmos os vários tipos de bico, pois, para cada um, existe um “perfil profissional”; é o policial militar que determina o serviço de segurança que está habilitado:

Eu não gosto do serviço de guarda. Particularmente, estão desqualificando um profissional. O meu próprio curso da força nacional, eu fui buscar na Paraíba, junto com 460 policiais de todo o estado brasileiro. E me colocam neste serviço de guarda! Não desmerecendo o colega da área de segurança de patrimônio público, mas eu acho que deveriam me aproveitar em outro local, mas especializado já que eu tenho vários cursos. Tenho de força tática, curso de choque, agentes químicos e sobrevivência policial. Eu sou operacional mesmo e gosto de ser operacional, eu gosto de especializado. (soldado, 09 anos de serviço).

O policial militar ao exercer o **bico** reproduz o serviço desempenhado na corporação militar. Quando tem um perfil considerado “operacional” – ou seja, é policial que gosta de tirar serviço de policiamento ostensivo ou está servindo em unidade operacional especializada, que lida com conflito em presídio, invasão de terra, greve e outros – é basicamente o policial militar de rua, visto que, ele possui o perfil para segurança que exige um comportamento de risco.

Isso mostra que o serviço considerado “perigoso”, é desempenhado por policiais militares estimulados a não esboçar “medo” nas ações policiais do dia-a-dia:

O serviço mais perigoso é de marchante, por que o marchante lida com bastante dinheiro, muito dinheiro! Chega a lidar com 25 mil a 30 mil reais por dia. É um prato cheio para vagabundo! Nós não conhecemos nosso inimigo, mas o nosso inimigo nos conhece. A gente, se nos chegamos no Guamá, eles vão saber. Olha eles! São policiais, são três ou quatro, assado e cozido! Eles estão estudando a gente, só que a gente não estuda eles. A única coisa que podemos saber é que eles podem aparecer, podem surgir de qualquer outro lugar. (soldado, 08 anos de serviço).

Mesmo assim, ainda encontraremos policiais militares dispostos a trabalhar com este tipo de serviço extremamente arriscado, que não dispõe de recursos materiais para garantir a proteção aos integrantes da segurança. Fato comprovado pelo comentário anterior, que nos possibilita constatar o alto grau de risco enfrentado diariamente; e o quanto é

fragilizado a atuação da segurança, neste serviço realizado de maneira exposta e de fácil identificação:

É uma segurança particular. O dono do frigorífico dá uma viatura para os policiais e aí nesta viatura segue o cobrador que no caso é civil, que vai fazer a cobrança e mais três policiais. (soldado).

O policial militar tem ciência do risco que corre neste tipo de serviço, qualquer atitude tomada, sem a devida precaução poderá acarretar danos irreversíveis, mostrando que a segurança não possui recursos que possibilite proteção aos integrantes, que permanecem durante o serviço de forma exposta e de fácil identificação, o que pode ocasionar a morte dos integrantes da segurança:

Eles chegaram no carro entraram no açougue para pegar o dinheiro, do açougueiro, aí eles saíram do açougue. Entram numa panificadora para merendar. Três policiais a paisanos com o marchante, com o marchante o estava dinheiro que pegaram, quando eles viram era só os pipocos lá de fora, mataram todos os três, foi parada dada<sup>46</sup>. Foi policial que deu a parada. Dinheiro é sangue! Dinheiro é sangue! Não tenha dúvida disso. Onde corre dinheiro, corre sangue. (sargento, 19 anos de serviço).

Por isso, o policial militar precisa estar atento a qualquer movimentação; não pode agir de forma distraída. É um serviço que exige muita atenção e cuidado. O fato é que a segurança é visada por conduzir uma quantia significativa de dinheiro, atraindo pessoas que almejam roubá-lo, e isso coloca em risco a vida do policial militar:

Tem vários exemplos aí, é este de marchante, pessoal que vai recolher dinheiro da carne, que é o marchante que a gente fala, é tiro e queda. Você se lembra uma vez que apareceu um soldado morto lá perto do Comando Geral, que era do 10 BPM, que no final o que morreu era irmão do CAP, que era lá de Tucuruí, aquilo ali foi parada dada. (sargento, 19 anos de serviço).

Para compreendermos o assassinato do policial militar é necessário nos reportarmos ao comentário acima que se refere a “parada dada”. Isso quer dizer que alguém da segurança informou todo o funcionamento do esquema de proteção, e precisamente um policial militar:

<sup>46</sup> Gíria utilizada no meio militar, para designar a existência de um policial militar (informante), pessoa responsável pelas informações do serviço para quem realizaram o assalto.



Quando o que estava dentro do carro, reconheceu o de fora; o de fora sentiu que ele reconheceu, POL, POL (gesto com a mão apontado a arma, emitido som de tiro). Matou na hora; não teve nem dúvida. E foi chorar em cima do caixão, dizendo que eles iriam se empenhar para pegar o cara que fez isso com ele, então. Enquanto foi ele que matou, o próprio colega dele. (sargento)

O acontecimento nos faz compreender o porquê da exigência da confiança. É que por trás deste atributo existe o medo da “morte” e a incerteza da contratação. O policial militar que compõe a equipe de segurança precisa ser de confiança, caso contrário toda a operação de proteção pode ser informada, permitindo a visualização da fragilidade do esquema de segurança. Mas mesmo assim, apesar de possuir uma estrutura organizada, não se consegue evitar a contratação de pessoas com atitudes duvidosas:

Deixou de ir trabalhar. Ele disse: Fulano vai no meu lugar, que hoje eu não vou por que eu tenho um negócio para resolver. Já estava tudo montado, todo o esquema montado. Quando eles vararam na 25, com o Chaco e a Curuzu, que eles viram o carro, eles correram em cima. Aí soldado que estava atrás, este o irmão do CAP, reconheceu ele. Fulano! Quando ele ia falar o nome dele, ele já estava com a arma na cabeça, e POL (gesto com a mão e emitido som de tiro). Os outros caras saíram correndo, os caras não atiraram neles. Ele ficou morto dentro do carro, o pacote de dinheiro não conseguiram levar, levaram só uma parte, um pacote levaram e outro ficou de baixo do banco. (sargento)

Isso mostra que a contratação depende do julgamento pessoal do policial militar responsável pela segurança, não garantido que “confiança” tão exigida na contratação possibilite a “honestidade” do policial militar.

Desse modo, existem dois fatores que contribuem para a contratação do **bico**: o primeiro é ser policial militar, afinal a profissão está atrelada ao empenho de garantia segurança à sociedade, mesmo com o risco da própria vida. Então, o comentário anterior contradiz, ao afirmar que o assassinato do policial militar foi planejado por um colega de profissão.

O segundo fator é o porquê da exigência do atributo confiança, algo que não é garantido mediante as relações pessoais, pois, o fato do policial militar conhecer quem está contratando não garante a “honestidade” do contratado; mesmo com a contratação somente dos policiais militares conhecidos ou indicados, que só conseguem o serviço de segurança privada, pelo fato de estarem sendo recomendados por alguém:

Quem achou o pacote de dinheiro foi até o sargento, que trabalha no CSM. Ele estava entrando, o CSM é lá ao lado, ele vinha para o quartel, ai achou o dinheiro do cara, ele olhou assim e viu, ele acionou o 190, pediu uma viatura. O sargento foi ver lá como estava lá embaixo, o pacote de dinheiro no envelope, um monte de dinheiro, entregou, só que o pessoal entregaram, chegou logo o pessoal, o marchante, foi uma situação muito rápida, incrível foi rápida.

Ele foi chorar em cima do caixão do colega dele, dizendo que ele ia se empenhar para descobrir quem era que tinha matado ele, enquanto então, seria ele o mentor do negócio. Ele que atirou e que matou o soldado, está no presídio, foram dois policiais, esquematizou todinho. (sargento).

O acontecimento relatado demonstra o porquê da necessidade de haver “confiança” no momento da contratação do **bico**. O policial militar sabe que o serviço de segurança em si é arriscado, teme pela própria condição do serviço, e ainda, tem que lidar com um conflito, afinal, em quem pode confiar para contratar?

Como saber se o policial militar que está sendo contratado é de confiança? Conhecer não é suficiente para avaliar a honestidade, é necessário possuir outros critérios para uma avaliação precisa na contratação. Mas como lidar com algo tão subjetivo? Escolhe alguém porque acredita que é de “confiança”? É policial militar? Foi indicado por outro policial militar? Entretanto, isso não garante a integridade pessoal.

Outro fator relevante é que o bico é um serviço extremamente arriscado. Então, porque se submeter a um serviço que o coloca em perigo de vida? Além de proporcionar um sentimento de angústia?

O fato é que o policial militar vislumbra no segundo emprego uma oportunidade de melhoria financeira, não obtida na instituição policial. Associado a isso, existe sempre alguém interessado neste serviço, fato que mostra a fragilidade das instituições governamentais na fiscalização e controle sobre o **bico**.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou identificar e analisar a existência de atividade de segurança privada realizada por policiais militares nas horas de folga do serviço policial, mais conhecido como **bico**. O trabalho de pesquisa nos possibilitou demonstrar que essa atividade faz parte do cotidiano dos trabalhadores da segurança pública e, que, são exercidos em diversos locais e eventos. Como demonstramos na análise, um dos exemplos mais significativos é o serviço de segurança do Arraial de Nazaré. Um fato importante que vale ressaltar, como uma última informação é o fato de que neste ano o subtenente que há treze anos era o responsável pela segurança veio a falecer. Em função desse fato podemos ver a solidez da organização e da estruturação do serviço de segurança. Imediatamente o seu substituto assumiu a organização e a prestação do serviço não veio a sofrer nenhuma interrupção. A partir de então o grupo foi aglutinado em torno do subgerente, um sargento da PMPA, que era a pessoa de confiança do antigo gerente e que, certamente, na hierarquia da estrutura seria o seu sucessor natural.

A organização do trabalho paralelo, conforme demonstramos, parte do modelo já existente no âmbito da organização policial. No entanto, o princípio que rege as relações sociais está assentado na confiança pessoal, as regras são legitimadas pelo estatuto de uma honra que se pauta na fidelidade. Certamente isso está longe dos preceitos que regem as relações institucionais do princípio militar da hierarquia e da disciplina, onde se obedece ao superior institucionalmente legitimado e não a pessoa do chefe. Talvez não seria exagerado extrair dessa análise que os policiais que exercem atividade paralela transitam por dois mundos que se fundem em torno de uma prática, que embora ilegal do ponto de vista dos regulamentos internos, é aceita por todos como já sendo naturalizada. Isso justifica por um lado o fato de que muitos policiais tenham um maior interesse pelo **bico** do que efetivamente pelo serviço normal na instituição. Por outro lado, a naturalização da prática, leva ao fechamento dos olhos do regulamento, motivo pelo qual, haja muitos membros integrados ao trabalho paralelo, mas não encontramos nenhum respondendo procedimento administrativo ou que tenha sofrido qualquer punição ou impedimento.

No decorrer do trabalho tentamos verificar qual o perfil do policial que mais atende às exigências para a atividade do trabalho paralelo. O que conseguimos desvendar é que há uma série de possibilidade de emprego na segurança privada, que vai de atividades econômicas, que em função do valor agregado, até o grau de medo social gerado pela

violência difusa, obrigando pessoas a buscarem proteção individual ou familiar, isto é, só não entra nas organizações desse trabalho àqueles que realmente não querem ou os que não inspiram confiança e, portanto, são vetados pelos organizadores e responsáveis pelo **bico**. Nesse contexto, trabalhos considerados leves, como motoristas, acompanhantes, podem ser exercidos por qualquer tipo de policial. Já os serviços de transporte de valores, bilheteria de festa, atividades que representam enormes riscos, exige-se pessoas com treinamento específico, correspondente aos policiais que são efetivamente na instituição empregados em missões perigosas, como por exemplo, aqueles que são reconhecidos como “operacionais”. Como vimos, policiais “operacionais” são aqueles que diariamente desempenham o policiamento ostensivo, estão habituados a agüentar os perigos da rua, identificam-se com serviços arriscados, são preparados para lidar com o perigo, o que demonstra que cada tipo de serviço de segurança possui sua peculiaridade, exigindo um tipo de “habilidade”.

Neste trabalho acentuamos a idéia de que a atividade do **bico** levou ao aparecimento de redes de pessoas que levaram esta atividade a um alto grau de organização. Ao identificarmos esse processo nos foi possível estabelecer, sociologicamente, uma demonstração do funcionamento, do recrutamento e, sobretudo, estabelecer os papéis desempenhados por todos os agentes que estão envolvidos. Assim foi possível mostrar, primeiro, que se trata de uma estrutura que estabelece funções específicas, que vai do “gerente ou dono do **bico**” até os que exercem apenas funções de segurança ou de subordinado. Em segundo lugar, nessa estrutura fica evidente uma inversão dos valores hierárquicos que são o esteio da organização militar.

Um fato que chama atenção, conforme sublinhamos em nossa análise, é que para o policial militar, estar na instituição, significa a possibilidade de buscar oportunidades de trabalhos paralelos e uma renda extra. Como o espaço de trabalho para segurança privada é uma atividade informal, mas que garante uma renda imediata, muitos policiais são atraídos, embora isso possa ser um risco a mais para uma atividade que já é extremamente arriscada. Na pesquisa identificamos que essa atividade explora duplamente o trabalhador: Por um lado as contingências ligadas a atividade, como escala de serviço, plantões, atividades extras; por outro lado, a irregularidade do **bico**. Dificilmente o trabalho paralelo é regular, assim como há irregularidade de tempo trabalho dentro da instituição policial, existem as chamadas “missões especiais”. Isso implica que os policiais que exercem atividade paralela, para a qual tem compromissos na base da “confiança” precisam de uma articulação interna para fazer frente as exigências do bico e da instituição, também é necessário, um desdobramento de tempo. O tempo do policial que se divide entre as funções e ao trabalho paralelo, o resultado disso tem

diversas conseqüências: a) compromissos internos, de venda de serviço, isto é, policiais que pagam para outros policiais cumprirem sua escala de serviço, superiores que aceitam fazer a chamada “vista grossa” para essas negociações; b) jornadas de trabalho tão intensas que tiram o policial do convívio com a família e usurpam suas sagradas horas de lazer: c) ao longo de alguns anos, essa rotina o leva ao estresse, a depressão e a doenças que interferem diretamente em seu desempenho.

Não obstante tudo o que se passa em torno do bico, ele é uma prática constante nas instituições policiais, mantendo-se justamente por ser um trabalho extremamente organizado, visto que, existe todo um esquema montado para o funcionamento. E isso perpassa por uma reprodução do “hábito” institucional militar. Poderíamos dizer que esta atividade também já possui uma institucionalidade submersa na cultura do trabalho do policial militar. A razão que justifica essa prática está assentada no discurso dos baixos salários, das dificuldades econômicas e nas privações sociais a que estão sujeitos os policiais. Entretanto os limites da complementação salarial são postos de lado à medida que muitos projetos pessoais dos policiais estão incluídos a renda que é auferida no **bico**. Entre eles o término da casa, a conclusão da faculdade dos filhos etc. O **bico** se mantém por uma crença que qualquer dificuldade financeira, a melhor atitude a se tomada é conseguir um segundo emprego como segurança para garantir o sustento da família. Constato que quase não há dificuldade para um policial militar conseguir serviço de segurança em estabelecimento privado, temos então a garantia da reprodução dessa prática na instituição policial militar.

A justificativa financeira para a prática do **bico** é tão acentuada, que para muitos policiais a possibilidade de poder fazer um **bico**, seria a única possibilidade dele financiar o seu lazer, como foi bem colocado por um policial militar, ao se referir ao **bico**:

Eu vejo assim, ou a família ajuda, ou a mulher dele trabalha e ganha muito bem, para ter o que tem; ou então ele é muito acomodado, consegue sobreviver e administrar. Por que o nosso dinheiro se a gente não souber administrar, você não faz nada, principalmente o cara que gosta de tomar o “goró”. Com certeza, sem dúvida o cara tem de fazer **bico**, um **bico**, mais um **bico**...

O “tomar o goró”, que na linguagem coloquial quer dizer muito mais que beber bebida alcoólica, refere ao lazer de um modo geral e é aqui um espelho da condição social do policial militar. O trabalho paralelo, que o tira de seu lar e de seu lazer, no seu imaginário é

um meio para que ele possa desfrutar, com algum dinheiro, sua hora de folga. O que realmente essa fala expressa é um paradoxo do qual os policiais não conseguem se desvencilhar e que é o fundamento da justificativa econômica de uma prática institucionalizada, mas submersa em todas as instituições policiais. Assim o **bico** continua a existir, e em alguns casos a se fortalecer, concorrendo paralelamente com a instituição do trabalho do policial militar.

## REFERÊNCIAS

ADRIANO, Oliveira. **Reformas estruturais nas instituições policiais**: uma necessidade para superar a crise do estado democrático de direito no Brasil. Recife: Instituto Cidadania, 2001. Seminário de Instituições Policiais.

AMARAL, Rita. **Festa á Brasileira** – sentido do festejar no país que “não é sério”. 1998. 382 Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARCELLOS, Jorge Alfredo Pacheco. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo**: um estudo de caso na brigada militar em Porto Alegre/ RS. 1999. 107 Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

BARREIRA, César. Em nome da lei e da ordem – a propósito da política da segurança pública. **Revista da Fundação SEADE**. São Paulo, Nº 01, VOL 18, p. 77-88, 2004.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ed., da Universidade de São Paulo, 2004.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **Revista da Fundação SEADE**. São Paulo, n. 13, p. 13-26, 1999

BOOF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. **Observações sobre a falência dos modelos policiais**. São Paulo: USP, 1997.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade dos muros**: crime, segregações e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORTES, Vanessa de Amorim. **Espaço urbano e a segurança pública**: entre o público, o privado e o particular. 2005. 100 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CUBAS, Viviane de Oliveira. **Segurança privada**: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FAPESP, 2005.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1991.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. (1991).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. Revisão de Antenor Celestino de Souza. Produção de Ricardo W. Neves e Heda Maria Lopes. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do séc. XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.



KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflito no espaço público. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n. 13, p.23-38, 1999.

\_\_\_\_\_. **Política de segurança pública**. Belo Horizonte: Ed. Massangana, 2002, p. 199-220.

\_\_\_\_\_. **Violência, criminalidade, segurança pública** – justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. Rio de Janeiro, ANPOCS, BIB 50, 2000.

\_\_\_\_\_. **Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”**: a formação policial em questão. Rio de Janeiro, 2004.

**Lei Complementar Nº. 053, de 07 de fevereiro de 2006**, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará – PMPA, e dá outras providências.

**Lei Estadual Nº. 15.125, de 25 de fevereiro de 2005**, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços por parte de policiais militares, fora da jornada normal de trabalho, mediante a retribuição pecuniária que especifica e dá outras providências. (Estado de Goiás).

**Lei Estadual Nº. 2.216, de 18 de janeiro de 1994**, que dispõe sobre o desempenho, a título precário, da função de vigilância privada, pelos servidores da Polícia Civil e Militar do Estado (Rio de Janeiro).

**Lei Estadual Nº 2.465 de 24 de novembro de 1995**, que Revoga parcialmente a lei nº 2216 , de 18 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o desempenho, a título precário da função de vigilância privada pelos servidores da polícia civil e da polícia militar, na forma que menciona, e dá outras providências.

**Lei Estadual Nº. 5.251, de 31 de julho de 1985**, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará e dá outras providências.

**Lei Estadual Nº. 6.830, de 13 de fevereiro de 2006**, que dispõe sobre a criação da gratificação de complementação de jornada operacional para as operações especiais das Policiais Civis e Militares do Estado.

**Lei Estadual Nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006**, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará.

LEMGRUBER, Julita; MUSSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. **Quem vigia os vigias?** um estudo sobre o controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, Assumpção Miriam, **Confiança na polícia**: experiência, informação e reflexão como fatores intervenientes. 2003. 89 Dissertação de Mestrado Gestão de Políticas Sociais – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, Minas Gerais.

LIMA, Joana D'arc do Carmo. **Trabalho e saúde mental na polícia militar do Pará**. 2001. 120 f. Dissertação Mestrado em Administração – Universidade Amazônia, Belém, Pará.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MUNIZ, Jacqueline; ZACHI, José Marcelo. **Avanços, frustrações e desafios para uma política progressista, democrática e efetiva de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro:2003.

MUSEMECI, Leonarda. **Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil**: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 1998.

NETTO, Martinho de Moraes. **Violência e impunidade da polícia militar**: críticas e sugestões. São Paulo: Comentário ao CAP. III. Do Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: **Violência policial, tolerância zero?**, Rio de Janeiro, 2001. III vol.

PINHEIRO, Rogério Neiva. Juiz do trabalho substituto. **Revista Consultor jurídico, de 13 de novembro de 2003**. Goiás, Anápolis.

RANDOLPH, Rainer. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **IPPUR**. Rio de Janeiro, ano I, n. 02, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Elenice de. **Policciamento comunitário em Belo Horizonte**. 2003 183 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SPODE, Charlotte Beatriz. **Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar**. 2004. 149 Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Grande de Sul, Porto Alegre.

TAVARES, José Vicente dos Santos. A Transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **Revista da SEADE**. São Paulo, N° 01, VOL 18 p. 119 – 131, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 2 v.

\_\_\_\_\_. **Os Três tipos puros de dominação legítima**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

## **A N E X O 1**

### **Lei que regulamenta o segundo emprego do policial militar:**

**Lei Nº. 6.830, de 13 de fevereiro de 2006**, que dispõe sobre a criação da gratificação de complementação de jornada operacional para as operações especiais das Policiais Civis e Militares do Estado.

**Lei Nº. 15.125, de 25 de fevereiro de 2005**, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços por parte de policiais militares, fora da jornada normal de trabalho, mediante a retribuição pecuniária que especifica e da outras providencias. (Estado de Goiás)

**Lei Nº. 2.216, de 18 de janeiro de 2006**, que dispõe sobre o desempenho, a título precário, da função de vigilância privada, pelos servidores da Polícia Civil e Militar do Estado (Rio de Janeiro).